

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Bruna Luciana Valle

**POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CONTRASTE AO
DISCURSO MERCADOLÓGICO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS
DE MATO GROSSO DO SUL**

Campo Grande, MS
2025

BRUNA LUCIANA VALLE

**POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CONTRASTE AO
DISCURSO MERCADOLÓGICO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS
DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: História, Políticas, Educação

Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPE/MB)

Orientadora: Carina Elisabeth Maciel

Campo Grande, MS
2025

Bruna Luciana Valle

**POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CONTRASTE AO
DISCURSO MERCADOLÓGICO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS
DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul – Faculdade de Educação para
obtenção do título de Mestre em
Educação.

Área de concentração: Educação

Campo Grande, MS, 17 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel (Presidente)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dr. Lalo Watanabe Minto (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Prof. Dr. Dirceu Santos Silva (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

À minha esposa, Weverlin.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha esposa, Weverlin Ferreira Brizola, que foi meu suporte, minha maior referência, desde o início da nossa formação como educadoras, pesquisadoras e, sobretudo, como família. Não tenho dúvidas que sem toda essa confiança, apoio e o amor compartilhado, não teria chegado até aqui.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel, por todo apoio durante minha trajetória formativa, por seu profissionalismo, além do cuidado e simpatia. E todo acolhimento junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPES/MB) e a todos que o integram. Sendo crucial para os estudos e contribuições que possibilitaram o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos do Programa de Demanda Social, garantindo a minha permanência no Programa de Pós-Graduação em Educação, e condições materiais para o desenvolvimento da pesquisa e participação em eventos, proporcionando aproximação com referenciais teóricos e contribuições para pensar o meu objeto.

Agradeço à banca avaliadora pelas contribuições e olhar direcionador para a conclusão desta dissertação:

Ao Prof. Dr. Lalo Watanabe Minto, que não só contribuiu imensamente com o desenvolvimento do presente estudo, com também representa grande parte do embasamento da pesquisa desenvolvida.

Ao Prof. Dr. Dirceu Santos Silva, pela pontualidade e clareza didática nas contribuições oferecidas à pesquisa, bem como pelas aulas ministradas no Mestrado, que serviram de referência para a organização e fundamentação teórica deste estudo.

Agradeço às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS), sobretudo os que constituem a linha I de pesquisa, História, Políticas, Educação, e ministraram aulas teóricas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e da minha própria perspectiva como futura pesquisadora. Sem dúvida as leituras e discussões realizadas foram de extrema importância.

A todas e todos que compartilharam dessa trajetória, o meu muito obrigada!

*“As crises são sempre apenas soluções momentâneas
violentas das contradições existentes, irrupções
violentas que restabelecem momentaneamente o
equilíbrio perturbado” (Marx, 1996, p. 188).*

RESUMO

Esta dissertação investiga as políticas de acesso à educação superior e os discursos mercadológicos mobilizados por instituições privadas com fins lucrativos em Mato Grosso do Sul, à luz da financeirização do setor educacional e da hegemonia neoliberal. Vinculada à Linha de Pesquisa “História, Políticas, Educação” do PPGEduc/UFMS e ao GEPPES/Mariluce Bittar, a pesquisa tem como objetivo geral analisar como essas instituições mobilizam discursos mercadológicos para legitimar suas estratégias de acesso. Os objetivos específicos são: (1) analisar publicações sobre o tema e apresentar políticas de educação superior no Brasil; (2) desvelar características estruturais da educação superior brasileira; e (3) examinar o discurso sobre acesso promovido por IES privadas de MS. A questão norteadora é: quais discursos mercadológicos são mobilizados pelas IES privadas com fins lucrativos de MS para legitimar suas estratégias de acesso, e como esses discursos se articulam aos processos de mercantilização da educação superior? A metodologia adota abordagem qualitativa, com base no Materialismo Histórico-Dialético (MHD) e na Análise de Discurso (ADD), utilizando dados do INEP, sistema e-MEC e campanhas publicitárias digitais (2022–2024). Os resultados revelam que as IES investigadas se apropriam de políticas públicas como o ProUni e o FIES para ampliar sua base de estudantes e rentabilidade, convertendo direitos sociais em promessas de “acessibilidade”, “empregabilidade” e “sucesso profissional”. Os discursos analisados ocultam as contradições estruturais da mercantilização, reforçam o individualismo e consolidam a lógica de mercado, despolitizando o acesso à educação e esvaziando seu potencial emancipatório.

Palavras-chave: Educação superior. Políticas públicas. Mercantilização. Neoliberalismo. Discurso mercadológico.

ABSTRACT

This dissertation investigates access policies in higher education and the market-oriented discourses mobilized by for-profit private institutions in Mato Grosso do Sul, in the context of educational financialization and neoliberal hegemony. Linked to the research line "History, Policies, Education" of the Graduate Program in Education at UFMS and the Research Group on Higher Education Policies/Mariluce Bittar (GEPPES/MB), the study aims to analyze how these institutions use market discourses to legitimize their access strategies. The specific objectives are: (1) to analyze academic literature and present higher education policies in Brazil; (2) to unveil structural characteristics of Brazilian higher education; and (3) to examine the access discourse promoted by private institutions in the state. The guiding question is: which market-oriented discourses are mobilized by for-profit private HEIs in MS to legitimize their access strategies, and how are these discourses connected to the processes of commodification in higher education? The study adopts a qualitative methodology, grounded in Historical-Dialectical Materialism (HDM) and Discourse Analysis (DA), using data from INEP, the e-MEC system, and digital advertising campaigns (2022–2024). The results show that these institutions appropriate public policies such as ProUni and FIES to expand their student base and increase profitability, converting social rights into narratives of "accessibility," "employability," and "professional success." These discourses conceal the structural contradictions of commodification, reinforce individualism, and consolidate market logic, thereby depoliticizing educational access and undermining its emancipatory potential.

Keywords: Higher education. Public policies. Commodification. Neoliberalism. Market discourse.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

AC – Acre

ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação

ADD – Análise de Discurso

AE – Avaliação Externa

AI – Avaliação Interna

AL – Alagoas

ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

AP – Amapá

APHS – Aparelho Privado de Hegemonia

B3 – Bolsa de valores brasileira

BASIS – Banco Nacional de Avaliadores

BC – Banco Central do Brasil

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BI – Bacharelado Interdisciplinar

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAMA – Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CENSUP – Sistema do Censo da Educação Superior

CF – Constituição Federal

CGPOL – Coordenação Geral de Políticas de Educação Superior

CI – Conceito Institucional

CI EaD – Conceito Institucional na modalidade EaD

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPC – Conceito Preliminar de Curso

CREA MS – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul

CRMV MS – Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DF – Distrito Federal

DIPES – Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior

DM – Discurso Mercadológico

DPFE – Dívida Pública Federal externa

DRU – Desvinculação de Receitas da União

EaD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

e-MEC – Sistema de base oficial de dados de cursos e IES

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ES – Espírito Santo

FAMA – Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente

FAPRIME – Faculdade Prime

FEP – Financiamento Estudantil Próprio

FETAC – Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FIES TÉCNICO – Fundo de Financiamento Estudantil – Ensino Superior e Técnico

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEPPES/MB – Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar

GO – Goiás

IES – Instituição de Educação Superior

IF – Instituto Federal

IGC – Índice Geral de Cursos

INCEL – Instituto Conesul de Educação Ltda.

IPO – *Initial Public Offering*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LI – Licenciatura Interdisciplinar

MHD – Materialismo Histórico-dialético

MPC – Modo de Produção Capitalista

MS – Mato Grosso do Sul

NOVO PAR – Novo Parcelamento Estácio

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OASISBR – Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto

PAR – Parcelamento Estácio

PB – Paraíba

PBP PROUNI – Programa Bolsa Permanência

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Pernambuco

PI – Piauí

PMM – Programa Mais Médicos

PNE – Plano Nacional da Educação

PPA – Plano Plurianual

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SE/MEC – Secretaria Executiva do Ministério da Educação

SERES – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SP – São Paulo

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TO – Tocantins

TSD – Termo de Saneamento de Deficiência

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UF – Unidade da Federação

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNIC – United Nations Information Centres

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

UNIFAHE – Faculdade de Administração, Humanas e Exatas

UNIFRON – Universidade Federal da Fronteira Norte

UNIME – União Metropolitana de Educação e Cultura

UNIRONDON – Centro Universitário Cândido Rondon

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma do credenciamento e credenciamento de IES.....	43
Figura 2 – Fluxograma do processo de Avaliação Institucional	64
Figura 3 - Localização das IES privadas com fins lucrativos em Mato Grosso do Sul..	97
Figura 4 – Anhanguera/Uniderp (Instagram e site)	101
Figura 5 – Anhanguera/Unopar (Site e Instagram).....	102
Figura 6 – Estácio (site e Instagram)	103
Figura 7 – Unifron (site)	104
Figura 8 – FaPrime (site e Facebook)	105
Figura 9 – Unifahe (site)	106
Figura 10 – Novoeste (site)	107
Figura 11 – Fetac (site e Instagram)	108

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo entre metas do PNE 2014 e dados da Educação Superior – Censo 2022	53
Gráfico 2 – Número de matrículas em cursos de graduação da Educação Superior – Brasil 1980 - 2021.....	55
Gráfico 3 – Número de ingressos em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil 2012 - 2022.....	57
Gráfico 4 – Número de matrículas na rede privada de Educação Superior	58
Gráfico 5 – Comparativo de ingressantes de Educação Superior EaD e Presencial Brasil 2021.....	59
Gráfico 6 – Razão da matrícula por categoria nos cursos de graduação presencial, por UF – 2022.....	81

QUADROS

Quadro 1 – Dissertações a partir dos descritores “Educação Superior” AND “mercantilização” AND “Publicidade”	29
Quadro 2 – Recortes de estudantes atendidos pelo ProUni, FIES e PNE (2014–2024) ..	37
Quadro 3 – Principais políticas de educação superior no Brasil	45
Quadro 4 – Políticas públicas e sua relação com a mercantilização das IES privadas no Brasil	47
Quadro 5 – Resumo dos Instrumentos de Avaliação de Curso	65
Quadro 6 – Educação Superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul	94
Quadro 7 – IES privada com fins lucrativos de Mato Grosso do Sul	95
Quadro 8 – Eixos discursivos e funções ideológicas nos anúncios de IES privadas com fins lucrativos em Mato Grosso do Sul	111

TABELAS

Tabela 1 – Número de ingressantes em cursos de graduação presencial por forma de ingresso e grande região – Brasil – 2022	61
Tabela 2 – IES privadas com fins lucrativos ativas em Mato Grosso do Sul	98

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
2. QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	28
3. EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	41
3.1 Mercado Instaurado na Educação Superior	68
3.2 Expansão da Educação Superior privada em MS	79
4. O DISCURSO MERCADOLÓGICO DAS IES PRIVADAS EM MATO GROSSO DO SUL	87
4.1 IES privadas de Mato Grosso do Sul	93
4.2 Análise dos anúncios comerciais online das IES privadas de MS.....	99
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	118

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada a Linha de Pesquisa I – História, Políticas, Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), da Faculdade de Educação (Faed), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Desenvolvida com o suporte teórico compartilhado e fundamentado junto ao curso de Mestrado e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPES/MB), coordenado pela Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel, orientadora dessa pesquisa.

A escolha do tema desta dissertação – Políticas de acesso à educação superior e o contraste ao discurso mercadológico nas instituições privadas de Mato Grosso do Sul – emerge de uma inquietação teórico-prática forjada ao longo da trajetória acadêmica, docente e investigativa que reflete o compromisso com uma leitura crítica das contradições entre políticas públicas de acesso e as estratégias de legitimação adotadas por instituições privadas com fins lucrativos.

A escolha se justifica não apenas pela relevância social e política do objeto, mas também pelo esforço em compreender como o avanço da mercantilização e da financeirização da educação superior altera profundamente o sentido formativo e emancipatório da educação. Ancorada no Materialismo Histórico-Dialético (MHD), a investigação busca desvelar como o discurso publicitário dessas instituições atualiza ideologias neoliberais, converte direitos sociais em mercadorias e reforça desigualdades estruturais, situando-se como contribuição crítica e comprometida com a transformação da realidade educacional brasileira.

Além disso, destaca-se, como categoria teórica central para a análise dos dados, o conceito de discurso ideológico. Compreendido à luz do MHD, esse conceito não se refere apenas ao conteúdo presente nos documentos analisados, mas abrange o conjunto de mediações pelas quais os interesses de classe dominantes se expressam, estruturam e legitimam determinadas práticas e políticas no campo educacional. Ao entender que a ideologia é uma forma específica da consciência social que, ao refletir os interesses da classe dominante, tende a apresentar-se como representação universal da realidade.

Como bem observa Mészáros (2010), a ideologia no campo educacional manifesta-se não apenas nas políticas em si, mas também nas formas como essas políticas são apresentadas e justificadas perante a sociedade. Portanto, a compreensão crítica do discurso ideológico se torna um recurso teórico-metodológico indispensável para a análise das políticas de acesso à educação superior e seus desdobramentos nas instituições privadas.

Tal compreensão é essencial para a análise do discurso mercadológico produzido pelas instituições privadas de educação superior, que será objeto de estudo ao longo desta dissertação. O entendimento de que os discursos institucionais, especialmente aqueles voltados ao acesso, são atravessados por determinações ideológicas permite problematizar as formas como tais instituições constroem sentidos de “democratização” e “responsabilidade social” enquanto, na realidade, aprofundam lógicas de mercantilização e exclusão.

A presente pesquisa discorre acerca das políticas e estratégias que promovem o acesso à educação superior em Instituições de educação superior (IES) privadas de Mato Grosso do Sul (MS), sob a ótica da financeirização e do discurso mercadológico, com base no MHD. Utiliza-se o Censo da Educação Superior (INEP) e do sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil (e-MEC) para coleta de dados da análise. Seleciona-se dos anúncios comerciais online das IES de MS em exercício de aplicação da análise de discurso (ADD).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como as IES privadas com fins lucrativos de MS mobilizam discursos mercadológicos para legitimar suas estratégias de acesso. Para tanto, elaboramos objetivos específicos: 1. Analisar publicações sobre o tema e apresentar políticas de educação superior no Brasil; 2. Desvelar características da educação superior no Brasil; 3. Analisar o discurso sobre acesso promovido por Instituições de educação superior em Mato Grosso do Sul.

A escolha de MS como campo empírico da presente pesquisa se justifica por suas particularidades territoriais, educacionais e socioeconômicas, que oferecem subsídios analíticos relevantes para o estudo da mercantilização da educação superior. Com dinâmicas que revelam um cenário propício para a análise do discurso mercadológico adotado por IES com fins lucrativos, especialmente pela maneira como essas instituições mobilizam políticas públicas de acesso, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em um estado onde o acesso à educação superior ainda está profundamente vinculado a fatores como renda, localização geográfica e infraestrutura urbana.

Além do contexto pessoal, em relação ao desenvolvimento de trajetória acadêmica, docente e reflexiva no próprio território sul-mato-grossense, o que possibilita uma aproximação crítica, situada e comprometida com a realidade educacional local. O recorte espacial, portanto, não é meramente ilustrativo, mas parte integrante da estratégia metodológica de análise, pois permite captar como o fenômeno da mercantilização se manifesta em realidades regionais específicas, tensionando discursos nacionais padronizados sobre acesso e democratização da educação superior.

A organização dos aspectos teórico-metodológicos tem como base as produções de Marx (1996; 1999; 2008; 2013), Maciel (2015; 2020), Chauí (2009a; 2009b; 2011a, 2011b), Minto (2005; 2006; 2011; 2018; 2021; 2023; 2024), Sguissardi (2015), entre outros autores, que norteiam os pressupostos metodológicos e epistemológicos. Este estudo busca responder às seguintes questões centrais: Quais discursos mercadológicos são mobilizados pelas IES privadas com fins lucrativos de MS para legitimar suas estratégias de acesso? De que forma esses discursos se articulam aos processos de mercantilização da educação superior?

A investigação possui natureza qualitativa, de caráter bibliográfico-documental e analítico-crítico, MHD. Tal abordagem permite captar o objeto em sua totalidade histórica, evidenciando as contradições entre expansão da educação superior e lógica de mercantilização que a subordina ao capital. Os resultados mostram o predomínio do setor privado na oferta de matrículas IES privadas de MS, com destaque para a EaD, impulsionado por grandes conglomerados voltados a educação superior aos quais se critica, sobretudo, a apropriação do setor privado acerca das políticas públicas para expandir seu alcance, priorizando lucros em detrimento de uma educação inclusiva e emancipatória.

Incorpora-se às categorias práxis e trabalho como princípio educativo, articuladas à lógica dialética como método de apreensão do real (Kopnin, 1978; Kuenzer *apud* ABdR, 1995). Essas categorias não apenas subsidiam a leitura crítica da realidade social, mas também qualificam a abordagem do objeto de estudo como expressão de determinações estruturais do capital no campo da **educação superior**. Como afirma Kopnin (1978, p. 95), “a dialética é, antes de tudo, o método de penetração na essência do objeto, de explicação do seu desenvolvimento interno, da lógica de seu movimento”.

A práxis é aqui concebida como categoria fundante da realidade e critério de verdade, uma vez que expressa a unidade dialética entre teoria e prática, fundamental para a produção de análises que não se limitem à descrição da realidade, mas a insiram em uma perspectiva de transformação histórica. Rejeita-se, portanto, a separação mecânica entre o pensar e o agir, afirmando-se a práxis como mediação entre o pensamento crítico e os processos sociais concretos, especialmente aqueles relacionados à financeirização, mercantilização e à apropriação das políticas públicas de acesso e permanência na educação superior, como o ProUni, o FIES e os dispositivos normativos que estruturam a pós-graduação sob a lógica do capital.

A incorporação dessas categorias exige vigilância epistemológica rigorosa frente aos processos contemporâneos de ressignificação conceitual, amplamente difundidos no campo das políticas públicas educacionais. Como adverte Marcondes (2021, p. 26), “a teoria perde sua

força crítica quando seus conceitos são reformulados para se adaptarem às exigências do real imediato”. Esse deslocamento semântico converte categorias críticas em instrumentos de adaptação funcional ao presente, esvaziando sua densidade teórico-política (ABdR, 1995, p. 46). No campo educacional, esse processo manifesta-se, por exemplo, na apropriação de noções como trabalho e formação integral por discursos tecnocráticos e gerencialistas, que operam sob a lógica da performatividade e da eficiência neoliberal.

Como aponta Marx (2011, p. 54), “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso”. Esta compreensão dialética da realidade permite reconhecer que as políticas educacionais não podem ser analisadas a partir de seus enunciados formais ou aparências fenomênicas, mas sim por meio das mediações contraditórias que as vinculam à totalidade social. Kosík (1976) denomina esse processo de pseudoconcreticidade, isto é, a substituição do concreto histórico mediado por representações imediatistas que ocultam suas determinações de classe. Essa crítica também é compartilhada por Saviani (2007), ao reafirmar que o trabalho como princípio educativo não pode ser esvaziado de seu conteúdo ontológico e formativo, sob pena de ser reconfigurado como um instrumento de adaptação produtiva

De modo semelhante, Minto (2016) evidencia que o uso recorrente de termos como inclusão e equidade em documentos oficiais, quando desvinculados da crítica estrutural, opera uma inversão ideológica, despolitizando as disputas históricas no interior da educação superior. O discurso mercadológico, enquanto manifestação superestrutural, não deve ser interpretado como simples reflexo da base econômica, mas como mediação ideológica da totalidade social. A lógica dialética (Kopnin, 1978; Kuenzer *apud* ABdR, 1995) permite apreender esse discurso como expressão contraditória: por um lado, sustenta promessas de acessibilidade, mobilidade e sucesso individual; por outro, oculta os mecanismos de reprodução das desigualdades, precarização da formação e subsunção da universidade à lógica da mercadoria. Nesse processo, o trabalho, que deveria figurar como mediação ontológica do processo educativo, é reconfigurado como atributo mercantil, descolado de sua função formativa e politicamente esvaziado.

A constituição do objeto de estudo, portanto, resulta de mediações entre estrutura e linguagem, entre a reprodução ampliada do capital e as formas de racionalidade educacional, exigindo um método que permita apreender o movimento entre o singular empírico (como campanhas publicitárias, diretrizes institucionais e indicadores de acesso) e a totalidade histórica e contraditória da mercantilização da educação superior (Frigotto, 2007; Saviani, 2008). Somente por meio da lógica dialética é possível compreender essas políticas afirmativas

não como reformas conciliatórias, mas como expressões contraditórias de uma disputa por projetos formativos e societários no interior das universidades estaduais brasileiras.

O levantamento teórico buscou, a partir dos descritores “educação superior”, “mercantilização” e “publicidade” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, SciELO e Google Scholar, resultando em 128 registros. Aplicaram-se filtros de área (Educação) e recorte temporal (publicações a partir de 2022) até 2024, reduzindo o corpus para 8 trabalhos. Após leitura exploratória, três estudos foram incluídos pelo elevado grau de aderência analítica (Sousa 2023; Silva 2022; Andrade 2023).

O universo empírico compreende 21 IES privadas com fins lucrativos ativas em MS, identificadas no sistema e MEC. Para análise aprofundada, selecionaram-se oito instituições que: (a) obtiveram Conceito Institucional¹ (CI) maior (>) que 3o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), (b) ofertam simultaneamente modalidades presencial e EaD, e (c) cobrem os três tipos acadêmicos (universidade, centro universitário e faculdade). A unidade de análise consiste nos anúncios publicitários veiculados entre janeiro de 2023 e março de 2025 em sites institucionais e redes sociais (Instagram, Facebook). Indicadores de expansão histórica (matrículas, ingressantes, participação EaD) foram extraídos do INEP (1980 2022).

Assim, busca-se de compreender e explicar os fenômenos e objetos investigados, tal como são na prática, com base material da sociedade, ou seja, a forma como os seres humanos organizam a produção e reprodução da vida material, determinada, em última instância, nas formas de organização social, política e ideológica.

Realiza-se análises bibliográficas, dos documentos educacionais e dos dados coletados pelo INEP e e-MEC. Entendendo que:

[...] as reflexões e os conselhos metodológicos se centram, sobretudo, na questão da seleção dos dados de observação e na da classificação das anotações de campo. A seleção dos dados é, efetivamente, um problema delicado, já que o pesquisador não pode observar tudo. Alguns sugerem proceder segundo um processo de “funil”. As observações serão, em primeiro

¹Os valores de Conceito Institucional (CI), Conceito Institucional EaD (CI-EaD) e valor de Índice Geral de Cursos (IGC) são indicadores utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) para avaliar IES brasileiras, com base nos critérios estabelecidos no SINAES. Esse conceito resulta da análise de dimensões institucionais como: planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura física. A pontuação do CI varia de 1 a 5, sendo que conceitos 1 e 2 indicam desempenho insatisfatório, conceito 3 representa qualidade satisfatória e conceitos 4 e 5 denotam níveis de excelência institucional (Brasil, 2004).

lugar, principalmente descritivas, e as interpretações delas extraídas permitirão precisar e orientar as seguintes (Jaccoud; Mayer, 2008, p. 273).

Com isso, a presente pesquisa se trata de produção qualitativa bibliográfica, pois “[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas” (Bocato, 2006, p. 266). De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021), não basta apenas analisar a produção científica, é preciso proporcionar resultados sistematizados. E, para tal, como processo inicial do estudo, buscou-se produções publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O recorte temporal desta pesquisa foi definido de forma a abranger duas dimensões complementares, em coerência com seus objetivos e com a perspectiva do MHD. A primeira dimensão corresponde à revisão bibliográfica, a qual foi delimitada a partir de 2022 até 2024. Utilizando-se as ferramentas de refinamento cronológico do portal da CAPES, com publicações de 2022 em diante, visando demonstrar discussões atuais sobre a mercantilização e financeirização da educação superior. Esse recorte contempla as discussões acerca da comercialização da educação superior, a fim de compreender os movimentos recentes das políticas de acesso e dinâmicas de mercado no setor educacional.

A segunda dimensão diz respeito à coleta de dados empíricos, que abrange um intervalo histórico amplo, por meio dos dados do INEP, cobrindo toda a série de 1980 até 2022, além de outros documentos oficiais pertinentes (como informações extraídas do sistema e-MEC) relativos às instituições privadas de MS. Ainda, procede-se com a coleta de campanhas e anúncios publicitários online das IES privadas entre 2023 e o início de 2025.

A opção por esse extenso recorte temporal para os dados empíricos é fundamental para compreender o contexto histórico das políticas voltadas à educação superior e o processo de mercantilização ao longo de décadas, que mapeia as transformações estruturais e marcos regulatórios, em contexto ao desenvolvimento do setor privado. Ao mesmo tempo, a inclusão de dados (2023-2025) possibilita contrastar as estratégias de mercado vigentes com os princípios e objetivos declarados das políticas de acesso.

Dessa forma, investiga-se como as práticas e políticas educacionais são determinadas pelas contradições do sistema capitalista, como a subordinação da educação à lógica do mercado e a transformação da educação em mercadoria. O modo de produção no capitalismo (MPC) molda as políticas da educação superior, promovendo a mercantilização do acesso e

subordinando a educação às demandas do mercado e é fundamental para explicar como as relações sociais e de produção impactam a organização da educação no Brasil.

Direciona-se a discussão da educação superior acerca do desenvolvimento do sistema capitalista em uma perspectiva da realidade brasileira, em que o Modo de Produção Capitalista (MPC), conforme Prado Jr. (1978), gera uma economia disfuncional, pois interfere nas possibilidades do desenvolvimento social e impede que as forças produtivas se desenvolvam ao ponto de elevar o padrão de vida da população.

Assimila-se a transformação da educação em mercadoria como parte do movimento de desenvolvimento do capitalismo, em que todas as esferas da vida social são subordinadas à lógica do mercado e à busca pelo lucro. Essa visão se fundamenta com base Marx (1996), na crítica ao sistema capitalista que promove a mercantilização de bens e serviços. Nesse movimento, o capitalismo transforma o conhecimento (educação) em um produto que pode ser comprado e vendido, com escolas, universidades e cursos que passam a oferecer diplomas como “produtos” de qualificação e encaminhamento ao mercado de trabalho, o que privilegia competências específicas que atendem às demandas criadas pelo capital.

A partir desse movimento, promove-se a privatização e financeirização, sustentada por políticas neoliberais que convertem a educação em um setor de mercado. Para expandir o mercado educacional, o setor privado se apropria dos discursos de acesso|e, conseqüentemente, a inclusão, moldados em ideais neoliberais, ancorando-se em subsídios e políticas que promovem o fortalecimento do setor privado e parcerias público-privadas. A sociedade brasileira contemporânea tem o movimento de expansão do capital em que se estrutura o neoliberalismo², “[...] com a necessidade de criar, em momentos de crise, novos mecanismos de interiorização por parte dos indivíduos e sujeitos políticos em geral, fazendo-os adotar as perspectivas do sistema” (Minto, 2011, p. 77).

Segundo Freitas (2018), o neoliberalismo individualiza os processos pelo setor privado e toma conta das atividades públicas, em que os direitos sociais não devem ser ofertados de forma pública e o Estado deve ter intervenção mínima. Nesse cenário, a educação precisa cumprir as metas e os objetivos por meio da preconização do estabelecimento de competências e habilidades, a fim de estimular o desenvolvimento de competitividade a partir das necessidades do mercado.

² O neoliberalismo corresponde a “[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais” (Harvey 2008, p. 9).

O neoliberalismo corresponde a um modelo econômico capaz de **transformar a educação em mercadoria e o aluno em um agente competitivo para o mercado de trabalho** (Harvey, 2008 *apud* Duarte; Silva, 2023 p. 3, grifo nosso).

Logo, as propostas educacionais estruturadas sob a hegemonia desses conceitos, tornam-se uma supervalorização do indivíduo e da lógica individualista, a qualificação dos indivíduos é realizada à luz de desigualdades, isto é, uma educação diferenciada para atender a “demandas” (Noronha, 2005, p. 79-81) também diferenciadas.

Na pesquisa, o conceito de discurso foi mobilizado de forma teórico-metodológica que se apropria da Análise de Discurso (ADD), entendendo cada enunciado como uma interação entre vozes sociais carregadas de valores e ideologias, inspirada no círculo de Bakhtin; Desse modo, os materiais publicitários (anúncios) coletados das IES privadas são tratados como gêneros discursivos específicos, cujos elementos verbais, visuais e paralinguísticos constroem determinado horizonte de expectativas sobre “qualidade” e “empregabilidade” no âmbito da educação superior.

ADD fornece as ferramentas de microanálise (vozes, apelos semânticos, formas de endereçamento) à educação superior e seu público (cliente), enquanto o MHD situa tais achados no macrocontexto da mercantilização. O discurso, por conseguinte, opera como ponte entre a dimensão textual-interacional e a dimensão socioeconômica, permitindo evidenciar como os anúncios das IES privadas de MS atualizam ideologias capitalistas e moldam percepções sobre acesso e inclusão. Assim, analisa-se como a linguagem publicitária reproduz e legitima a lógica neoliberal, transformando a educação em mercadoria, aderindo os anúncios como manifestações superestruturais que refletem e naturalizam relações de mercado.

Empregou-se a ADD para examinar voz, léxico e recursos visuais dos anúncios, categorizando apelos à “acessibilidade”, “empregabilidade” e “preço”. Em seguida, os achados foram reinterpretados à luz do MHD, relacionando estratégias discursivas a processos de mercantilização (capital fictício, rentabilidade (via ProUni e FIES)). A integração ocorreu por meio de um quadro sinóptico que confronta categorias discursivas com indicadores quantitativos de mercantilização.

A estrutura desta dissertação foi organizada em cinco seções interdependentes, concebidas de modo a assegurar a articulação entre os objetivos da pesquisa, os fundamentos teórico-metodológicos do MHD e a análise empírica dos discursos mercadológicos no contexto educacional sul-mato-grossense. Cada seção cumpre uma função específica na construção

argumentativa e analítica do trabalho, promovendo o encadeamento lógico entre totalidade, mediações e particularidades do objeto investigado.

A primeira seção, **Introdução**, apresenta a delimitação do problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa teórico-prática da investigação e a opção metodológica adotada. Nela, destaca-se a escolha do estado de MS como campo empírico, justificada não apenas por suas particularidades educacionais, geográficas e socioeconômicas, mas também pela inserção pessoal e acadêmica da autora nesse território, o que confere à análise uma dimensão crítica situada. Essa seção introduz a perspectiva crítica sobre a mercantilização da educação superior, tematizando o avanço da financeirização e a apropriação das políticas públicas por parte das IES privadas com fins lucrativos.

A segunda seção, **Questões teórico-metodológicas**, desenvolve o arcabouço epistemológico da pesquisa, alicerçado na tradição crítica marxista, sobretudo nos fundamentos do MHD, cujas categorias estruturantes (como totalidade, contradição, mediação e historicidade) orientam tanto a construção do objeto quanto a análise da realidade educacional. Além disso, a seção apresenta o diálogo com a ADD de orientação bakhtiniana, assumida como estratégia metodológica complementar para a leitura dos materiais publicitários das IES, compreendidos como gêneros discursivos que atualizam ideologias neoliberais e constituem formas de legitimação da mercantilização educacional.

A terceira seção, **Educação superior brasileira**, traça um panorama histórico, político e regulatório da educação superior no Brasil, com ênfase nas políticas públicas de acesso e nos marcos legais que orientaram sua expansão. São discutidos, com base em dados do INEP e da literatura especializada, programas como o FIES, o ProUni e o PNE (2014–2024), evidenciando-se o papel do Estado na conformação de um modelo educacional pautado na privatização e na financeirização. A seção analisa as formas de organização das IES, a regulação estatal, a expansão da EaD e o tensionamento entre ampliação de matrículas e precarização da formação. Com base em autores como Sguissardi (2008), Minto (2018) e Silva Junior (2022), argumenta-se que tais políticas, embora travestidas de democratização, operam como engrenagens da lógica do capital, consolidando a hegemonia do setor privado.

A quarta seção, **O discurso mercadológico das IES privadas em Mato Grosso do Sul**, configura o núcleo analítico da dissertação, no qual se realiza o entrecruzamento entre os dados empíricos e os fundamentos teórico-metodológicos. São apresentados os critérios de seleção das 21 IES privadas com fins lucrativos do estado, a partir de dados do sistema e-MEC e do INEP, com destaque para oito instituições selecionadas para análise aprofundada. A seção se desdobra na caracterização do campo empírico e na análise dos anúncios publicitários

veiculados entre 2023 e 2025, categorizados segundo os apelos à “acessibilidade”, “empregabilidade” e “sucesso profissional”. A ADD é empregada para identificar as vozes sociais, os recursos linguísticos e visuais e as estratégias de endereçamento dos discursos mercadológicos.

Por fim, a quinta seção, **Considerações finais**, retoma os principais achados da pesquisa, reafirmando a centralidade da crítica à apropriação das políticas públicas pelas IES privadas, que atuam segundo a lógica da rentabilidade e da financeirização. Reitera-se que o discurso institucional dessas instituições, ao se apropriar de programas públicos como o ProUni e o FIES, converte direitos sociais em promessas de mobilidade individual, esvaziando o papel formativo e emancipatório da educação superior. A seção enfatiza a importância da análise crítica fundamentada no MHD para compreender as mediações entre o discurso e a estrutura social, bem como a necessidade de fortalecer o compromisso com uma educação pública, gratuita e de qualidade, orientada pelo princípio da justiça social e da emancipação humana.

2. QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A análise da educação superior privada no Brasil exige uma abordagem teórico-metodológica que articule diferentes dimensões (histórica, política, econômica e educacional), especialmente no que se refere às transformações institucionais, à regulação da qualidade e ao papel do financiamento público no setor. Nesse sentido, diversos estudos têm evidenciado o modo como as instituições privadas de educação superior se adaptam às diretrizes estatais e às demandas de mercado, assumindo características marcadamente mercantis. Essa constatação demanda o reconhecimento das metodologias de pesquisa que operam com categorias como mercantilização, expansão, regulação e democratização do acesso.

Em descrição do processo de busca realizado na plataforma Capes, iniciou-se com a utilização do operador booleano *AND* e os descritores: “Educação Superior” *AND* “mercantilização” *AND* “publicidade”, obtendo como resultado o total de 128 publicações, 76 dissertações e 47 teses. Posteriormente, filtrou-se a área de conhecimento em “Educação”, o número de resultados total caiu para 46, 26 dissertações e 20 teses de Doutorado. Adiante, selecionou-se a filtragem da área de concentração das pesquisas, também em “Educação”, que refinou o resultado total em 28 publicações, 14 dissertações e 14 teses.

Para finalizar o processo de busca, delimitou-se um recorte temporal, conforme as ferramentas de refinamento depositadas na plataforma Capes, selecionou-se apenas as publicações a partir do ano de 2022 até 2024, a fim de proporcionar uma leitura atualizada da temática em pauta, que totalizou 8 publicações, sendo 2 dissertações e 6 teses. Com base na leitura das produções enumeradas, selecionou-se 3 trabalhos, com base em seu conteúdo, contribuições e aderência com a presente pesquisa. Conforme disposto no **Quando 1**, realizou-se uma breve apresentação dos trabalhos, em que, estimou-se uma relação e contribuição para com a problemática da presente pesquisa.

Quadro 1 – Dissertações a partir dos descritores “Educação Superior” AND “mercantilização” AND “Publicidade”

Título do trabalho	A EDUCAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO: MERCANTILIZAÇÃO, EaD E MUTAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO	MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO HUMANA: análise da concepção de educação contida na proposta do curso de Pedagogia de uma IES privada da cidade de Teresina.	Companhias do mercado da educação superior no Brasil Decisões estratégicas e desempenho empresarial no período 2007-2021
Autor(a)	Andrea Luciana Harada Sousa	Renato Oliveira Da Silva	Sanete Irani De Andrade
Orientador (a)	Evaldo Piolli	Maria Escolastica de Moura Santos	Jose Roberto Montes Heloani
Tipo de trabalho	Tese	Dissertação	Tese
Ano de defesa	2023	2022	2023
Palavras-chave	Ensino superior; Ensino a distância; Trabalho docente; Neoliberalismo; Financeirização; Precarização; Mercantilização.	Formação humana; Crise estrutural do capital; Mercantilização; Educação superior; Pedagogia.	Mercantilização do ensino; Educação Superior/ Planejamento; Cogna/Kroton.
Metodologia	Qualitativa, crítica, documental, com análise de políticas educacionais.	Documental, bibliográfica, Materialismo Histórico-Dialético.	Documental, descritiva, análise de relatórios financeiros.
Objeto	Mercantilização, EaD e precarização do trabalho docente no ensino privado.	Concepção de educação em um curso de Pedagogia de IES privada.	Decisões estratégicas e desempenho das maiores empresas educacionais.
Universidade	Universidade Estadual De Campinas	Universidade Federal Do Piauí	Universidade Estadual De Campinas

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Os três trabalhos tratam da mercantilização da Educação Superior no Brasil e convergem na crítica ao processo de transformação da educação em mercadoria e na análise das suas consequências para a formação humana, o mercado educacional e o trabalho docente. Sousa (2023) aprofunda a discussão sobre a precarização do trabalho docente na educação superior privado, com destaque para a expansão da Educação a Distância (EaD). Associar a flexibilização da legislação e o avanço das tecnologias a uma lógica de aligeiramento e barateamento da formação, que afeta negativamente a qualidade da educação e a valorização do docente.

De acordo com Sousa (2023), as novas formas de gestão corporativa intensificam a fragmentação e a desvalorização do trabalho docente, refletindo a subordinação da educação aos interesses do capital. Essa discussão, mesmo com o enfoque no trabalho docente, está intrinsicamente ligada com as discussões sobre a mercantilização e, conseqüentemente, com a financeirização e os ideias neoliberais que permeiam o movimento histórico de construção da educação superior no país, questão essa que será tratada de forma mais aprofundada nas próximas seções da presente pesquisa.

Silva (2022) investiga a proposta pedagógica de um curso de Pedagogia em uma IES privada de Teresina-PI. A pesquisa fundamenta-se no MHD e aponta que os princípios empresariais se sobrepõem aos fins educativos, orientando a formação para as demandas do mercado, com foco em empregabilidade e empreendedorismo. O estudo faz a crítica de como tal modelo limita o desenvolvimento humano e compromete o papel da educação como mediadora no processo de humanização. Ao discutir especificamente acerca do curso de Pedagogia, as conseqüências dessa mercantilização da educação superior, reconhecendo o movimento do sistema capitalista em contraste as crises e ideias neoliberais perante o desenvolvimento e a formação na educação superior (Silva, 2022).

Andrade (2023) analisa as estratégias de expansão e o desempenho empresarial das principais companhias do setor educacional privado (Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima). Os dados revelam que a transformação da educação superior em mercadoria foi viabilizada por políticas públicas como FIES e ProUni e pelo ingresso dessas empresas na bolsa de valores (B3). Evidencia-se que, embora beneficiadas por legislações e incentivos, as instituições priorizam lucros em detrimento da qualidade educacional, tratando a educação como um produto do mercado.

Ao se aprofundar na discussão das grandes empresas por trás desse movimento de instauração do mercado educacional, questão essa que também atravessa as questões acerca da expansão e as formas de acesso à educação superior, de modo que, as implicações do setor privado é a base das discussões centrais da presente pesquisa, resgatando discussões sobre a financeirização e estratégias de mercado.

Portanto, os três estudos criticam a mercantilização da educação superior, evidenciando como políticas públicas e práticas empresariais contribuem para a transformação da educação em mercadoria. Enquanto Silva (2022) foca na análise de um curso específico e suas implicações na formação humana, Andrade (2023) traz uma visão macroeconômica, analisando as estratégias das principais empresas educacionais no mercado.

Sousa (2023), direciona sua atenção às consequências do avanço da EaD e a precarização do trabalho docente. Em comum, os autores defendem que esse modelo mercantilizado afasta a educação de seu papel social e emancipatório, subordinando-a aos interesses do capital. Nesse contexto metodológico, os trabalhos convergem na crítica à mercantilização da educação superior com base no MHD, seja como fundamento central, como utilizado por Silva (2022) e Sousa (2023) ou como perspectiva crítica implícita, como se pode observar na produção de Andrade (2023). Ao se apropriarem do MHD para desvelar as contradições estruturais do capitalismo, evidenciam como a lógica do mercado subordina a educação ao lucro, precariza o trabalho docente e limita a formação humana e social. Tal como as produções apresentadas anteriormente, sustenta-se a presente pesquisa por meio do MHD. Isto posto, para iniciar diretamente a discussão proposta no atual estudo, podemos trazer como questão inicial: Como a educação se torna/transforma em mercadoria?

Autores como Sguissardi e Silva (2009) propõem um olhar atento às transformações estruturais na educação superior privado a partir de uma perspectiva crítica, que considera o impacto das políticas públicas na reconfiguração do setor. Por sua vez, Dias Sobrinho (2007) enfatiza a importância de um referencial de qualidade que vá além dos indicadores quantitativos e inclua aspectos como relevância social e formação cidadã. Complementarmente, Silva Junior (2022) analisa o papel do financiamento na educação superior, destacando como os instrumentos de fomento público, ao mesmo tempo que ampliam o acesso, reforçam a dependência do setor privado e a lógica de mercado no campo educacional.

A articulação desses referenciais permite compreender que a educação superior privada brasileira é atravessada por contradições estruturais, cuja análise requer metodologias que deem conta tanto da totalidade social quanto das especificidades institucionais e regionais. Desse modo, a construção do objeto de estudo deve considerar a complexidade das mediações entre política pública, iniciativa privada e direito à educação.

Os estudos de Sguissardi e Silva (2009), Dias Sobrinho (2007) e Silva Junior (2022) evidenciam que o setor privado tem se expandido com forte influência de políticas públicas que, embora busquem ampliar o acesso, também contribuem para a consolidação de uma lógica mercantil. Esta lógica se materializa, por exemplo, na crescente transformação das instituições educacionais em corporações voltadas à captação de recursos e à maximização de resultados financeiros, deslocando o foco da formação humanística e da função social da educação superior.

Entre as principais características da discussão contemporânea sobre educação superior no Brasil, destaca-se o tensionamento entre acesso e qualidade. Por um lado, políticas como o ProUni e FIES permitiram uma ampliação do acesso, sobretudo entre populações historicamente excluídas. Por outro lado, os autores alertam que essa ampliação não foi necessariamente acompanhada de melhorias nos indicadores qualitativos, nem de transformações estruturais que garantam permanência e êxito dos estudantes (Silva Junior, 2022).

Outro aspecto relevante é a reconfiguração institucional das instituições privadas de educação superior, que passaram por processos de fusão, aquisição e financeirização. Sguissardi e Silva (2009) apontam que tais processos são sustentados por uma regulação estatal permissiva, marcada por uma racionalidade neoliberal que trata a educação como serviço e o estudante como consumidor. Isso acarreta uma homogeneização de currículos, a intensificação do trabalho docente e o esvaziamento das finalidades formativas mais amplas da educação superior.

No campo da avaliação, Dias Sobrinho (2007) propõe uma crítica aos modelos normativos e reducionistas que prevalecem nos sistemas oficiais, os quais tendem a privilegiar indicadores quantitativos (como taxas de titulação e desempenho em exames) em detrimento de dimensões formativas, éticas e políticas do processo educativo. O autor defende a adoção de concepções de qualidade que estejam vinculadas à democratização do saber, à responsabilidade social e à construção de um projeto educativo comprometido com os direitos sociais.

Assim, as abordagens teórico-metodológicas apresentadas revelam a necessidade de se compreender a educação superior como fenômeno complexo, atravessado por interesses contraditórios entre capital e direito social, regulação estatal e autonomia universitária, mercado e formação crítica. A leitura crítica das transformações do setor privado, mediada por categorias como mercantilização, financeirização, democratização e qualidade socialmente referenciadas, é fundamental para a produção de conhecimento comprometido com a transformação da realidade educacional brasileira.

As discussões sobre o capitalismo e exploração da força de trabalho tem como base, essencialmente, em Marx (2008), para abordar como o capitalismo molda ideologias neoliberais, como o individualismo e o consumismo, que permeiam o discurso e a prática educacional.

A educação superior privada no Brasil é marcada por uma profunda e contínua reconfiguração sob as lógicas do capital, evidenciadas especialmente nas categorias de

mercantilização, financeirização e nas complexas relações entre o público e o privado. A expansão do setor privado, especialmente a partir da década de 1990, não pode ser compreendida fora das diretrizes políticas neoliberais que moldaram o campo educacional, conforme evidenciam autores como Dias Sobrinho (2007), Sguissardi e Silva (2009) e Silva Junior (2022).

A mercantilização da educação superior refere-se ao processo de transformação da educação em mercadoria, cujos elementos simbólicos (como diploma, empregabilidade, status social) e materiais (estrutura, plataformas, serviços educacionais) são comercializados segundo uma lógica de consumo. Esse processo implica a redução do valor formativo da educação ao seu valor de troca no mercado de trabalho (Dias Sobrinho, 2007).

Já a financeirização se manifesta como desdobramento contemporâneo do capitalismo, em que a educação superior passa a ser tratada como ativo financeiro. Minto e Galzerano (2024) argumentam que a financeirização é articulada ao capital fictício, sustentando-se em expectativas futuras de rentabilidade e se associando diretamente a grandes conglomerados educacionais que operam na bolsa de valores, como demonstrado por Andrade (2023) ao estudar a atuação de grupos como Cogna, Yduqs e Ânima.

As relações entre público e privado são tensionadas por políticas públicas que transferem recursos do fundo público para o setor privado, especialmente por meio de programas como o ProUni e o FIES, que ao mesmo tempo em que ampliam o acesso, consolidam o setor privado como o principal ofertante de vagas e o Estado como financiador da rentabilidade dessas instituições (Silva Junior, 2022; Andrade, 2023). Tal contradição revela o caráter estruturante da atuação estatal no fortalecimento do mercado educacional, em detrimento da oferta pública direta e universal.

Essa lógica de atuação estatal em favor do setor privado da educação superior não se dá de forma episódica ou apenas como resposta a crises conjunturais. Trata-se de um movimento estrutural que, ao longo das últimas décadas, consolidou um modelo de financiamento público para expansão privada. Minto (2018) evidencia que a mundialização do capital intensificou a apropriação de espaços historicamente públicos pelo setor privado, transformando a educação em mercadoria e ampliando os mecanismos de financeirização da educação superior, a partir da articulação entre interesses empresariais e políticas públicas de incentivo ao setor.

Silva Junior (2022) e Andrade (2023) corroboram essa análise ao demonstrarem que o Estado, ao invés de fortalecer a rede pública de educação superior, assumiu o papel de agente financiador das matrículas privadas, seja por meio de subsídios fiscais, como o ProUni, seja através de crédito educativo subvencionado, como o FIES. Essas políticas, apesar de ampliarem

o acesso numérico à educação superior, reforçam a precarização da oferta pública e ampliam o processo de mercantilização educacional, deslocando o conceito de educação de um direito social para uma mercadoria subordinada às regras do mercado.

No mesmo sentido, Sguissardi e Silva (2009) advertem que esse modelo de expansão via setor privado gerou um "inchaço" no sistema, mas não garantiu a qualidade formativa e científica necessária para a superação das desigualdades estruturais de acesso e permanência. Para os autores, o crescimento quantitativo de vagas privadas não representa uma democratização efetiva, pois advém de uma expansão excludente, marcada pela diferenciação entre públicos distintos de estudantes e pela precarização das condições de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, Dias Sobrinho (2007) problematiza os sentidos e contradições da expansão da educação superior no Brasil, apontando que a política de ampliação de vagas foi orientada muito mais por lógicas de mercado e de desempenho quantitativo do que por um compromisso efetivo com a qualidade social da educação. Segundo o autor, prevalece a lógica da "eficiência produtivista", em que indicadores de desempenho são utilizados para legitimar políticas de transferência de recursos públicos ao setor privado, enquanto a universidade pública enfrenta sucessivos cortes orçamentários.

Kenji (2021) reforça esse diagnóstico ao quantificar os impactos fiscais dessas políticas. Segundo o autor, até novembro de 2019, o FIES havia consumido aproximadamente R\$ 147 bilhões, volume que, em termos comparativos, seria suficiente para manter por um ano cerca de 72 universidades federais de médio porte. Além disso, o ProUni, ao transformar créditos tributários em bolsas, desempenhou papel decisivo no saneamento financeiro de várias instituições privadas, criando condições objetivas para os processos de fusões e aquisições que marcaram o setor na década de 2010.

Sousa (2023), Silva (2022) e Andrade (2023), aprofundam essa análise ao evidenciar que a financeirização da educação superior está diretamente relacionada à redefinição do papel do Estado como garantidor do capital educacional privado. Os autores destacam que, ao se transformar em financiador de matrículas privadas, o Estado brasileiro contribuiu para o crescimento de grandes grupos educacionais e para a consolidação de um modelo de regulação que privilegia os interesses mercadológicos, em detrimento da expansão e qualificação da rede pública de educação superior.

Ressalta-se que tal processo, de acordo com Minto (2011; 2018), ao mesmo tempo em que fortalece o setor privado, restringe o papel das universidades públicas como espaços de produção do conhecimento crítico e de formação cidadã. A combinação entre redução do

investimento público direto e o fortalecimento de mecanismos de financiamento privado por vias públicas (como FIES e ProUni) reflete um movimento de profunda contradição entre a lógica de mercado e a concepção de educação como direito social universal

Como discutido pelos autores, esse movimento foi viabilizado, em grande medida, pelas políticas públicas para a educação superior, entre as quais destacam-se:

- ProUni – Criado pela Lei nº 11.096/2005, estabelece critérios específicos para a concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior. São elegíveis ao programa os estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas públicas ou, alternativamente, aqueles que tenham concluído o ensino médio em escolas privadas, desde que na condição de bolsistas integrais da própria instituição. Além desses critérios de origem escolar, o ProUni define recortes de renda: para a concessão de bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, enquanto para as bolsas parciais de 50%, a renda familiar per capita pode chegar a até três salários mínimos. Também são incluídas como público-alvo as pessoas com deficiência, desde que atendam aos critérios de escolaridade e renda (Brasil, 2005).

Há, ainda, uma condição diferenciada para os professores da rede pública de educação básica em efetivo exercício do magistério: ao se candidatarem a bolsas em cursos de licenciatura, pedagogia ou normal superior, estão dispensados da exigência de comprovação de renda, independentemente de sua condição socioeconômica (Brasil, 2005). Dessa forma, representa-se uma política de inclusão social, mas também um vetor de expansão do mercado educacional privado.

FIES – Instituído pela Lei nº 10.260/2001, reconfigurado em 2017 pela Lei nº 13.530, destina-se a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior que tenham aderido ao programa e cujos cursos apresentem avaliação positiva no SINAES. São elegíveis ao financiamento os estudantes com renda familiar mensal bruta per capita de até três salários mínimos e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com média mínima de 450 pontos nas provas objetivas e nota superior a zero na redação (Brasil, 2001b).

O programa prioriza candidatos que não possuam diploma de curso superior, salvo casos específicos previstos em regulamentações complementares. Ao estabelecer esses recortes, o FIES visa atender estudantes de baixa renda, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento financeiro das instituições privadas de educação superior, sendo peça-chave na financeirização do setor

No âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 (Lei nº 13.005/2014):– Os recortes de estudantes não são definidos de forma individualizada, mas sim por meio de metas e estratégias que orientam a ampliação da inclusão de grupos historicamente excluídos da educação superior, considerando fatores como raça, etnia, gênero, deficiência, situação socioeconômica e localização geográfica.

Entre as metas específicas, a Meta 12 busca ampliar o acesso de jovens de 18 a 24 anos à educação superior, com previsão de que pelo menos 40% das novas matrículas sejam na rede pública. Além disso, o PNE enfatiza a necessidade de políticas de ações afirmativas, a redução das desigualdades regionais e a ampliação da inclusão de populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e demais segmentos vulnerabilizados (Brasil, 2014). Em suas metas 12, 14 e 20, promove a expansão da educação superior e o aumento do investimento, mas sem garantir a primazia do setor público, o que reforça a lógica de convivência ambígua entre o público e o privado (Minto, 2018).

No que se refere à expansão da educação superior na EaD, as políticas públicas implementadas a partir dos anos 2000 priorizaram, sobretudo, a interiorização da oferta e o atendimento de públicos historicamente excluídos das oportunidades educacionais presenciais (Brasil, 2006b). A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, exemplifica esse direcionamento, tendo como público-alvo prioritário os professores da educação básica sem formação inicial adequada, especialmente aqueles atuantes em regiões de difícil acesso ou com baixa cobertura de instituições de educação superior presenciais.

Além disso, a EaD passou a atender estudantes de baixa renda e trabalhadores que, por razões econômicas ou geográficas, não poderiam frequentar cursos presenciais. Essa expansão, embora quantitativamente significativa, gerou debates acerca da qualidade da formação oferecida e da precarização das condições de ensino, como destacam Sguissardi e Silva (2009) e Dias Sobrinho (2007), ao apontarem o caráter contraditório dessas políticas na articulação entre democratização do acesso e mercantilização da educação superior. Com o crescimento acelerado da modalidade, especialmente nas IES privadas, observa-se sua instrumentalização como forma de massificação do acesso a baixo custo, muitas vezes em detrimento da qualidade educacional (Sousa, 2023).

Com o objetivo de sintetizar os recortes das políticas de acesso à educação superior vigente durante o período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, apresenta-se, a seguir, o **quadro 2** apresenta uma exposição comparativa entre o ProUni, FIES e as metas do próprio PNE. Tal sistematização permite visualizar de forma articulada os

diferentes critérios de seleção e priorização adotados por essas políticas, evidenciando seus enfoques, limites e inter-relações no que tange à democratização do acesso à educação superior.

Quadro 2 – Recortes de estudantes atendidos pelo ProUni, FIES e PNE (2014–2024)

Política Educacional	Crítérios de Renda	Crítérios de Origem Escolar	Outros Recortes Sociais	Crítérios de Desempenho Acadêmico	Outras Observações
ProUni (Lei nº 11.096/2005)	Até 1,5 salário mínimo per capita (bolsa integral); até 3 salários mínimos per capita (bolsa parcial)	Ensino médio completo em escola pública ou em escola privada na condição de bolsista integral	Pessoas com deficiência; professores da rede pública (isenção de critério de renda para cursos de licenciatura, pedagogia e normal superior)	Participação no Enem, com mínimo de 450 pontos e nota superior a zero na redação	Exige vínculo com instituição privada de educação superior que aderiu ao programa
FIES (Lei nº 10.260/2001)	Até 3 salários mínimos per capita (em sua modalidade tradicional)	Não há exigência específica de origem escolar	Não há recortes específicos previstos na lei base, mas programas complementares (como o Fies Social) posteriormente criaram prioridades para PCD e egressos da escola pública	Participação no Enem, com mínimo de 450 pontos e nota superior a zero na redação	Exige matrícula em curso com avaliação positiva no SINAES e em IES aderente ao programa
PNE 2014–2024 (Lei nº 13.005/2014)	Direcionamento para redução das desigualdades sociais; metas sem limitação individual de renda	Prioridade para a ampliação de vagas públicas e ações afirmativas que contemplem grupos sub-representados	Populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, populações do campo, de periferias urbanas e de regiões com menor oferta de educação superior	Não há exigência direta de desempenho acadêmico no texto da lei	Previsão de que 40% das novas vagas na educação superior sejam públicas; incentivo à adoção de ações afirmativas por instituições públicas e privadas

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas Leis nº 10.260/2001, nº 11.096/2005 e nº 13.005/2014 (Brasil, 2001; 2005; 2014).

Observa-se que, enquanto o ProUni e o FIES estabelecem critérios mais individualizados, com foco em recortes de renda e desempenho no Enem, o PNE adota uma perspectiva macroestrutural, orientada para metas de expansão, com ênfase na redução das desigualdades regionais, étnico-raciais, sociais e de inclusão de pessoas com deficiência. Essa diferenciação revela a coexistência de políticas focalizadas e universalizantes no campo das

políticas de acesso à educação superior, conformando um cenário permeado por tensões entre o público e o privado, como discutido por autores como Minto (2018), Silva Junior (2022) e Andrade (2023).

Em discussão do tema apresentado, Sousa (2023), Silva (2022) e Andrade (2023), apontam que as IES privadas operam predominantemente como empresas educacionais, cujas decisões são guiadas pela lógica do capital, e não por compromissos formativos. O discurso institucional e publicitário das IES, ao promover “empregabilidade”, “flexibilidade” e “qualidade”, converte direitos sociais em slogans de mercado e oculta os mecanismos de exclusão simbólica e material em operação.

Assim, as características da educação superior privada no Brasil podem ser a: dependência de políticas públicas de financiamento; adoção de modelos gerenciais corporativos; crescimento da EaD como estratégia de lucro; uso intensivo de discurso mercadológico; precarização do trabalho docente; e descomprometimento com a função pública da educação. Esses elementos, sistematicamente evidenciados nas produções analisadas, contribuem para a consolidação de um modelo de educação superior subordinado à lógica do capital, onde o direito à educação se vê constantemente tensionado por mecanismos de rentabilidade.

Para Minto (2021), a financeirização da economia moderna amplia o conceito marxista ao demonstrar como setores como a educação são cada vez mais influenciados pela lógica do capital fictício, tornando-se ativos financeiros negociados no mercado. Nessa perspectiva, discute-se indiretamente acerca da alienação, no contexto da transformação do estudante em consumidor e da educação em produto, qual a lógica esvazia o papel emancipatório da educação, reduzindo-a a um instrumento para atender às demandas do mercado de trabalho.

As relações de produção são examinadas para analisar como o sistema educacional reflete as contradições do capitalismo, o que inclui a precarização do trabalho docente e o foco na empregabilidade dos estudantes, em detrimento de uma formação integral. A análise dos anúncios de IES no Brasil revela a intersecção entre o processo de financeirização o discurso mercadológico, que pode ser interpretado à luz das teorias dos “gêneros de discurso” (Bakhtin, 2016), desvelando a manifestação discursiva (ideológica) da mercantilização/financeirização da educação superior.

Ao desvelar as contradições estruturais do capitalismo que permeiam o sistema educacional brasileiro, propõe-se uma análise crítica sobre como a Educação Superior tem sido moldada por políticas neoliberais, que priorizam o lucro e a competitividade em detrimento de

uma educação inclusiva e emancipatória, reforçando desigualdades estruturais e transforma um direito social em mercadoria.

Ainda, é imprescindível recorrer à categoria de discurso ideológico, entendida, segundo Evangelista (2014), como forma de elaboração simbólica que busca produzir consenso em torno de um determinado projeto societário, ocultando as determinações materiais e as contradições inerentes à sociabilidade capitalista. No contexto desta pesquisa, o discurso institucional das IES privadas, que se apresenta sob o signo da inclusão, da ampliação de vagas e da “responsabilidade social”, constitui-se como manifestação concreta desse discurso ideológico.

Mészáros (2010) complementa essa análise ao afirmar que, em sociedades regidas pelo capital, os discursos educacionais não são neutros, mas expressão de um movimento mais amplo de reprodução das relações sociais existentes. Dessa forma, ao examinar os materiais institucionais e as campanhas de acesso produzidas pelas instituições privadas de Mato Grosso do Sul, a presente dissertação buscará desvelar os elementos ideológicos que sustentam tais discursos, evidenciando o contraste entre sua aparência de inclusão e sua essência mercadológica.

Ademais, sobre os procedimentos de seleção das IES privadas de MS, para mapear criticamente a atuação do setor privado lucrativo na educação superior sul-mato-grossense, optou-se por selecionar apenas as instituições de educação superior (IES) cadastradas no sistema oficial e-MEC como “privadas com fins lucrativos” e em situação de funcionamento ativa. A busca avançada filtrou a Unidade Federativa Mato Grosso do Sul (MS), garantindo fidedignidade à base legal e regulatória.

Para assegurar diversidade organizacional e comparabilidade entre modelos de gestão, manteve-se ao menos uma IES de cada forma acadêmica (universidade, centro universitário e faculdades) e excluíram-se instituições que ofereciam apenas um tipo de modalidade (presencial ou EaD) ou apresentavam CI ou CI-EaD inferior a 3, segundo o SINAES. Esse procedimento, aliado à análise dos anúncios publicitários, resultou num corpus de 21 IES geograficamente distribuídas em oito municípios, do qual oito atenderam a todos os filtros qualitativos e compuseram o foco analítico da pesquisa.

Separar as instituições privadas com fins lucrativos exclusivamente de MS foi imprescindível para alinhar o objeto empírico ao problema central da dissertação: compreender como políticas de acesso e discursos mercadológicos se materializam no contexto regional onde a autora atua e onde se concentram fortes dinâmicas de expansão privada. Esse recorte estadual permitiu captar particularidades socioeconômicas e regulatórias que diferem do

panorama nacional, evidenciar a concentração de IES na capital Campo Grande (11 de 21 instituições) e, simultaneamente, mapear desigualdades no interior do estado, conforme discorrido na seção 4 (especificamente na subseção 4.1, no **Quadro 7 – IES privada com fins lucrativos de Mato Grosso do Sul**). A fim de viabilizar uma investigação detalhada de anúncios publicitários e indicadores de qualidade sem dispersar a análise em múltiplas realidades subnacionais, promovendo um recorte geográfico aprofunda a investigação sobre mercantilização e financeirização da educação superior.

3. EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A legislação brasileira, no campo educacional, orienta-se pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Plano Nacional da Educação (PNE). As IES se diferem em tipos de instituições, entre as quais aquelas mantidas pelo poder público (União, estados, Distrito Federal e municípios) e as privadas (com ou sem fins lucrativos, além das confessionais e comunitárias). Legislações complementares também definem outras características dessa organização e suas respectivas instituições com implicações políticas atribuídas ao Ministério da Educação (MEC), responsável por todo o sistema educacional no Brasil.

Há também a atuação direta do poder Executivo interfere no sistema educacional e, difere-se das leis que constituem a educação, pois, são implementadas na forma de programas, planos, ações ou de projetos, dispostos a serem alterados ou descontinuados, sucessivamente, nas mudanças de governo. Para discorrer acerca das organizações acadêmicas, considera-se que as IES, conforme o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, podem se apresentar nas seguintes formas: Universidades, Faculdades, Centros e Institutos Federais.

As **Universidades** (Brasil, 2006) são IES pluridisciplinares, públicas ou privadas, que abrangem diversas áreas de conhecimento. Formam profissionais de nível superior, mas também têm foco no desenvolvimento de atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Devem ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente com dedicação em tempo integral à instituição. A mesma quantidade de docentes também deve ter titulação de mestrado ou doutorado para lecionar na instituição. O campus de uma universidade costuma ser maior quando comparado a de outros tipos de IES, pois deve abrigar todas as faculdades, bibliotecas e estruturas dos cursos, além de alojamentos, agências bancárias e outros espaços úteis para os estudantes.

As **Faculdades** (Brasil, 2006) são instituições pluricurriculares, públicas ou privadas, mas costumam focar em uma determinada área de conhecimento, oferecendo uma quantidade menor de cursos. Não possuem autonomia para abrir novos cursos e programas sem a autorização do MEC. Não tem independência para conferir títulos e diplomas, dependendo do registro do documento por uma universidade. Assim, a Faculdade não é voltada à promoção da pós-graduação, contudo, pode-se ofertar os cursos *lato* e *stricto sensu*, desde que sejam aprovados pelo MEC. Afora, não há requisitos em relação ao tempo de dedicação dos docentes, contudo, um terço dos profissionais devem ter titulação de especialista.

Os **Centros Universitários** (Brasil, 2006) são instituições pluricurriculares, públicas ou privadas, que abrangem uma ou mais áreas de conhecimento. Costumam ser maiores que as faculdades, mas menores que as universidades. Pode ser similar a uma Universidade, no que diz respeito à sua estrutura, mas não precisam ter a pesquisa institucionalizada, ou seja, não é obrigatória a promoção das atividades de ensino ou extensão, tal como a oferta de cursos de pós-graduação.

Os Centros podem oferecer, em nível de especialização, mestrado ou doutorado e possuem autonomia para a criação de novos cursos e programas de educação e podem registrar os próprios diplomas. Um terço do corpo docente deve ter titulação de mestrado ou doutorado e, no mínimo, um quinto precisa ter contrato com dedicação em tempo integral à instituição.

Os **Centros Federais de Educação Tecnológica** (Cefets) são instituições de regime especial, de natureza pluricurricular e multiunidade (unidade sede e unidades de educação descentralizada). Conforme estabelecido na Lei nº 6.545/1978, atuam na oferta de cursos de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado, de cursos superiores de pós-graduação lato e *stricto sensu* – especialização, mestrado e doutorado.

A partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei 11.892/2008), foram convertidos em **Institutos Federais** (IFs), passando a compor a rede dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente, de acordo com o MEC (Brasil, 2023) existem apenas dois Cefets: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca no Rio de Janeiro (RJ).

Os **IFs** (Brasil, 2009) se caracterizam como instituições públicas que oferecem Educação Básica, Superior e Profissional, pluricurriculares. São voltados à formação técnica, na formação de alunos para a atuação profissional em diversas áreas. Oferecem opções de ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos independentes, cursos superiores em tecnologia, licenciaturas e pós-graduações. De acordo com o MEC, esses Institutos possuem autonomia para criar e extinguir cursos, além de registrar os respectivos diplomas e devem ter 50% de suas vagas reservadas para cursos de nível médio e 20% para cursos de licenciatura, limitando a autonomia da instituição.

No que diz respeito à oferta de **EaD**, devem especificar: a abrangência geográfica; a razão de polos de EaD previstos para a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a infraestrutura física, tecnológica e de pessoal; as metodologias e tecnologias e sua

correlação com os projetos pedagógicos dos cursos; e, por último, a previsão da capacidade de atendimento do público-alvo (Brasil, 2009)

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) é responsável pela emissão de um parecer final, encaminhando o processo de credenciamento à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE pode deferir ou indeferir a solicitação de credenciamento quanto “às modalidades de oferta” e/ou “quanto aos cursos”. Os resultados, deferidos ou indeferidos, deverão ser homologados pelo ministro da educação, conforme exemplificado na **Figura 1**.

Figura 1 – Fluxograma do credenciamento e recredenciamento de IES



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em Brasil, 2023.

Conforme a Constituição Federal (CF) de 1988 assegura-se que a educação será ofertada com base no princípio da igualdade de condições de acesso e permanência. Contudo, o documento também endossa a coexistência de instituições de educação públicas e privadas e coloca, no art. 206º, o acesso de acordo com a “capacidade” de cada um.

Distinguiu-se as IES privadas sem fins lucrativos e com fins lucrativos e a diversificação das IES, ao redefinir sua organização, criando um modelo de organização acadêmica:

[...] ganhando autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de Educação Superior, além de 53 outras atribuições. São IES que rompem com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visto que, apenas, as IES universitárias públicas precisam manter essa relação (Maciel; Veloso, 2015, p. 229).

Dessa forma, mesmo que as políticas promovam o acesso à Educação Superior, por meio da expansão e flexibilização das IES, não há como se garantir uma gestão democrática nas IES privadas e/ou sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Compreende-se que desenho institucional da educação superior foi impulsionada por políticas públicas que, por um lado, buscaram ampliar o acesso e consolidar o sistema público federal, e, por outro, favoreceram o crescimento do setor privado com fins lucrativos, especialmente por meio de programas de financiamento e regulação da oferta a distância.

Diante disso, apresenta-se a seguir uma sistematização das principais políticas públicas voltadas à educação superior, classificadas conforme sua destinação prioritária: instituições públicas, privadas ou ambas. O **Quadro 3** permite visualizar como tais políticas se distribuíram e quais estratégias estruturaram a expansão e a reconfiguração do setor.

Quadro 3 – Principais políticas de educação superior no Brasil

Política / Programa	Ano	Destinação	Descrição / Impacto
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	2007	Pública	Ampliou vagas, cursos e campi nas universidades federais. Visava expansão com eficiência e inclusão social.
ProUni – Programa Universidade para Todos	2005	Privada	Concede bolsas de estudo em IES privadas para estudantes de baixa renda.
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil	1999/2001 (reform. em 2010 e 2017)	Privada	Financiamento público para estudantes cursarem graduação em IES privadas.
PNE – Plano Nacional de Educação (2014–2024)	2014	Pública e Privada	Estabelece metas para a educação superior, sem restringir a atuação do setor privado.
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	2004	Pública e Privada	Avalia instituições, cursos e desempenho estudantil (ENADE), influenciando regulação e financiamento.
Universidade Aberta do Brasil (UAB)	2006	Pública	Promove oferta de cursos superiores públicos a distância, principalmente licenciaturas.
Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243)	2016	Pública	Incentiva inovação e parcerias entre universidades públicas, institutos e setor produtivo.
Regulamentações da EaD (Decretos e Portarias do MEC)	2005–2022	Privada e Pública	Normatizam a expansão da educação a distância, com impacto maior nas IES privadas.
Programa Bolsa Permanência (PBP ProUni)	2011	Privada	Auxílio financeiro para estudantes bolsistas integrais do ProUni.
Cotas na educação superior (Lei nº 12.711/2012)	2012	Pública (obrigatória) / Privada (incentivada via ProUni)	Reserva vagas em IES públicas e influencia a concessão de bolsas no setor privado via critérios de inclusão.
Fórum Nacional de Educação (FNE)	2010	Pública e Privada	Instância de participação na formulação e monitoramento do PNE, com representação de todos os setores.
Decreto nº 9.057/2017 – EaD	2017	Privada e Pública	Ampliou a flexibilização para a oferta de EaD no setor privado.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em legislações educacionais, dados do INEP, MEC e autores como Sguissardi (2008), Minto (2018), Silva Junior (2022), Sousa (2023).

Conforme o **Quadro 3**, as categorias de destinação são divididas em três esferas, as “Pública”, que são representados por políticas voltadas exclusivamente ou prioritariamente para as IES públicas. A “Privada”, que possuem políticas direcionadas às IES privadas, geralmente vinculadas a programas de financiamento ou bolsas e, a destinação para ambas as categorias, a “Pública e Privada”, que são demandadas políticas universais ou regulatórias que interferem em ambas as esferas.

A análise do **Quadro 3** evidencia que, embora tenham sido implementadas políticas

relevantes para a consolidação das universidades públicas federais (como o REUNI e a criação da UAB), observou-se também um forte investimento público indireto nas IES privadas, por meio de programas como o FIES e o ProUni. Esse modelo de financiamento e regulação contribuiu para a expansão acelerada do setor privado, especialmente na modalidade EaD, e operou como vetor da financeirização da educação superior.

Além disso, algumas políticas transversais, como o SINAES e o PNE, embora apresentem abrangência universal, produzem efeitos diferenciados entre os setores público e privado, ora tensionando a lógica mercantil, ora a reforçando. Tais dinâmicas ilustram o caráter ambíguo do papel do Estado, que ora atua como regulador, ora como indutor da expansão mercantilizada da educação.

A partir da análise documental e da literatura recente sobre a educação superior privada no Brasil, torna-se necessário sistematizar as principais políticas públicas que impactam diretamente as IES privadas com fins lucrativos. O **Quadro 4**, sintetiza as legislações envolvidas, as contribuições analíticas das pesquisas selecionadas e os principais efeitos dessas políticas no processo de mercantilização e financeirização da educação superior.

Quadro 4 – Políticas públicas e sua relação com a mercantilização das IES privadas no Brasil

Política/Programa	Descrição e legislação	Autoria e análise	Relação com a mercantilização/financeirização
FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)	Lei nº 10.260/2001 (alterada pela Lei nº 13.530/2017). Financiamento público para estudantes em IES privadas.	Silva Junior (2022); Maciel, Boanafina e Lima (2024); Miranda e Azevedo (2020); Andrade (2023).	Instrumento de financeirização e transferência de fundos públicos às IES privadas. Amplia o acesso via endividamento estudantil e fortalece a lógica de mercado.
ProUni (Programa Universidade para Todos)	Lei nº 11.096/2005. Bolsas integrais/parciais para estudantes de baixa renda em IES privadas.	Sguissardi e Silva (2009); Minto (2018); Sousa (2023); Silva (2022).	Expansão do setor privado com legitimação via política de inclusão. Consolida as IES privadas como principais ofertantes de vagas e dependentes do fundo público.
PBP ProUni (Programa Bolsa Permanência)	Portaria Normativa nº 19/2011. Auxílio financeiro para estudantes com bolsa integral em cursos presenciais.	Autora (2024)	Complementa a política de acesso ao sustentar a permanência, mas reafirma o protagonismo das IES privadas na expansão educacional.
PNE (Plano Nacional de Educação 2014–2024)	Lei nº 13.005/2014. Metas de expansão do acesso e da pós-graduação.	Minto (2018); análise da dissertação.	Estímulo à coexistência entre público e privado. Permite disputa de recursos públicos por IES com fins lucrativos e amplia a privatização do sistema educacional.
Expansão da EaD	Regulada por portarias do MEC e normas complementares.	Sousa (2023); Andrade (2023); Silva (2022).	Modalidade preferencial de expansão das IES privadas. Reduz custos operacionais e amplia a lucratividade, precarizando o trabalho docente.
Pesquisa: A Educação em Liquidação – Sousa (2023)	Análise da precarização do trabalho docente e da expansão da EaD em IES privadas.	Sousa (2023)	Aponta como a flexibilização normativa da EaD e a gestão corporativa intensificam a lógica mercantil e a precarização das relações de trabalho.
Mercantilização da Educação Superior e Formação Humana	Análise da proposta pedagógica de um curso de Pedagogia em uma IES privada.	Silva (2023)	Mostra como princípios empresariais moldam a formação, priorizando o mercado em detrimento da formação crítica e humanística.
Pesquisa: Companhias do Mercado da Educação Superior no Brasil	Estudo das estratégias de crescimento das grandes empresas de educação superior privada (Cogna, Yduqs, Ânima).	Andrade (2023)	Revela o vínculo entre expansão via FIES/ProUni e a valorização especulativa de ações dessas empresas na B3, evidenciando a financeirização educacional.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Embora as políticas como o FIES e o ProUni voltadas à ampliação do acesso, elas operam como engrenagens estruturantes da financeirização das IES privadas. Os estudos analisados convergem ao destacar que essas políticas reforçam a lógica do capital,

transformando a educação superior em uma mercadoria financiada com recursos públicos, muitas vezes ancorada na dívida estudantil.

As análises desenvolvidas pelos autores selecionados na pesquisa evidenciam que as políticas públicas voltadas à educação superior no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, têm desempenhado um papel central na consolidação e no fortalecimento da mercantilização das IES privadas. Minto (2011; 2018) aponta que o Estado brasileiro assumiu uma postura de indutor e financiador indireto do setor privado, por meio de incentivos fiscais, programas de financiamento estudantil e flexibilização regulatória.

Para Kenji (2021), políticas como o FIES e o ProUni representaram mecanismos concretos de transferência de recursos públicos para o capital privado educacional, funcionando como estratégias de sustentação financeira de grupos econômicos que, posteriormente, protagonizaram processos de fusões, aquisições e financeirização do setor. Nesse sentido, Silva Júnior (2022) e Andrade (2023) reforçam que tais políticas, ao invés de promoverem a ampliação estruturada da oferta pública, fortaleceram a lógica de mercado na educação superior, criando um ambiente favorável à lógica empresarial em detrimento do direito à educação como bem público e social.

Sousa, Silva e Andrade (2022) complementam essa crítica ao destacar que a financeirização das IES privadas está diretamente vinculada às políticas públicas de financiamento estudantil, as quais reforçam a posição estratégica dessas instituições no cenário nacional, ampliando sua capacidade de captação de recursos e sua inserção nos mercados financeiros. Sguissardi e Silva (2009), por sua vez, alertam para os riscos de um processo de expansão pautado exclusivamente por interesses mercantis, caracterizando-o como uma "massificação precarizada", que amplia o acesso sem garantir a qualidade acadêmica, científica e formativa. Dias Sobrinho (2007) reforça essa perspectiva ao enfatizar que a prevalência da lógica de mercado sobre os princípios da educação como direito social resulta na desvalorização da função social das IES, reduzindo a educação superior a uma mercadoria submetida aos imperativos da rentabilidade e da competição.

Nessa direção, Maciel (2020) contribui ao problematizar o conceito de acesso à educação superior para além da mera ampliação numérica de vagas. A autora destaca que, embora os programas públicos de financiamento e as ações afirmativas tenham promovido a entrada de estudantes historicamente excluídos, é preciso questionar as condições objetivas em que esse acesso se concretiza, principalmente quando vinculado a instituições privadas fortemente orientadas por interesses mercantis. Para Maciel (2020), o acesso não pode ser analisado apenas em termos quantitativos, mas deve ser compreendido em sua dimensão

qualitativa, considerando a permanência, a qualidade da formação e a efetiva democratização das oportunidades educacionais.

Ao refletir sobre as contradições inerentes à expansão da educação superior mediada por políticas de mercado, a autora tensiona o discurso oficial de democratização, alertando para os limites de uma inclusão que, muitas vezes, reforça a lógica de segmentação e estratificação educacional, na qual os estudantes de grupos historicamente marginalizados acabam concentrados em cursos de menor prestígio e com condições precárias de infraestrutura e formação.

Diante das análises apresentadas, torna-se evidente que as políticas públicas destinadas à expansão do acesso à educação superior no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, operaram de forma ambígua e contraditória: por um lado, ampliaram numericamente a inclusão de estudantes historicamente excluídos; por outro, contribuíram para consolidar a lógica de mercantilização e financeirização do setor privado. Como discutido por Maciel (2020), o acesso promovido por essas políticas precisa ser compreendido em suas múltiplas dimensões – quantitativa, qualitativa, social e política – de modo a evidenciar as limitações estruturais de uma democratização que se materializa sob a égide do mercado.

Essa contradição histórica revela a necessidade de compreender o percurso das políticas de educação superior no país em uma perspectiva de totalidade e de longa duração, reconhecendo que as configurações atuais são fruto de um processo histórico de acumulação de determinações e reorientações políticas. Nesse sentido, a seguir, será analisada a progressão das políticas da educação superior no Brasil, buscando evidenciar como as diferentes fases e marcos regulatórios contribuíram para a configuração do modelo educacional vigente.

A análise da progressão das políticas de educação superior no Brasil exige a compreensão das mediações históricas, políticas e econômicas que marcaram cada fase de desenvolvimento desse nível educacional. A partir da década de 1990, com a intensificação das reformas de orientação neoliberal, as políticas públicas passaram a adotar um perfil voltado à expansão quantitativa da oferta, sobretudo por meio do fortalecimento do setor privado e da flexibilização regulatória. Como apontam Minto (2011) e Silva Júnior (2022), esse processo configurou um novo padrão de financiamento e gestão, no qual o Estado assume uma função de indutor da expansão, porém com ênfase na transferência indireta de recursos públicos para o setor privado.

Entretanto, é fundamental reconhecer que essa reconfiguração não pode ser compreendida de forma linear. Trata-se de um processo marcado por avanços, retrocessos e contradições que expressam a disputa entre projetos societários com interesses distintos no

campo educacional. A literatura especializada, como demonstram Sguissardi e Silva (2009), destaca que a ampliação do acesso não foi acompanhada, na mesma medida, por investimentos na qualidade da oferta pública, resultando na consolidação de um sistema segmentado e hierarquizado.

No contexto da educação superior brasileira, a progressão das políticas revela três grandes momentos: a fase de restrição elitista, predominante até meados dos anos 1980; o período de expansão controlada, durante as décadas de 1990 e 2000, marcado pela ampliação de vagas com forte participação do setor privado; e, por fim, a fase de massificação seletiva, consolidada nos anos 2010, caracterizada pela intensificação da mercantilização e pela financeirização do setor educacional.

Esse percurso histórico evidencia que a estrutura atual da educação superior brasileira é resultado de um conjunto de determinações político-econômicas que, ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso formal, reforçaram a lógica mercadológica. Nas subseções seguintes, serão examinadas as principais políticas e marcos regulatórios que conformaram essa trajetória, analisando suas implicações sobre o perfil institucional da educação superior e sobre as condições de acesso, permanência e titulação dos estudantes.

A educação superior brasileira passou por modificações expressivas ao longo das últimas décadas, resultantes de sucessivas alterações em seu marco regulatório³. Segundo Nunes, Fernandes e Albrecht (2014), desde a promulgação da Lei nº 9.870/1993, observou-se um crescimento de aproximadamente 700% no número de instituições privadas com fins lucrativos, evidenciando o avanço da lógica de mercado no setor. Posteriormente, novas revisões e regulamentações foram implementadas, buscando criar mecanismos de avaliação e controle de qualidade, ainda que em um contexto de expansão mercantilizada.

Em 2004, instituiu-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861, com o objetivo de assegurar um processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes. O SINAES é estruturado em três componentes principais: a Autoavaliação institucional, que fundamenta a Avaliação Externa das Instituições (AIE); a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), realizada nas etapas de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento; e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que avalia o rendimento dos

³ [...] marco regulatório da educação superior brasileira, publicado no Decreto n. 9.235 (Brasil, 2017), que estabeleceu novos parâmetros para o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de ensino superior e dos cursos superiores e de pós-graduação no sistema federal de ensino. As principais alterações introduzidas foram identificadas e comentadas, bem como foram analisados aspectos específicos relacionados à regulação, supervisão e avaliação (Peixoto; Pinto, 2021).

concluintes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares nacionais (Brasil, 2004).

As políticas, programas e ações destinadas à educação superior, no âmbito MEC, são de responsabilidade da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior (Dipes), vinculada à Coordenação-Geral de Políticas de Educação Superior (CGPol). Entre os instrumentos implementados por essa instância administrativa destaca-se o FIES, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Segundo informações oficiais do MEC, o FIES configura-se como uma política pública de financiamento estudantil voltada a discentes matriculados em cursos superiores não gratuitos, oferecidos por instituições privadas de educação superior que possuam avaliação positiva no SINAES (Brasil, 2001; Brasil, 2017).

O modelo de financiamento estudantil no Brasil, no âmbito da educação superior, passou a operar a partir de duas modalidades: o FIES e o Programa de Financiamento Estudantil (P-FIES). O FIES destina-se a estudantes com renda familiar bruta per capita de até três salários mínimos, oferecendo taxa de juros real igual a zero. Para aqueles com renda familiar de até um salário mínimo e meio, a operação é garantida pelo Fundo Garantidor FIES, dispensando a exigência de fiador tradicional. Por sua vez, o P-FIES é voltado a estudantes com renda familiar bruta mensal de até cinco salários mínimos, com recursos provenientes de fundos constitucionais e de desenvolvimento.

Além do FIES, destaca-se o ProUni, instituído pela Lei nº 11.096/2005, que oferta bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em Instituições de Educação Superior (IES) privadas. Associado a esse programa, foi criado o Programa Bolsa Permanência ProUni (PBP-ProUni), regulamentado pela Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011 (Brasil, 2011), que oferece auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 400,00 a estudantes bolsistas integrais do ProUni, matriculados em cursos presenciais com duração mínima de seis semestres e cuja renda familiar per capita não ultrapasse um salário mínimo e meio.

Destaca-se, nesse contexto, a expressiva influência do FIES e do ProUni sobre a expansão das IES privadas, sobretudo no que tange ao aumento da oferta de vagas e à consolidação do mercado educacional no Brasil. Conforme apontam Miranda e Azevedo (2020), a expansão ocorrida entre 1990 e 2015 contribuiu, por um lado, para o processo de democratização do acesso à educação superior, mas, por outro, foi fortemente protagonizada pelo setor privado, com apoio direto de políticas públicas de financiamento e subsídio.

Essa configuração reforça o entendimento de que o panorama atual da educação superior brasileira pode ser caracterizado como resultado de um processo de expansão

mercantilizada e financeirizada, no qual a educação, enquanto direito social, é gradativamente transformada em mercadoria. Nesse cenário, a mercantilização se consolida a partir da ampla difusão das IES privadas e da sua oferta de acesso à educação subordinada à lógica do mercado.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 estabeleceu diversas metas para a educação superior, com o objetivo de ampliar o acesso, assegurar a qualidade e promover a inclusão social nesse nível educacional. Entre as vinte metas estabelecidas, destacam-se aquelas diretamente relacionadas à educação superior:

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida de escolarização para 33% da população de 18 a 24 anos, garantindo a qualidade da oferta e assegurando que, no mínimo, 40% das novas matrículas ocorram no segmento público. As estratégias para o cumprimento dessa meta incluem a ampliação de vagas em instituições públicas, a expansão de programas de acesso como o FIES e o ProUni, o fortalecimento da educação a distância e a implementação de políticas de permanência e conclusão.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, com o objetivo de alcançar a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. As estratégias envolvem a expansão de cursos de pós-graduação, especialmente em áreas estratégicas ao desenvolvimento nacional, além do fortalecimento da pesquisa, da inovação e da internacionalização.

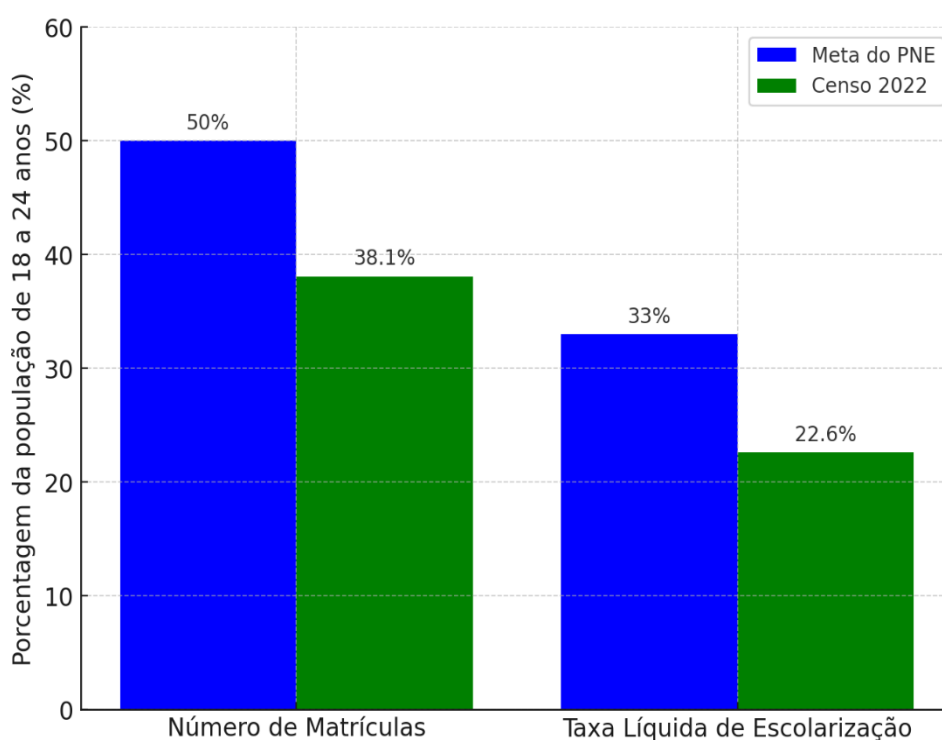
Meta 15: Estabelecer, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, uma política nacional de formação de profissionais da educação, integrada ao Sistema Nacional de Educação, contemplando a formação inicial e continuada dos docentes da educação básica, conforme disposto no artigo 61 da Lei nº 9.394/1996.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública, visando alcançar, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) no quinto ano de vigência do PNE e, ao final do decênio, o equivalente a 10% do PIB.

No entanto, como adverte Carvalho (2014), a efetivação da Meta 20 enfrentou significativos entraves de ordem estrutural e política, entre os quais se destacam os efeitos da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a autora, o cumprimento dessa meta exigiria não apenas o crescimento econômico sustentado, mas também a criação de novas fontes de financiamento e um incremento na complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Essa análise evidencia a complexidade do financiamento educacional no Brasil, apontando os desafios para a efetiva consolidação de políticas públicas que garantam inclusão com qualidade na educação superior. Apesar de avanços em áreas específicas, como o aumento da titulação de mestres e doutores, os dados indicam que o PNE (2014–2024) não atingiu a maior parte de suas metas relacionadas à educação superior, como se observa no **Gráfico 1**.

Gráfico 1 – Comparativo entre metas do PNE 2014 e dados da Educação Superior – Censo 2022



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP; Censo da Educação Superior, Brasil, 2023.

Diversas organizações, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, realizaram balanços críticos sobre o cumprimento do PNE (2014–2024), apontando que, embora alguns avanços tenham sido alcançados, como o aumento do número de mestres e doutores e a ampliação do acesso à educação superior, grande parte das metas estabelecidas permanece incompleta.

É importante destacar que o PNE (2014–2024) teve sua vigência oficialmente prorrogada, com a expectativa de que determinadas metas possam ser, ao menos parcialmente, alcançadas no novo prazo. Atualmente, um novo PNE, com vigência prevista para o período de 2024 a 2034, encontra-se em discussão no CNE, com o objetivo de estabelecer novas metas e estratégias para o sistema educacional brasileiro, incluindo a educação superior. Nesse

sentido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 14.934/2024, que prorroga a vigência do atual PNE até 31 de dezembro de 2025 (Brasil, 2024).

Observa-se, nas propostas em debate para o novo plano, a manutenção de algumas metas já presentes no PNE anterior, com ajustes redacionais, além da inclusão de novas diretrizes, como a ampliação do acesso à educação em tempo integral, o enfrentamento à violência nas escolas e a reformulação de estratégias voltadas ao cumprimento das metas, conforme informações do MEC (2023).

Todavia, persistem desafios estruturais que comprometem a materialização de uma educação superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. A baixa qualidade da educação básica, o subfinanciamento crônico e as desigualdades sociais e regionais continuam sendo grandes obstáculos ao acesso e à permanência na educação superior, especialmente para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

De acordo com Minto (2018), o conteúdo final do PNE (2014–2024) ratifica que a transferência de recursos públicos para o setor privado da educação superior não constitui uma medida emergencial ou transitória, mas sim uma política de Estado. Ainda que o processo de elaboração do plano tenha sido precedido por conferências municipais, estaduais e nacionais, marcadas por intensas disputas e mobilizações sociais, o texto aprovado pelo Congresso Nacional refletiu, majoritariamente, os interesses privados no setor educacional, em consonância com as tendências hegemônicas das últimas duas décadas.

O argumento de que o PNE (2014–2024) reforça a indiferenciação entre público e privado expressa-se ideologicamente na defesa de que a educação superior, enquanto “bem público”, pode ser ofertada por qualquer entidade, incluindo instituições privadas, filantrópicas ou empresariais. Essa concepção, de base liberal, sustenta a ideia de que o caráter público de uma política educacional se relaciona apenas ao seu suposto “acesso universal”, desconsiderando a distinção jurídica e material entre instituições públicas e privadas.

O conflito presente no texto do PNE manifesta-se, portanto, na tentativa de legitimar que as IES privadas também atendem ao chamado “interesse público”, dentro de uma definição ambígua de “bem público”. Isso se reflete, por exemplo, na ênfase dada à expressão “ensino gratuito”, que ganha centralidade no debate em detrimento da concepção de “educação pública”, a qual, de acordo com o ordenamento constitucional brasileiro, é sinônimo de oferta estatal. Tal ambiguidade reforça avaliações que colocam as instituições privadas como supostamente mais eficientes e aptas a atender à demanda por acesso à educação superior, muitas vezes em oposição à rede pública.

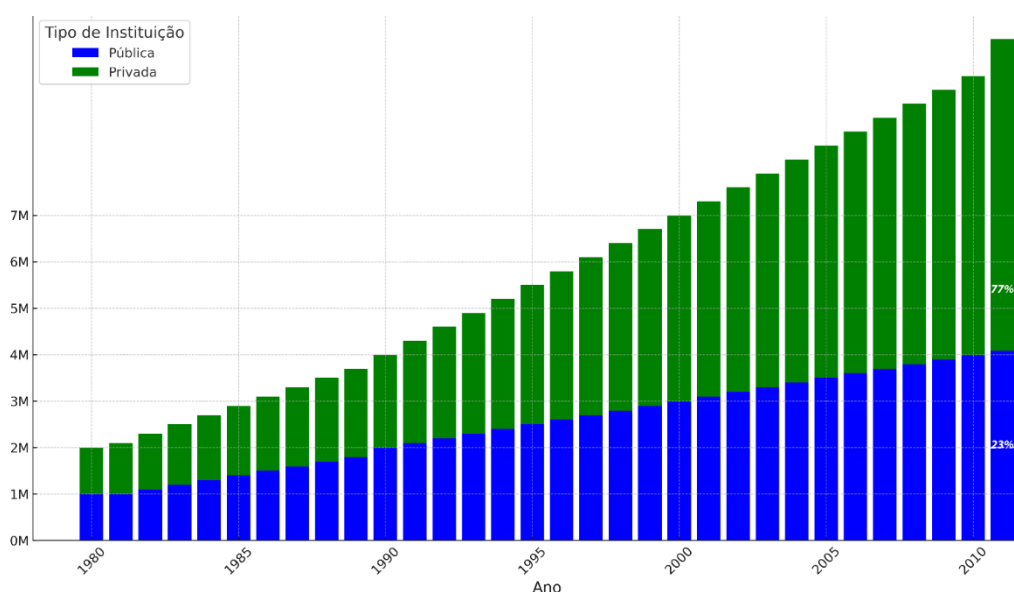
O PNE (2014–2024) endossa ainda a tendência de que as IES com fins lucrativos disputem com as instituições públicas os recursos destinados à pesquisa e aos programas de pós-graduação. Um exemplo concreto dessa tendência é a recente expansão do FIES para estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em instituições privadas, o que pode intensificar a competição por recursos públicos entre instituições públicas e privadas (Minto, 2018).

Em síntese, Minto (2018) sustenta que o PNE contribui para a manutenção de uma educação superior multifacetada, fragmentada, desprovida de uma organização sistêmica clara e amplamente privatizada, respondendo a interesses específicos que nem sempre se alinham aos princípios de democratização, qualidade e equidade social.

Conforme os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, por meio do Sistema do Censo da Educação Superior (Censup), verifica-se que as informações relativas ao número de matrículas e demais indicadores do setor são coletadas anualmente pelas próprias instituições de educação, em um processo declaratório coordenado pelo INEP. O Censup, além de constituir importante ferramenta de acompanhamento e avaliação, também serve como base para a formulação de políticas públicas.

A partir dos dados do Censup (Brasil, 2022), é possível obter uma visão abrangente da expansão das IES brasileiras, considerando-se, por exemplo, o número de matrículas em cursos de graduação no período de 1980 a 2021, conforme ilustrado no **Gráfico 2**.

Gráfico 2 – Número de matrículas em cursos de graduação da Educação Superior – Brasil 1980 - 2021



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP; Censo da Educação Superior, Brasil, 2022 (p. 24).

A análise dos dados apresentados no **Gráfico 2** evidencia a expressiva expansão das matrículas na educação superior brasileira nas últimas décadas, com destaque para o crescimento acelerado do setor privado, especialmente a partir dos anos 1990. Esse movimento reflete as orientações das políticas públicas implementadas no período, marcadas por incentivos diretos e indiretos ao setor privado, como os programas de financiamento estudantil e de concessão de bolsas.

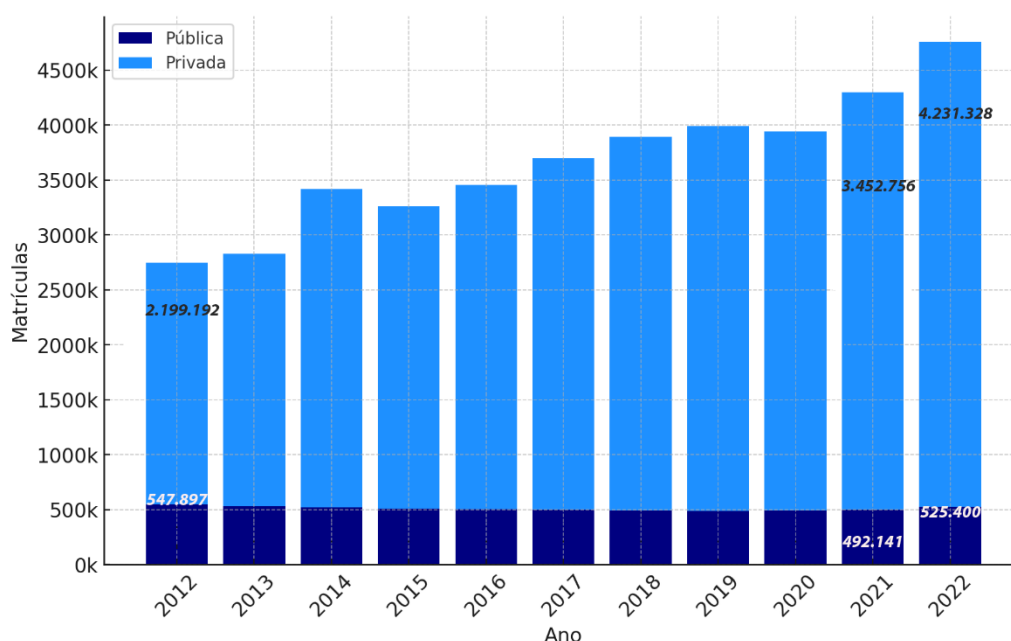
Embora essa expansão tenha contribuído para o aumento da taxa bruta de matrícula, é importante ressaltar que ela ocorreu de forma segmentada e com forte concentração no setor privado, o que reforça o caráter mercantilizado da educação superior no Brasil. Conforme argumentam Minto (2018) e Silva Júnior (2022), essa trajetória histórica não apenas ampliou o acesso formal, mas também acentuou as desigualdades internas ao sistema, aprofundando a distinção entre instituições públicas e privadas, tanto em termos de qualidade quanto de perfil socioeconômico dos estudantes atendidos.

A leitura dos dados consolidados pelo Censup reforça a tendência histórica de concentração da matrícula no setor privado, aprofundando a lógica de mercantilização anteriormente discutida. O documento oficial do Inep (Brasil, 2022) evidencia que a rede privada de educação superior alcançou, em 2022, um total superior a 6,9 milhões de alunos matriculados, representando aproximadamente 77% de todo o sistema nacional. O próprio relatório aponta que “o processo de expansão da Educação Superior, no Brasil, teve início no final dos anos 90 do século passado e encontra, na rede privada, o seu principal motor” (Brasil, 2022, p. 32).

No que diz respeito ao ingresso de novos estudantes, os dados de 2022 mostram que aproximadamente 4,7 milhões de alunos iniciaram cursos de graduação naquele ano. Desse total, impressionantes 89% realizaram seu ingresso em instituições privadas, o que evidencia a continuidade do protagonismo do setor privado na expansão da oferta de vagas. Esse número representa um crescimento de 20,6% em relação ao total de ingressantes no ano de 2021.

Embora o aumento também seja observado na rede pública, o crescimento foi significativamente menor, com uma variação de apenas 6,8% no número de novos ingressantes entre 2021 e 2022. Esses dados quantitativos, apresentados no **Gráfico 3**, ilustram de maneira contundente a desigualdade estrutural que caracteriza o sistema de educação superior brasileiro, no qual a expansão das matrículas continua a ocorrer majoritariamente por meio da oferta privada, financiada em grande medida por recursos públicos via políticas de crédito e subsídios.

Gráfico 3 – Número de ingressos em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil 2012 - 2022



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP; Censo da Educação Superior, Brasil, 2023.

A análise do **Gráfico 3** reforça a tendência já evidenciada nos dados anteriores: a rede privada de educação superior segue como o principal vetor de crescimento do número de ingressantes no país. Entre os anos de 2021 e 2022, a variação positiva foi de 22,5%, sendo que a rede privada apresentou um expressivo crescimento de 92,4% no número de matrículas. Em contrapartida, a rede pública registrou uma queda de -4,1% no mesmo período, reforçando o quadro de assimetria na expansão das vagas entre os dois setores.

Observa-se, ainda, que o aumento mais significativo das matrículas em 2022 ocorreu na modalidade de educação a distância (EaD), especialmente nas instituições privadas. Os dados do Censo da Educação Superior de 2021 já indicavam que, pela primeira vez, o número de ingressantes na modalidade EaD superou o número de ingressantes em cursos presenciais, fenômeno que se intensificou nos anos subsequentes. Essa dinâmica foi impulsionada pela expansão dos polos de EaD e pela flexibilização regulatória promovida pelo Ministério da Educação, criando condições favoráveis à massificação de um modelo de acesso de baixo custo e alta capilaridade territorial.

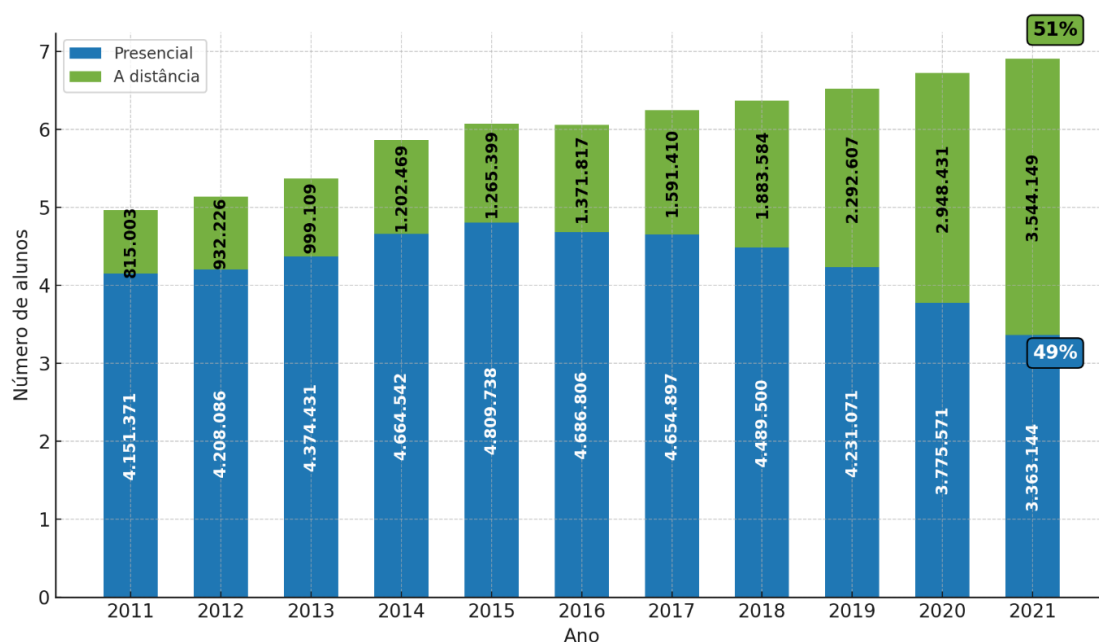
Segundo Ciavatta (2023), esse processo de expansão da matrícula na educação superior brasileira tem ocorrido de forma profundamente desigual, com concentração em instituições privadas de baixo custo, localizadas majoritariamente em regiões periféricas e com oferta

predominante de cursos na modalidade a distância. A autora alerta para o risco de que essa ampliação quantitativa, ainda que contribua para os indicadores de acesso, oculte problemas estruturais relacionados à qualidade da formação, à fragilidade das condições de permanência estudantil e à concentração de matrículas em cursos de baixa complexidade. Trata-se de uma lógica de inclusão excludente, na qual os estudantes oriundos das camadas populares têm acesso limitado a condições efetivas de formação crítica e emancipatória.

Esse panorama evidencia que a expansão das matrículas na educação superior, sobretudo no setor privado e na modalidade EaD, está fortemente subordinada à lógica de mercado, o que reforça o processo de mercantilização já discutido nas seções anteriores. A seguir, no **Gráfico 4**, visualiza-se com maior clareza a evolução das matrículas segundo a dependência administrativa e a modalidade de ensino, destacando-se o protagonismo das instituições privadas na oferta de cursos a distância.

Enquanto a rede pública permanece concentrada, majoritariamente, em cursos presenciais e enfrenta limitações estruturais para a ampliação de vagas, as instituições privadas consolidam-se como as principais responsáveis pela oferta de EaD. Essa expansão se dá por meio de mensalidades reduzidas e da promessa de flexibilidade de horários, elementos que, embora ampliem numericamente o acesso, não asseguram, por si só, condições de qualidade, permanência e equidade na formação acadêmica.

Gráfico 4 – Número de matrículas na rede privada de Educação Superior



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP; Censo da Educação Superior, Brasil 2022 (p. 37).

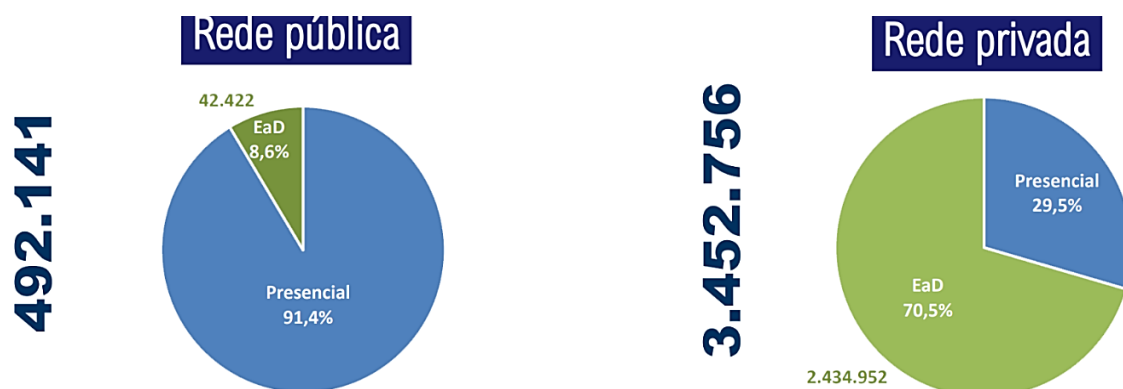
O **Gráfico 4** ilustra, de maneira expressiva, a evolução do número de matrículas na rede privada da educação superior brasileira, destacando o crescimento acelerado da modalidade de EaD. Tal tendência está em consonância com as análises de autores como Minto (2018), Silva Júnior (2022) e Sousa (2023), que discutem a consolidação de um modelo de expansão ancorado na financeirização do setor educacional. Nesse modelo, o aumento do número de matrículas serve prioritariamente aos interesses de grandes conglomerados educacionais privados, em detrimento da efetiva universalização do direito à educação superior como um bem público.

A leitura crítica do **Gráfico 4** reforça a necessidade de interpretar os dados para além dos indicadores quantitativos de acesso. Embora os números mostrem crescimento, especialmente na modalidade EaD, esse processo ocorre sob condições que aprofundam as contradições estruturais do sistema educacional brasileiro, como a precarização da qualidade da formação e a segmentação institucional.

Em 2018, a modalidade EaD ultrapassou, pela primeira vez, a marca de dois milhões de alunos matriculados. Em 2021, esse número alcançou aproximadamente 3,7 milhões de estudantes, o que corresponde a mais de 41% do total de alunos de graduação no país. Essa expansão, sustentada principalmente por instituições privadas, reflete a adoção de estratégias de massificação com custos reduzidos, porém com significativos desafios em termos de qualidade acadêmica, infraestrutura e permanência estudantil.

Diante desse panorama, a disparidade entre os ingressantes por rede e modalidade torna-se ainda mais evidente, como demonstrado no **Gráfico 5** a seguir, apresenta-se um comparativo da distribuição de ingressantes entre EaD e presencial, nas redes pública e privada.

Gráfico 5 – Comparativo de ingressantes de Educação Superior EaD e Presencial Brasil 2021



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP; Censo da Educação Superior, Brasil 2022 (p. 40).

O **Gráfico 5** expressa de forma ainda mais contundente a segmentação estrutural da educação superior brasileira no que diz respeito ao perfil de ingresso dos estudantes, segundo a rede de educação superior e a modalidade de oferta. Na rede pública, observa-se que a imensa maioria dos ingressantes permanece concentrada em cursos presenciais, representando 91,4% do total, enquanto apenas 8,6% ingressaram em cursos de EaD.

Em contrapartida, na rede privada, o cenário é inverso: 70,5% dos ingressantes optaram pela EaD, enquanto apenas 29,5% ingressaram em cursos presenciais. Esses dados reforçam a constatação de que a expansão da educação superior no Brasil, especialmente na última década, tem ocorrido predominantemente pela via do setor privado e ancorada na massificação da modalidade a distância. Esse processo reflete as políticas de flexibilização regulatória e os interesses mercadológicos que permeiam a estruturação do sistema de educação superior, conforme discutido anteriormente por Minto (2018) e Silva Júnior (2022).

Além da predominância da EaD nas instituições privadas, destaca-se também o processo de interiorização dessa modalidade. Em 2021, a presença da EaD foi registrada em 2.968 municípios brasileiros, seja por meio de campi presenciais, seja pela abertura de polos EaD vinculados a grandes conglomerados educacionais privados. Esse número representa um crescimento de quase 120% em comparação a 2014, evidenciando a velocidade com que essa modalidade se expandiu, especialmente nas regiões periféricas e de menor cobertura de oferta pública.

De acordo com o Censo da Educação Superior (Brasil, 2022, p. 42), todas as vinte maiores IES com maior número de matrículas em cursos de graduação a distância pertencem ao setor privado. Dentre essas, dez são universidades e outras oito são centros universitários. Ambas as categorias possuem autonomia institucional para criar cursos, ofertar programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e realizar o registro dos próprios diplomas, o que potencializa a capacidade de expansão dessas instituições no mercado educacional.

Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender também o perfil de ingresso dos estudantes nos cursos presenciais, considerando as diferentes formas de acesso e sua distribuição por regiões geográficas. Na sequência, a **Tabela 1** apresenta esse panorama, evidenciando as particularidades regionais e as modalidades predominantes de ingresso na educação superior pública e privada.

Tabela 1 – Número de ingressantes em cursos de graduação presencial por forma de ingresso e grande região – Brasil – 2022

Categoria Administrativa	Forma de Ingresso	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Pública	Total	457.462	38.928	125.587	172.846	74.315	45.786
	Vestibular	151.250	8.661	22.685	77.126	24.927	17.851
	Enem	239.224	20.609	90.600	78.001	31.072	18.942
	Avaliação Seriada	8.436	1.628	597	2.105	1.077	3.029
	Seleção Simplificada	20.820	3.849	4.323	3.865	7.130	1.653
	Seleção Vaga Remanescente	36.298	1.557	8.030	12.829	9.417	4.465
	Seleção Vaga Programas Especiais	4.754	2.436	1.243	231	468	376
	Outras Formas de Ingresso	1.791	188	442	424	318	318
Privada	Total	1.198.710	82.312	238.883	604.230	160.258	113.027
	Vestibular	713.991	53.476	124.875	379.949	82.666	72.980
	Enem	262.525	15.387	59.690	142.157	22.783	22.508
	Avaliação Seriada	1.431	158	213	54	14	992
	Seleção Simplificada	94.530	6.992	17.279	42.794	24.093	3.372
	Seleção Vaga Remanescente	239.130	11.666	46.829	119.123	37.604	23.863
	Seleção Vaga Programas Especiais	770	60	155	331	146	78

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP; Censo da Educação Superior, Brasil, 2023.

A leitura dos dados apresentados na **Tabela 1** evidencia, de forma concreta, a predominância da rede privada na absorção de ingressantes em cursos de graduação presencial no Brasil em 2022. Do total de matrículas, 78,0% concentraram-se no setor privado e apenas 22,0% no setor público, o que representa uma proporção de quase quatro matrículas privadas

para cada matrícula pública, consolidando o crescimento da participação do setor privado nas últimas décadas (Brasil, 2023).

No detalhamento da categoria administrativa, observa-se que a maior parte das matrículas (59,6%, correspondente a 5.632.748 estudantes) ocorreu em instituições privadas com fins lucrativos. Além disso, a maioria das matrículas na graduação (54,4%, ou 5.140.066 estudantes) está vinculada a instituições organizadas como universidades, o que denota uma concentração em organizações que, apesar de sua tipologia universitária, muitas vezes operam sob lógica mercadológica.

Em relação ao ano de 2021, verificou-se um aumento médio de 5,1% no total de matrículas na educação superior brasileira, impulsionado principalmente pelo crescimento de 6,6% nas matrículas privadas, enquanto as matrículas públicas permaneceram praticamente estagnadas, com uma variação negativa de -0,1%. No que se refere à participação por categoria administrativa, os dados indicam 59,6% das matrículas em instituições privadas com fins lucrativos; 18,4% em privadas sem fins lucrativos; 14,2% em instituições públicas federais; 7,0% em públicas estaduais; e apenas 0,8% em públicas municipais.

No que diz respeito à organização acadêmica das instituições, a maior parte das matrículas permanece concentrada em universidades, seguidas por 31,1% em centros universitários, 12,0% em faculdades e 2,5% em IFs e Cefets. Quanto à metodologia de apuração do Censo da Educação Superior (Brasil, 2023), é importante destacar que cada ingressante é contabilizado apenas uma vez, independentemente de ter utilizado múltiplas formas de ingresso.

A categoria “Outras formas de ingresso” corresponde ao somatório de ingressos por meio de “Transferência *ex officio*”⁴, “Convênio PEC-G”, “Decisão judicial” e “Egresso de Bacharelado Interdisciplinar (BI) ou Licenciatura Interdisciplinar (LI)”⁵. Vale ressaltar, contudo, que um mesmo estudante pode ter registrado mais de uma forma de ingresso no sistema. Observa-se, ainda, que o vestibular permanece como a principal forma de ingresso no educação superior, quando considerados os números totais, especialmente devido ao desempenho expressivo da rede privada. No entanto, a análise por região demonstra variações

⁴ A transferência *ex officio*, a que se refere o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, é uma transferência que pode ser concedida a servidores públicos federais, civis ou militares, ou aos seus dependentes, que tenham sido transferidos por necessidade de serviço e que sejam provenientes de uma instituição de educação superior pública e pode ser efetuada entre qualquer IES (Brasil, 1996).

⁵ Essa forma de ingresso destina-se apenas aos alunos das universidades federais que possuem curso do tipo bacharelado interdisciplinar (BI) ou licenciatura interdisciplinar (LI) (Brasil, 2023).

significativas na utilização de cada forma de acesso, refletindo as desigualdades regionais e as particularidades de oferta e demanda em cada contexto.

Ressalta-se, por fim, que o cumprimento das metas nacionais de expansão da educação superior é de responsabilidade compartilhada entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, conforme estabelecido no PNE (2014–2024). Entretanto, no caso da educação superior, essa corresponsabilidade é relativizada, uma vez que as instituições privadas não têm vinculação obrigatória ao cumprimento das metas do PNE. Essa condição gera dificuldades adicionais para a definição de um padrão nacional de qualidade, considerando aspectos fundamentais do processo educativo, como o custo por aluno, a relação aluno-professor, as condições de infraestrutura e os mecanismos de permanência estudantil.

Para Darling-Hammond e Ascher (1991), a qualidade da educação deve ser entendida como um processo multifatorial e dinâmico, que envolve a validade entre os objetivos educacionais e os resultados alcançados; a credibilidade dos indicadores utilizados; a incorruptibilidade dos fatores avaliativos; e a comparabilidade das condições institucionais ao longo do tempo. Assim, a qualidade educacional não pode ser reduzida a médias isoladas ou a indicadores quantitativos descontextualizados, pois se configura como uma construção histórica, social e política em permanente disputa.

A partir da instituição do SINAES, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação institucional ganhou centralidade nas políticas públicas de educação superior. A coordenação e supervisão desses processos passaram a ser responsabilidade da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), com execução operacional a cargo do INEP. Assim, a avaliação institucional passou a ser estruturada em duas modalidades principais, conforme sintetizado no fluxograma apresentado na **Figura 2**.

Figura 2 – Fluxograma do processo de Avaliação Institucional



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP, Brasil, 2023.

A **Figura 2** apresenta, de forma esquemática, a estrutura organizativa e os principais componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Instituído pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES representa um marco na política de avaliação institucional no Brasil, consolidando um modelo que articula diferentes dimensões avaliativas com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação superior.

Conaes e operacionalizado pelo INEP, o SINAES é composto por três eixos centrais: a Avaliação Institucional, a Avaliação dos Cursos de Graduação e o Enade. A Avaliação Institucional, por sua vez, subdivide-se em Avaliação Interna ou Autoavaliação (AI), conduzida pelas próprias instituições por meio de suas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), e Avaliação Externa (AE), realizada por comissões designadas pelo INEP.

Esse sistema busca garantir a articulação entre os processos avaliativos e a gestão institucional, oferecendo subsídios para a definição de políticas de financiamento, regulação e supervisão da educação superior. O fluxograma a seguir sintetiza essas relações, apresentando as interações entre os diferentes instrumentos e etapas de avaliação. Esses dois processos, articulados no âmbito do SINAES, em intuito de realizar uma análise abrangente e integrada

das diferentes dimensões institucionais e acadêmicas, entre os aspectos conceituais, metodológicos e operacionais da avaliação.

No que se refere especificamente aos cursos de graduação, o processo de avaliação é organizado em três etapas regulatórias: autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Tais momentos constituem instrumentos centrais no processo de regulação e supervisão da educação superior, como sintetizado no **Quadro 5**.

Quadro 5 – Resumo dos Instrumentos de Avaliação de Curso

Tipo de avaliação	Quando ocorre?	Quem avalia?	Dimensões avaliadas
Autorização	Quando uma instituição solicita ao MEC a autorização para abertura de um novo curso de graduação.	Comissão composta por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASis), com visita <i>in loco</i> de dois dias à instituição.	- Organização didático-pedagógica; - Corpo docente e técnico-administrativo; - Instalações físicas.
Reconhecimento	Quando a primeira turma de um novo curso atinge a segunda metade de sua carga horária, a instituição deve solicitar o reconhecimento para continuidade e validade dos diplomas.	Comissão de avaliadores do BASis, com visita <i>in loco</i> , seguindo critérios estabelecidos pelo INEP e pelo SINAES.	- Organização didático-pedagógica; - Corpo docente e técnico-administrativo; - Instalações físicas; - Resultados de desempenho estudantil (Enade).
Renovação de reconhecimento	Realizada conforme o ciclo trienal do SINAES ou sempre que houver alterações significativas no curso. Os cursos com Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual a 1 ou 2 obrigatoriamente passam por avaliação <i>in loco</i> .	Comissão de avaliadores designada pelo INEP. Os cursos que não participam do Enade também passam obrigatoriamente por visita <i>in loco</i> para esse ato autorizativo.	- Mesmas dimensões das avaliações anteriores, com foco especial em resultados de qualidade acadêmica, estrutura e corpo docente.

Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em Brasil (2023).

Esses instrumentos de avaliação de curso integram o processo regulatório da educação superior brasileira e são utilizados como base para decisões relacionadas à autorização, reconhecimento e manutenção de cursos de graduação. Além disso, os resultados dessas avaliações impactam diretamente o planejamento institucional, os processos de financiamento público e as políticas de expansão ou contenção da oferta de vagas, refletindo a estreita relação entre regulação, qualidade e as dinâmicas de mercado no setor.

O Sistema e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, constitui a base de dados oficial dos cursos e das IES no Brasil, independentemente da rede ou sistema de educação. Os dados inseridos no e-MEC devem estar em estrita conformidade com os atos autorizativos emitidos pelo poder público ou por órgãos competentes das próprias instituições, nos limites da autonomia universitária (Brasil, 2023).

A regularidade de funcionamento de cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade na tramitação dos processos regulatórios para manutenção dessas autorizações. As informações registradas pelas IES no sistema são de caráter declaratório, cabendo exclusivamente às instituições a responsabilidade pela veracidade dos dados, em consonância com a legislação vigente. As notas e os conceitos institucionais são atribuídos pelo MEC, com base nas avaliações conduzidas pelo INEP.

As avaliações consideram diversos fatores, tais como a infraestrutura física disponível, a qualificação do corpo docente, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a gestão administrativa, a equipe técnico-administrativa e as políticas institucionais voltadas à promoção da qualidade educacional. O desempenho institucional nesses processos é determinante para o credenciamento e a autorização de oferta de novos cursos.

O ciclo avaliativo segue um período trienal, definido pela Conaes, com resultados expressos em uma escala de conceitos de 1 a 5. Nessa escala, os conceitos 3, 4 e 5 são considerados satisfatórios, enquanto os conceitos 1 e 2 indicam desempenho insatisfatório, exigindo a celebração de Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) e a obrigatoriedade de reavaliação ao final do prazo estabelecido.

Embora o SINAES (2004) não tenha fixado uma periodicidade específica para os atos regulatórios das IES e dos cursos, definiu, em seu artigo 5º, que o Enade deveria ser aplicado trienalmente. O artigo 1º da mesma lei estabelece que o sistema tem como finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da eficácia institucional e a promoção da efetividade acadêmica e social.

Todavia, ao analisar o conteúdo da Lei nº 10.861/2004, observa-se que o Congresso Nacional, ao aprovar o texto legal, não conceituou o termo “qualidade”, tampouco estabeleceu uma definição teórica ou metodológica clara sobre avaliação educacional. De acordo com Nunes, Fernandes e Albrecht (2014), o conceito de qualidade, no âmbito das políticas do MEC, tem sido operacionalizado de forma pragmática, tomando como parâmetro os conceitos obtidos na escala de 3 a 5 nos processos avaliativos.

Historicamente, a avaliação presencial foi tratada como elemento central nas políticas de regulação da educação superior. Contudo, a partir da publicação da Portaria INEP nº 265,

de 27 de junho de 2022, foi regulamentada a Avaliação Externa Virtual *in Loco*, permitindo que os processos avaliativos fossem realizados de maneira remota. Embora justificada como uma medida de modernização e adaptação às novas realidades tecnológicas, essa flexibilização também pode ser interpretada como reflexo da pressão por celeridade nos processos de autorização e credenciamento, especialmente no contexto da expansão acelerada do setor privado.

Além disso, o anúncio, em 2022, de uma nova proposta para a criação de uma agência reguladora da educação superior brasileira evidencia o reconhecimento, por parte do próprio governo, das limitações estruturais do modelo avaliativo atual. Conforme divulgado na imprensa, a proposta foi apresentada pelo Ministro da Educação, Camilo Santana, com apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e enviada ao Congresso Nacional. O argumento central apresentado para sua criação reside na necessidade de estabelecer uma estrutura mais ágil e eficiente para avaliação e supervisão de cursos e instituições, especialmente diante do expressivo crescimento das matrículas na rede privada (Carta Capital, 2023).

Embora o projeto de criação da agência reguladora ainda não tenha sido efetivado, sua proposição reforça o diagnóstico de que o atual modelo de avaliação, mesmo com os avanços promovidos pelo SINAES, apresenta limitações no enfrentamento das contradições estruturais do sistema. Como enfatizam Dias Sobrinho (2007) e Sguissardi e Silva (2009), os instrumentos avaliativos, ao priorizarem indicadores quantitativos e procedimentos burocráticos, tendem a reduzir a complexidade dos processos formativos a parâmetros mensuráveis, alinhando-se à lógica do controle, da competitividade interinstitucional e da gestão por resultados.

Nesse contexto, é necessário reconhecer que os instrumentos de avaliação, ao invés de garantirem, por si só, a efetiva melhoria da qualidade educacional, acabam por reforçar a lógica mercantilizada e a regulação voltada à manutenção das dinâmicas de mercado na educação superior. A adoção de ciclos avaliativos vinculados ao Enade e a possibilidade de avaliações virtuais *in loco* são exemplos recentes de como o aparato avaliativo se flexibiliza para atender às exigências de expansão e financeirização, muitas vezes em detrimento de uma concepção mais ampla e socialmente referenciada de qualidade.

Assim, a seção destaca que a avaliação na educação superior brasileira, longe de ser um processo neutro ou exclusivamente técnico, é profundamente determinada pelas disputas políticas e econômicas que permeiam o campo educacional, refletindo, em última instância, os projetos de sociedade em disputa.

3.1 Mercado Instaurado na Educação Superior

A compreensão da progressão histórica das políticas da educação superior permite evidenciar como o processo de expansão quantitativa, especialmente a partir da década de 1990, esteve intimamente vinculado à consolidação de um mercado educacional robusto e estruturado no Brasil. Esse mercado, longe de ser um fenômeno espontâneo ou desvinculado das políticas estatais, foi diretamente fomentado por decisões governamentais que redefiniram o papel do Estado na regulação e no financiamento da educação superior, transferindo crescentes volumes de recursos públicos para a iniciativa privada.

Como analisam Minto (2018) e Kenji (2021), a década de 2000 marca o aprofundamento desse processo, com a criação de políticas de financiamento estudantil (como o FIES e o ProUni), além da flexibilização das exigências para o credenciamento e autorização de cursos e instituições. Essas medidas possibilitaram a rápida expansão de conglomerados educacionais privados, muitos dos quais passaram a atuar com “capital aberto⁶” na bolsa de valores, inserindo a educação superior brasileira na lógica da financeirização global.

Silva Júnior (2022) e Andrade (2023) reforçam que esse cenário consolida uma estrutura de oferta educacional orientada pela lógica da rentabilidade, na qual o acesso à educação superior é condicionado ao poder de compra ou à capacidade de endividamento dos estudantes. O mercado educacional instaurado, portanto, não representa apenas a ampliação da oferta de vagas, mas sim a transformação estrutural do sentido social da educação superior, que passa a ser tratada como mercadoria e objeto de especulação financeira.

Ao aprofundar essa análise, a seção que se segue discutirá os mecanismos concretos de consolidação desse mercado na educação superior, explorando as estratégias empresariais, a reconfiguração das IES privadas e o papel do Estado enquanto financiador indireto da expansão mercantilizada do setor.

A consolidação do mercado educacional na educação superior brasileira resultou de um conjunto articulado de políticas públicas que, desde os anos 1990, redefiniram o papel do Estado e fortaleceram a lógica de privatização e mercantilização desse nível de ensino. Conforme Minto (2018), esse processo não foi apenas reflexo de uma demanda reprimida por vagas, mas expressão de um projeto mais amplo de reconfiguração do Estado brasileiro em

⁶ Capital aberto é a condição de uma empresa que oferece suas ações ou outros valores mobiliários ao público em geral por meio de uma bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Essas empresas são regulamentadas por órgãos como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil e precisam seguir regras específicas de transparência e governança corporativa (B3 e CVM, 2024).

consonância com as exigências do capital, em especial sob a influência de organismos multilaterais como o Banco Mundial.

Kenji (2021) destaca que programas como o FIES e o ProUni foram decisivos na estruturação de um modelo de financiamento público da expansão privada, permitindo que grandes grupos educacionais ampliassem suas margens de lucro com recursos do fundo público. Entre 2010 e 2015, por exemplo, o crescimento vertiginoso das matrículas no setor privado foi diretamente sustentado por esses programas, consolidando o que o autor denomina de "ciclo de endividamento estudantil" e de "subvenção pública indireta ao capital educacional".

Silva Júnior (2022) amplia essa análise ao evidenciar que, além da transferência de recursos, houve uma flexibilização regulatória que favoreceu a concentração de mercado nas mãos de poucos conglomerados privados. Segundo o autor, a reconfiguração do marco regulatório permitiu o avanço de fusões e aquisições, criando um ambiente altamente oligopolizado, no qual a educação superior passou a ser negociada como ativo financeiro nas bolsas de valores. Esse movimento, além de aumentar o poder de mercado de grupos como **Kroton**, **Estácio** e **Ser Educacional**, aprofundou a precarização das condições de trabalho docente e reduziu a diversidade institucional.

Sousa, Silva e Andrade (2022) também alertam que a financeirização do setor não se restringe à captação de estudantes ou à expansão física das instituições, mas se reflete em práticas gerenciais orientadas por metas de rentabilidade, redução de custos e maximização de resultados financeiros. Essa lógica tem impacto direto sobre a qualidade acadêmica, com aumento das taxas de evasão, ampliação de cursos a distância com infraestrutura precária e sobrecarga de trabalho docente.

Sguissardi e Silva (2009) e Dias Sobrinho (2007) reforçam a crítica a esse modelo, apontando que a instauração de um mercado educacional amplia as desigualdades educacionais, ao segmentar o acesso conforme a capacidade de pagamento e ao relegar os estudantes de camadas populares a instituições e cursos com menor reconhecimento social e acadêmico. Para esses autores, a mercantilização da educação superior compromete a função social da universidade, distanciando-a de seu papel histórico de produção e socialização crítica do conhecimento.

Embora essas políticas tenham ampliado numericamente o acesso à educação superior, elas o fizeram sob uma lógica de mercado, na qual o direito à educação cede lugar à lógica do consumo e da competição. Essa transformação estrutural redefine os significados de inclusão e democratização no campo da educação superior brasileira, conformando um cenário no qual

o Estado, ao invés de garantir a oferta pública e gratuita, passa a atuar como financiador da expansão mercantilizada do setor.

Esse movimento de mercantilização da educação superior, promovido por políticas estatais de indução ao crescimento do setor privado, constitui o contexto estrutural em que as políticas de inclusão social e de ações afirmativas passaram a ser implementadas. Assim, a ampliação do acesso de grupos historicamente excluídos ocorreu simultaneamente à consolidação de um mercado educacional orientado pela lógica da rentabilidade. Como consequência, a democratização da educação superior brasileira passou a conviver com a expansão de um modelo educacional marcado por contradições: de um lado, a promoção de mecanismos de acesso para estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência e de baixa renda; de outro, a crescente submissão da oferta educacional à lógica mercadológica, como discutido por Minto (2018), Kenji (2021) e Silva Júnior (2022). Essa ambivalência histórica é o que dá sentido à tensão central que atravessa o debate sobre inclusão e mercantilização, aspecto que se evidencia no parágrafo a seguir.

A questão da inclusão na educação superior brasileira ganhou centralidade nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas que visam ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos, como as cotas para ingresso em universidades públicas e programas de expansão da Educação Superior. Tais iniciativas se desenvolveram, contudo, em paralelo a transformações neoliberais que promoveram a mercantilização da Educação Superior, gerando uma tensão entre o discurso de democratização e a lógica do mercado.

Apesar dos avanços legislativos, como a Lei nº 13.409/2016, que ampliou as cotas para incluir pessoas com deficiência (PcDs) nas instituições federais de educação superior, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta obstáculos significativos. Cantorani *et al.* (2020) analisaram o processo de adequação de uma Instituição Federal de educação superior à referida lei e constataram que, embora a legislação seja justa e necessária, as condições para sua efetivação não foram devidamente criadas pelo governo federal.

A falta de infraestrutura adequada, recursos humanos especializados e apoio institucional compromete a inclusão plena desses estudantes, transformando uma política de inclusão em um processo que, na prática, pode resultar em exclusão. Esse cenário evidencia a necessidade de não apenas criar políticas inclusivas, mas também de assegurar os meios para sua implementação eficaz.

Conforme Maciel, Boanafina e Lima (2024) têm analisado criticamente essa dualidade, evidenciando que as políticas inclusivas não escapam às contradições inerentes à sociedade capitalista na qual surgem. No início dos anos 2000, o governo federal implementou ações

afirmativas e programas que objetivavam democratizar o acesso às universidades. Ainda, conforme Maciel, Boanafina e Lima (2024) a política de cotas sociais e raciais, institucionalizada nas instituições federais, alterou o perfil socioeconômico do alunado das universidades públicas, permitindo a entrada de segmentos antes marginalizados.

Em paralelo, a meta de expansão das vagas na Educação Superior foi alcançada majoritariamente via crescimento do setor privado, apoiado por incentivos estatais. Programas como o ProUni (oferta de bolsas nas instituições privadas) e o FIES (crédito educativo subsidiado) exemplificam essa estratégia. Segundo Minto (2018), essas iniciativas ampliaram significativamente as matrículas, a ponto de, em 2013, mais da metade dos ingressantes na Educação Superior privada presencial contar com financiamento público via FIES/ProUni. Em outras palavras, a inclusão educacional passou a depender, em grande medida, de recursos estatais transferidos ao setor privado, revelando o entrelaçamento entre políticas de acesso e interesses mercantis.

De acordo com Cantorani *et al.* (2020), a consolidação dessas políticas inclusivas ocorre em um contexto marcado pelas contradições do próprio modelo capitalista, o que impõe limites à sua efetividade. Ao analisarem a implementação da Lei nº 13.409/2016, que estendeu as cotas a pessoas com deficiência, os autores identificam a ausência de condições materiais e institucionais para que a inclusão se efetivasse de modo pleno, o que escancara a distância entre a letra da lei e as práticas institucionais. Desse modo, mesmo que as cotas ampliem o acesso, a permanência desses estudantes nas universidades, bem como a garantia de sua participação plena e digna, ainda esbarra em barreiras estruturais (físicas, pedagógicas e simbólicas).

Assim, embora representem conquistas relevantes, as políticas de ação afirmativa e de inclusão social na educação superior não se realizam de forma isolada ou neutra, mas estão inseridas em uma totalidade social marcada por desigualdades de classe, raça, deficiência e território. O desafio, portanto, está em fazer com que essas políticas ultrapassem o caráter compensatório e assumam uma função emancipadora, o que requer investimento público robusto, compromisso institucional e ruptura com a lógica meritocrática e mercantil que ainda estrutura o sistema.

Cantorani *et al.* (2020) evidenciam que a inclusão de PcDs nas universidades públicas é atravessada por barreiras institucionais que comprometem a efetividade da política. Essa constatação dialoga com as análises de Minto (2018), que denuncia a reconfiguração do papel do Estado como promotor de uma política educacional submetida às regras do mercado, na qual o direito à educação é constantemente tensionado por restrições fiscais, metas tecnocráticas e ausência de investimento estrutural. Releva-se que, em contextos de

mercantilização da educação, a inclusão tende a se tornar formal e limitada, operando mais como uma estratégia de legitimação institucional do que como um compromisso emancipador.

Para Minto (2018) o Estado brasileiro, ao invés de assumir plenamente a oferta educacional, adotou um caminho privatista, “esvaziando” o caráter público da educação superior e abrindo espaço para a maior penetração do capital privado. Programas de acesso, ainda que retoricamente fundamentados no interesse público, acabaram por dar vazão ao direcionamento de verbas públicas ao setor particular, consolidando uma coalizão público-privada na expansão universitária.

Salienta-se que sem o aporte contínuo de fundos públicos muitas dessas dinâmicas mercantis não prosperariam, o que explicita a dependência mútua entre Estado e mercado na Educação Superior contemporânea. Analisando documentos e programas do governo Lula (2003-2010), Maciel (2020) observa que a retórica da “inclusão” foi utilizada como justificativa para uma série de políticas sociais e educacionais voltadas a mitigar desigualdades. Esse discurso de inclusão apresentou relativa coerência com as ações implementadas (como as próprias cotas e programas de assistência estudantil) indicando uma articulação genuína em prol da democratização do acesso. Entretanto, persistem os limites impostos pelo modo de produção dominante, ou seja, pelas estruturas econômicas capitalistas vigentes.

Em última instância, Maciel, Boanafina e Lima (2024) sugere que o alcance emancipatório das políticas inclusivas é condicionado pelas forças de mercado: a inclusão é promovida até onde não contradiz os interesses do capital. Assim, as políticas de democratização do acesso convivem com contradições – avançam na redução de desigualdades educacionais, porém sem romper com a lógica mercantil que subjuga a educação aos imperativos do lucro.

O resultado, conforme sintetizam Maciel, Boanafina e Lima (2024), é uma dualidade na Educação Superior brasileira, na qual a ampliação de oportunidades educacionais ocorre simultaneamente à reprodução de mecanismos de exclusão mais sutis associados à privatização da educação. Diante desse panorama, torna-se fundamental uma análise crítica sobre o verdadeiro significado da “inclusão” na Educação Superior contemporânea. Nesse contexto, questiona-se as conquistas obtidas (maior acesso de negros, pobres e outros grupos oprimidos ao espaço universitário) configuram de fato uma democratização estrutural, ou se operam como “válvulas de escape” dentro de um modelo de educação superior crescentemente orientado pelo mercado.

O perfil socioeconômico dos estudantes da educação superior no Brasil reflete, de forma complexa e contraditória, as desigualdades históricas que caracterizam a estrutura social do

país. Ao mesmo tempo, revela também algumas transformações recentes decorrentes da implementação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação superior. A classificação e análise desse perfil têm sido objeto de diferentes órgãos públicos e institutos de pesquisa, que buscam compreender as distintas realidades sociais com base em variáveis como renda familiar, raça/cor, gênero e região de origem dos estudantes.

Entre os instrumentos mais amplamente utilizados para a definição de classes socioeconômicas no Brasil, destaca-se o **Critério Brasil**, desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Esse critério categoriza a população em estratos de A a E, levando em consideração fatores como renda familiar mensal, posse de bens duráveis (como geladeira, televisão, computador) e o nível de escolaridade do chefe de família, além do acesso a serviços públicos essenciais, como água encanada. Complementarmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) utiliza a renda domiciliar per capita e outros indicadores sociais para a segmentação dos diferentes estratos sociais, sendo tais classificações amplamente empregadas em estudos que analisam as desigualdades no campo da educação, da saúde e do consumo.

De acordo com o Critério Brasil, a população é distribuída da seguinte forma: **Classe A** (renda alta, superior a 20 salários-mínimos mensais); **Classe B** (renda média-alta, entre 10 e 20 salários-mínimos); **Classe C** (renda média, entre 4 e 10 salários-mínimos); **Classe D** (renda média-baixa, entre 2 e 4 salários-mínimos); e **Classe E** (renda baixa, até 2 salários-mínimos mensais). Tais recortes tornam-se fundamentais para compreender os processos de inclusão e exclusão no acesso à educação superior.

Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior (INEP, 2022) indicam que, em 2020, **50,3%** dos estudantes matriculados nas instituições públicas de educação superior eram pretos ou pardos, sinalizando avanços em relação à composição étnico-racial do corpo discente, historicamente marcado pela sub-representação desses grupos. Ademais, observa-se uma maioria feminina na educação superior, com as mulheres representando aproximadamente **57%** dos matriculados. Em termos geográficos, a concentração das instituições de ensino permanece maior na região Sudeste, mas o crescimento das universidades públicas e da modalidade de **EaD** tem contribuído para ampliar o ingresso em regiões historicamente menos atendidas, como o Norte e o Nordeste.

Particularmente nas instituições privadas, a EaD respondeu por mais da metade das matrículas em 2021, consolidando-se como a principal estratégia de expansão do setor. No contexto socioeconômico da educação superior, observa-se o crescimento da participação das **classes C e D**, especialmente por meio de políticas de acesso como o ProUni e o FIES. No

entanto, como evidenciam diversos estudos (Dourado, 2021; Seki, 2020), esse processo de inclusão tem sido mediado pela lógica da mercantilização, o que implica novas formas de exclusão e precarização.

Os dados do INEP (2022) revelam que a maior parte dos estudantes das **classes C e D** matriculados na educação superior opta por instituições privadas, recorrendo a bolsas de estudo ou a mecanismos de financiamento. Contudo, a dependência de programas como o FIES e de créditos privados aprofunda a relação entre educação e endividamento, o que impõe um custo social significativo às camadas populares. Como discutem Simões e Mello Neto (2012), essa dinâmica, além de fragilizar o caráter público da educação, acentua o risco de homogeneização curricular e a priorização de cursos com maior rentabilidade para o mercado, em detrimento de áreas do conhecimento historicamente menos lucrativas, como Sociologia, Filosofia e História.

Diante desse quadro, evidencia-se o predomínio quantitativo das matrículas em instituições privadas, consolidando o setor como principal via de acesso à educação superior para os segmentos populares. O modelo de seleção, ainda que não pautado por processos seletivos tradicionais como os vestibulares das instituições públicas, revela-se profundamente meritocrático, uma vez que o acesso e a permanência estão diretamente condicionados ao poder aquisitivo dos estudantes e às suas possibilidades de assumir dívidas futuras. Assim, compreende-se que o processo de mercantilização da educação superior está intrinsecamente relacionado às políticas de acesso vigentes, reconfigurando o sentido de democratização e acentuando as contradições entre inclusão formal e exclusão estrutural no contexto educacional brasileiro.

A partir da década de 1990, o Brasil intensificou a implementação de políticas neoliberais, promovendo um processo de reconfiguração do papel do Estado e ampliando a participação do setor privado nas políticas sociais, incluindo a educação superior. Conforme destacam Duarte e Silva (2023), ao adentrar o século XXI, o país apresentava um expressivo déficit de vagas públicas na educação superior, o que resultou na consolidação de um processo acelerado de mercantilização desse nível de ensino.

Dourado (2011, p. 57) aponta que os mecanismos de financiamento implementados nesse período “contribuíram para a consolidação de novos formatos de privatização desse nível educacional, respaldada pela interpenetração entre as esferas pública e privada”. Essa dinâmica reposicionou o Estado como gestor e avaliador, transferindo ao setor privado a execução direta da oferta educacional, agora regulada segundo critérios de eficiência gerencial e de racionalidade de mercado (Minto, 2005).

Neste contexto, o setor privado passou a assumir o papel de prestador de serviços

educacionais, criando modelos próprios de financiamento estudantil e estabelecendo parcerias com instituições financeiras. Linhas de crédito, parcelamentos pós-conclusão de cursos e financiamentos privados independentes de programas públicos tornaram-se estratégias recorrentes das IES privadas, aprofundando o vínculo entre acesso à educação e endividamento.

A figura do “aluno-produto”, discutida por Reinert e Reinert (2004), ilustra de forma crítica essa nova lógica. O estudante é concebido como matéria-prima a ser processada pelas instituições, com pouca ou nenhuma participação ativa em seu processo de formação, sendo avaliado, classificado e, ao final, lançado ao mercado de trabalho como produto acabado. Esse modelo, orientado pelas demandas imediatas de empregabilidade, esvazia o caráter formativo da educação superior e reforça a alienação do processo educativo.

Além disso, a privatização da educação superior também se materializa em práticas como a venda de vagas, a terceirização de serviços essenciais (limpeza, segurança, alimentação), a introdução de modelos gerencialistas na gestão acadêmica e a reformulação de currículos segundo os interesses do mercado. A partir dos anos 2000, com o estímulo de políticas públicas como o FIES, esse processo ganhou nova intensidade, impulsionando a formação de grandes conglomerados empresariais no setor educacional.

Pereira (2020) destaca que a expansão da base de estudantes consumidores e a atratividade do setor para fundos de investimento resultaram em um processo de fusões, aquisições e incorporações, que, ao final da década, consolidaram um mercado altamente concentrado nas mãos de poucos grupos econômicos. Conglomerados como Cogna Educação (antiga Kroton-Anhanguera) e Yduqs (antiga Estácio Participações) passaram a deter mais de 50% das matrículas no ensino superior privado, consolidando um cenário de oligopolização.

A financeirização do setor impôs um modelo de gestão orientado por métricas financeiras e voltado à maximização de lucros. Conforme adverte Pereira (2020), “as formas de gestão e controle impostas por esse novo regime de acumulação (...) impactam as condições de trabalho dos professores, o currículo, a organização acadêmica e o próprio conceito de educação superior” (Pereira, 2020, p. 9). A precarização das condições docentes, a padronização curricular e a subordinação da formação às exigências do mercado tornaram-se características estruturantes do setor.

No caso da Cogna Educação, a empresa figura como uma das maiores corporações privadas da América Latina, com mais de 966 mil estudantes matriculados e presença em mais de 1.400 polos de EaD. No contexto sul-mato-grossense, a Cogna responde pela gestão de instituições como o Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Campo Grande,

oferecendo cursos em diversas modalidades.

Por sua vez, a Yduqs, que opera marcas como Estácio, Wyden e Damásio Educacional, adota uma estratégia de segmentação de mercado, oferecendo desde cursos de baixo custo até o chamado ensino "premium", direcionado a públicos de maior poder aquisitivo. Essa diferenciação entre "educação acessível" e "educação premium" ilustra a lógica de nichificação de mercado típica da acumulação capitalista no setor de serviços educacionais.

Tanto a Cogna quanto a Yduqs estão listadas na B3 desde 2007, o que reforça a centralidade da lógica financeira em suas estratégias de expansão e gestão. As decisões institucionais são orientadas pelas expectativas do mercado acionário, com foco na maximização de lucros e na valorização das ações. Como parte desse processo, ambas as corporações influenciam ativamente as regulamentações do setor, buscando condições normativas que favoreçam seus modelos de negócio e, não raramente, beneficiando-se de programas públicos como FIES e ProUni, em um ciclo contínuo de privatização via financiamento público da demanda.

Essa trajetória evidencia que a expansão da educação superior privada em MS, assim como no restante do país, está profundamente vinculada ao processo de financeirização, oligopolização e mercantilização, resultante da hegemonia neoliberal no campo educacional. O setor educacional, ao transformar-se em ativo financeiro, reproduz as contradições fundamentais do capitalismo contemporâneo, deslocando o sentido da educação superior como um direito social para uma lógica de mercado, consumo e acumulação de capital. Tais elementos estruturam o pano de fundo sobre o qual se materializam as estratégias discursivas analisadas nesta dissertação

Sguissardi (2015) analisa o processo de expansão da educação superior no Brasil, destacando a intensificação da mercantilização do setor nas últimas décadas. Embora o autor não faça referência direta a conglomerados como a Cogna, suas observações são plenamente aplicáveis à atuação dos grandes grupos educacionais, que operam segundo as lógicas da financeirização e do discurso mercadológico.

Segundo Sguissardi (2015), em uma economia de perfil ultraliberal e hegemonizada pelo capital financeiro, a fronteira entre o público e o privado/mercantil tende a se dissolver, resultando na configuração de uma educação superior estruturalmente dualizada: de um lado, uma formação de elite, de alta qualidade e fortemente seletiva; de outro, uma educação de massas, de baixo custo e qualidade reduzida, destinada às classes populares.

Essa realidade coloca em xeque o discurso oficial de democratização, uma vez que a ampliação do acesso não tem sido acompanhada por mudanças estruturais que garantam

condições efetivas de permanência e qualidade. O autor enfatiza que a missão central desses grupos empresariais não é atender às demandas educacionais da sociedade, mas assegurar a oferta de serviços altamente lucrativos, nos moldes de grandes corporações comerciais. Tal configuração evidencia o predomínio de um modelo orientado pela lógica do mercado e subordinado aos interesses do capital financeiro.

A financeirização da educação superior, como exemplificado pelas práticas de corporações como a Cogna, materializa-se em estratégias como a expansão via fusões e aquisições de outras instituições privadas, financiadas com recursos de fundos de investimento nacionais e estrangeiros. Essas operações consolidaram a posição da Cogna como uma das maiores empresas educacionais do mundo. Esse processo foi reforçado por políticas públicas como o FIES e o ProUni, que, ao transferirem recursos públicos para a demanda privada, garantiram receitas estáveis ao setor.

Contudo, como alertam Dal Moro e Gisi (2023), tais políticas, ao invés de promoverem uma democratização efetiva, resultaram em uma “inclusão excludente”, na qual o aumento numérico de matrículas não foi acompanhado por transformações nas condições estruturais de desigualdade. Segundo os autores:

[...] as políticas públicas de Estado direcionadas à democratização do acesso à educação superior, ao longo das últimas duas décadas, objetivaram o aumento do número de vagas e matrículas no setor como mecanismo de promoção de inclusão social, sem alterar substancialmente os fatores que originam a desigualdade e a exclusão em questão (Dal Moro; Gisi. 2023, p. 1) .

Esse fenômeno reforça a constatação de que as políticas públicas de financiamento, ao invés de funcionarem como mecanismos de equidade, têm sustentado a lógica de mercado no setor educacional, beneficiando conglomerados privados e consolidando a financeirização da educação.

Além do impacto sobre os estudantes, observa-se a precarização do trabalho docente, caracterizada pela redução salarial, aumento da carga horária e intensificação das formas de controle gerencial. Soma-se a isso a homogeneização dos currículos, com priorização de cursos considerados mais rentáveis e de rápida conclusão, geralmente nas áreas mais demandadas pelo mercado de trabalho, em detrimento de cursos com menor apelo comercial, como os das Ciências Humanas.

De acordo com a Fineduca (2021), tais dinâmicas demonstram a crescente influência do capital financeiro na definição das prioridades da educação superior brasileira. Em vez de priorizar a qualidade acadêmica e o desenvolvimento formativo dos estudantes, o foco das

instituições privadas tem se concentrado na rentabilidade econômica, impactando negativamente a experiência educacional e a autonomia universitária.

Andrade (2023), em sua tese, identifica a Cogna como um dos principais agentes desse processo de mercantilização, destacando que seu objetivo central é a maximização dos lucros e a satisfação das expectativas de investidores e acionistas. A autora evidencia que, na lógica empresarial da Cogna, o estudante é concebido como cliente, enquanto o investidor ocupa posição prioritária na estrutura decisória.

Na mesma direção, Silva (2022) critica a atuação desses grandes grupos empresariais, que organizam sua oferta de cursos com base em uma formação técnica e instrumentalizada, voltada exclusivamente para a empregabilidade e para o empreendedorismo, características estruturantes do modelo de negócios da Cogna. Sousa (2023) acrescenta que a precarização do trabalho docente é ainda mais acentuada pelo uso intensivo de plataformas digitais e pela fragmentação das atividades de ensino, fenômeno igualmente observado no modelo empresarial da Cogna.

A autora também denuncia a oferta de cursos de curta duração e qualidade questionável, evidenciando que o objetivo dessas instituições é a ampliação do número de matrículas, muitas vezes em detrimento da formação integral dos estudantes. A financeirização, nesse sentido, prioriza indicadores como receita, margem de lucro e retorno para acionistas, influenciando diretamente decisões institucionais que impactam a qualidade da formação, como a redução de custos operacionais, a compressão salarial docente e o aumento das mensalidades.

Com o avanço da tecnologia, a educação superior tornou-se ainda mais integrada ao mercado global, sendo comercializada por conglomerados que veem no setor um espaço lucrativo. Isso inclui não apenas a oferta de cursos online, mas também a venda de publicidade, o desenvolvimento de softwares educacionais e a comercialização de materiais didáticos próprios.

No entanto, esse processo de mercantilização reforça e aprofunda desigualdades educacionais, limitando as oportunidades das classes trabalhadoras e perpetuando a divisão social entre aqueles que detêm o capital e os que dependem da venda da sua força de trabalho. Com base em Marx (2008), é possível afirmar que a relação entre capital e trabalho, fundada na exploração, estende-se também ao campo educacional, especialmente no atual contexto de desenvolvimento tecnológico e financeirização global.

Do ponto de vista da análise discursiva, a publicidade assume papel central nesse processo e pode ser compreendida como instrumento de reprodução do capitalismo e, mais especificamente, dos ideais neoliberais que sustentam o consumismo. Como afirma Marx

(1996), o sistema capitalista depende da criação contínua de novas necessidades para manter o ciclo de produção e consumo. Nesse sentido, a publicidade – inclusive a educacional – atua como ferramenta de produção de demandas artificiais, moldando desejos e criando necessidades que garantam a perpetuação da lógica do capital.

Em meio a essas ações de consumo, explícitas ou veladas, a publicidade educacional constrói estratégias discursivas que interpelam os sujeitos enquanto consumidores, convertendo bens simbólicos – como a educação – em mercadorias submetidas às leis de mercado. Justifica-se, portanto, a adoção da ADD como ferramenta metodológica capaz de desvelar como a linguagem publicitária da educação superior privada reflete e reproduz os valores da ideologia capitalista, materializando-se nos anúncios comerciais das IES mercantilizadas.

Nesse contexto, a publicidade torna-se uma verdadeira “peça-chave” (Mocarzel, 2019) na consolidação de uma cultura de consumo, promovendo a ideia de que a formação acadêmica é o caminho legítimo para a felicidade, o sucesso e a ascensão social. Dessa forma, a publicidade transcende sua função comercial imediata, assumindo o papel de mecanismo de difusão ideológica que contribui para a naturalização do capitalismo e para a legitimação de valores como individualismo, competitividade e meritocracia.

Como destaca Marx (2008), a alienação não se restringe ao processo produtivo, mas estende-se a todas as esferas da vida social, incluindo a educação. O discurso publicitário, ao desconectar o estudante-consumidor das relações materiais e históricas que condicionam o acesso ao conhecimento, reforça esse processo de alienação.

Diante desse cenário, a próxima subseção desta dissertação buscará examinar, com base nos dados do Censo da Educação Superior e nas informações do e-MEC, a expansão da educação superior privada em Mato Grosso do Sul, com ênfase na configuração das matrículas, nas modalidades de ensino e na consolidação dos grandes grupos educacionais que operam sob a lógica da mercantilização.

3.2 Expansão da Educação Superior privada em MS

A análise da expansão da educação superior em MS se insere no contexto mais amplo das transformações estruturais que marcaram o ensino superior brasileiro nas últimas décadas, fortemente influenciadas pelas políticas neoliberais e pelos processos de mercantilização já discutidos na seção anterior. A partir da década de 2000, o estado passou a refletir, em escala

regional, as tendências nacionais de ampliação do setor privado, impulsionadas tanto pela demanda social por acesso à educação superior quanto pelos incentivos estatais voltados ao financiamento da demanda, como o FIES e o ProUni.

MS, ao mesmo tempo em que apresenta desafios históricos relacionados à concentração fundiária, às desigualdades regionais e à fragilidade de políticas públicas efetivas para o interior do estado, tornou-se um território estratégico para a expansão dos grandes grupos empresariais do setor educacional. A presença de conglomerados como a Cogna Educação e a Yduqs em cidades-polo, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, evidencia o direcionamento do capital educacional para regiões com potencial de mercado ainda em desenvolvimento, especialmente por meio da oferta massiva de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

A interiorização da educação superior privada em MS, acompanhada pela intensificação da EaD, representa um dos principais vetores de crescimento das matrículas no estado. Essa expansão, no entanto, tem se dado sob a lógica da racionalidade mercantil, com forte dependência de modelos educacionais padronizados, de baixo custo operacional e altamente financeirizados.

Para compreender a configuração atual da educação superior no estado, esta subseção apresenta um panorama quantitativo e qualitativo, baseado em dados oficiais extraídos do Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP, além de informações obtidas no sistema e-MEC. A análise desses indicadores permitirá evidenciar o papel central ocupado pelas instituições privadas na oferta de vagas e no atendimento da demanda estudantil em Mato Grosso do Sul, revelando, ao mesmo tempo, os limites e as contradições de um modelo de expansão pautado pela lógica de mercado.

A lógica de mercantilização da educação superior, sustentada por estratégias discursivas que naturalizam o consumo e reforçam valores neoliberais, manifesta-se de forma concreta no processo de expansão do setor privado no estado de MS. Nas últimas décadas, observa-se um crescimento expressivo das IES privadas, impulsionado por políticas públicas de financiamento estudantil, flexibilização regulatória e pela adoção de modelos organizacionais voltados à maximização de matrículas.

Esse movimento, inserido nas dinâmicas mais amplas de financeirização da educação superior brasileira, resultou na consolidação de grandes grupos educacionais no estado, com destaque para a atuação da Cogna Educação, mantenedora da UNIDERP/Anhanguera. Para compreender a dimensão e os impactos dessa expansão, a presente subseção apresenta um panorama quantitativo e qualitativo, fundamentado em dados oficiais extraídos do Censo da

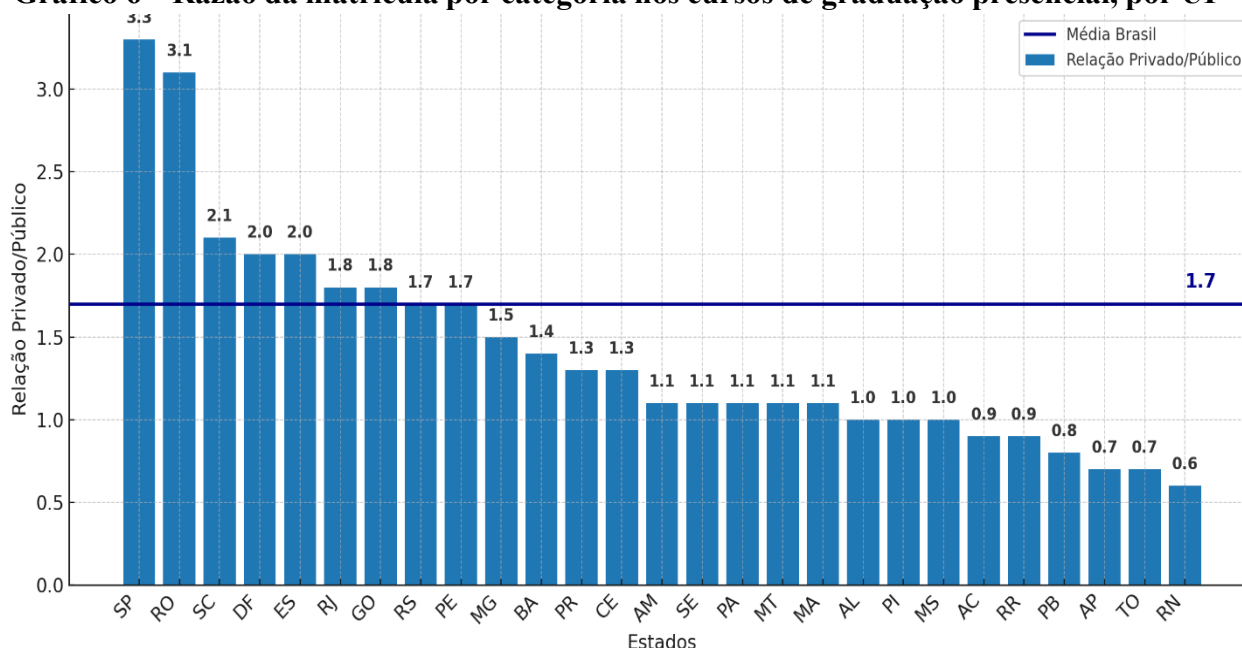
Educação Superior e do sistema e-MEC, articulando tais informações à análise crítica dos processos de privatização e oligopolização do setor educacional sul-mato-grossense.

Dentre os múltiplos fatores que caracterizam a expansão da educação superior privada em Mato Grosso do Sul, destaca-se a forma de ingresso adotada pelos(as) estudantes. Os dados do INEP referentes ao ano de 2022 apontam que as duas principais modalidades de acesso à educação superior no Brasil são o vestibular tradicional, responsável por **52,2%** dos ingressos, e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que responde por **30,3%**, especialmente por meio de programas de financiamento e inclusão como o **FIES** e o **ProUni**.

Essa tendência nacional se reproduz, com variações regionais, nas unidades da federação, sendo particularmente distinta na região Nordeste, onde o percentual de ingressantes via Enem supera o número de ingressantes por vestibular, refletindo a maior dependência das políticas públicas de financiamento e de acesso à educação superior por parte da população local.

Para aprofundar a compreensão sobre o panorama da expansão do setor privado, apresenta-se, a seguir, o **Gráfico 6**, que ilustra a relação entre matrículas na rede privada e na rede pública de educação superior, por Unidade da Federação (UF). Essa razão entre o número de estudantes matriculados em instituições privadas e públicas constitui um indicador relevante para compreender a intensidade da privatização da oferta educacional em cada estado.

Gráfico 6 – Razão da matrícula por categoria nos cursos de graduação presencial, por UF



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em MEC/INEP; Censo da Educação Superior Brasil, 2023.

Observa-se que, São Paulo (SP), Rondônia (RO), Santa Catarina (SC), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ) e Goiás (GO) têm uma proporção de alunos em cursos de graduação presencial na rede privada superior à média do Brasil, enquanto o Rio Grande do Sul (RS) e Pernambuco (PE) têm a mesma relação da média brasileira. Acre (AC), Roraima (RR), Paraíba (PB), Amapá (AP), Tocantins (TO) e Rio Grande do Norte (RN) possuem mais alunos matriculados na rede pública. Em três unidades da Federação, Alagoas (AL), Piauí (PI) e Mato Grosso do Sul (MS), das regiões Nordeste e Centro-Oeste, o número de matrículas na rede pública é igual ao da rede privada.

A leitura do **Gráfico 6** permite constatar que Mato Grosso do Sul apresenta uma **razão de 1,0**, ou seja, há uma proporção praticamente equivalente entre estudantes matriculados na rede privada e na rede pública na modalidade de graduação presencial. Essa configuração coloca o estado abaixo da média nacional, que é de **1,7**, mas ainda assim evidencia uma presença significativa do setor privado.

Quando comparado a estados como São Paulo (3,3) e Rondônia (3,1), a relação em MS é menos desigual, mas, conforme análise de Dourado *et al.* (2020), a tendência nacional tem sido de aumento progressivo da participação da iniciativa privada, sobretudo impulsionada pela modalidade EaD, aspecto que será aprofundado nas próximas subseções. Essa leitura quantitativa reforça a necessidade de analisar, na sequência, como as estratégias discursivas das IES privadas de MS operam para ampliar suas matrículas e consolidar sua presença no estado, o que será abordado na Seção 4 dessa dissertação. A configuração da educação superior em MS não pode ser analisada de forma dissociada das características estruturais da economia local. O estado apresenta uma dinâmica produtiva fortemente baseada no agronegócio, com destaque para a produção de soja, milho, cana-de-açúcar, carne bovina e celulose (CEPEA, 2023).

Embora esse modelo represente um dos principais motores do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, sua estrutura concentradora de terras e recursos está ancorada em um padrão de desenvolvimento excludente, com forte incidência de degradação ambiental e expansão do capital financeiro sobre os territórios rurais. Segundo Oliveira (2018), a hegemonia do agronegócio em Mato Grosso do Sul impõe barreiras significativas à implementação de políticas públicas socialmente inclusivas. A prioridade conferida à lógica de maximização da produtividade econômica frequentemente se sobrepõe às agendas sociais, limitando o alcance de políticas voltadas à democratização do acesso à educação superior, especialmente no interior do estado.

Esse cenário contribui para a manutenção de desigualdades históricas no acesso à

educação superior, afetando de forma mais intensa populações indígenas, negras, de baixa renda e egressas da escola pública. Apesar dos avanços relacionados à interiorização das universidades públicas, com a ampliação da presença de instituições como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), os dados do INEP (2022) revelam que a cobertura educacional superior ainda permanece insuficiente e territorialmente desigual.

De acordo com Dourado (2021), essa realidade é ainda mais desafiadora em regiões com baixa densidade populacional, nas quais o acesso à educação superior pública depende da combinação de políticas compensatórias, como o PNAES, o FIES e o ProUni. Entretanto, essas medidas, embora fundamentais, não têm sido suficientes para superar os efeitos da seletividade estrutural que caracteriza o sistema educacional brasileiro, especialmente quando agravada pelas condições de vida precárias dos estudantes, muitas vezes obrigados a conciliar estudo e trabalho em contextos de vulnerabilidade social.

Esse quadro, por sua vez, reforça a centralidade do setor privado na oferta de vagas no educação superior em MS, especialmente por meio da modalidade EaD, cujo crescimento acelerado será analisado nas subseções seguintes. Tal contexto confirma a necessidade de uma leitura crítica sobre o papel das IES privadas e de seus discursos institucionais na reprodução das desigualdades educacionais, aspecto aprofundado na próxima seção desta dissertação.

Destaca-se, neste contexto, a escolha de MS como recorte territorial desta pesquisa, tendo em vista que os anúncios comerciais analisados nas seções subsequentes foram produzidos por IES privadas que atuam nesse estado. A seleção desse cenário não é aleatória. MS apresenta uma configuração particular em relação à distribuição de matrículas entre as categorias administrativa pública e privada, com uma razão de matrícula próxima à média nacional, mas ainda com expressiva presença do setor privado.

Tal realidade permite observar, de forma mais nítida, o comportamento discursivo das IES mercantis em um ambiente considerado “balanceado” do ponto de vista da oferta institucional. A escolha por analisar os anúncios das IES privadas sul-mato-grossenses também se justifica pela necessidade de compreender como as estratégias de comunicação dessas instituições dialogam com as condições socioeconômicas e culturais locais, estruturando discursos que buscam interpelar o estudante como consumidor.

Esse vínculo entre o acesso à educação superior e os anúncios comerciais evidencia a construção de uma verdadeira **“indústria da desinformação”** (Guimarães, 2023), que, operando por meio de plataformas digitais, estabelece um novo modelo de comércio

educacional, agravado pela influência massiva de informações de caráter interpretativo e muitas vezes manipuladas para fins de captação.

Do ponto de vista econômico, as plataformas digitais de conteúdo se tornaram agentes estratégicos para a realização das mercadorias educacionais, funcionando como espaços de publicidade direcionada e, simultaneamente, como nichos dinâmicos de acumulação de capital no setor das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), cuja centralidade na economia contemporânea é amplamente reconhecida. Já sob a ótica política, essas plataformas configuram-se como arenas de disputa ideológica, nas quais circulam e se reproduzem sentidos sobre educação, trabalho e mobilidade social, conforme analisam Bolaño *et al.* (2022).

Os anúncios comerciais, frequentemente vinculados a esses agentes midiáticos, funcionam como porta de entrada e reguladores das experiências conectadas dos sujeitos, promovendo valores individualistas e reforçando formas de subjetividade neoliberal. No imaginário social, os programas de acesso à educação superior – ainda que operados por instituições privadas – são percebidos como novas oportunidades de ingresso em espaços historicamente restritos à população de baixa renda. Tais discursos são apresentados como bandeiras de inclusão e igualdade de oportunidades, ainda que, na prática, reproduzam as lógicas excludentes do mercado.

Ao financiar o acesso à educação superior por meio de bolsas e programas de crédito estudantil, o Estado brasileiro consolida uma narrativa que faz crer na ampliação da democratização da educação. Entretanto, como afirmam Simões e Mello Neto (2012, p. 5), tais políticas não foram acompanhadas de uma rediscussão efetiva sobre o papel da educação superior no Brasil, tampouco sobre seus impactos estruturais na democratização do acesso e da permanência.

Minto (2005) reforça essa crítica ao denunciar o funcionamento do mercado educacional como uma engrenagem que, ao ser apresentada como solução para os problemas da educação superior, oculta a realocação contínua de recursos públicos para o pagamento da dívida pública e a manutenção de interesses financeiros. Os dados mais recentes do Banco Central do Brasil (2025) ilustram esse processo, ao apontar que a dívida pública interna ultrapassa os R\$ 7,49 trilhões, representando mais de 70% do PIB nacional. Nesse contexto, a incapacidade estatal de ampliar os investimentos nas instituições públicas de educação superior torna-se evidente, enquanto o setor privado avança como protagonista na oferta de vagas, especialmente via EaD.

Esse movimento reforça o processo de mercadorização da educação superior, no qual as IES privadas passam a operar como verdadeiras linhas de produção de bens e serviços

educacionais, com foco na formação rápida, de baixo custo e sustentada por recursos midiáticos, mas com sérias limitações em termos de qualidade formativa (Minto, 2005). A precarização do ensino público, como destaca Oliveira (2009), cria um ambiente propício ao crescimento de instituições privadas de baixo custo e qualidade questionável, voltadas à população de baixa renda e distantes dos princípios de uma educação pública, democrática e socialmente referenciada.

Essas estratégias mercadológicas são potencializadas pelo discurso publicitário, que direciona suas ofertas de maneira segmentada, modulando os enunciados conforme a modalidade, a etapa e o curso a ser ofertado. Como afirma Bittar (2002, p. 51), a educação superior passou a ser tratada como um produto exposto nas prateleiras de um grande supermercado educacional, no qual bens e serviços disputam a atenção e o desejo dos consumidores.

O suporte midiático, segundo Minto (2023), atua como catalisador desse processo, induzindo necessidades que dialogam diretamente com a realidade econômica e cultural vigente. Essa lógica é sustentada por um ideário neoliberal que redefine a educação como investimento individual, comercializando soluções financeiras como parcelamentos, crédito estudantil próprio e outras formas de viabilização do consumo educacional.

Lima e Cunha (2020) situam historicamente essa configuração ao apontarem que, entre 1995 e 2016, as políticas educacionais brasileiras foram atravessadas por reformas neoliberais que consolidaram o modelo gerencialista e produtivista, com forte incentivo à privatização e diversificação institucional. A flexibilização das exigências para abertura de novas IES e a expansão da EaD são elementos centrais desse processo, que teve como consequência o expressivo crescimento das matrículas no setor privado.

De acordo com Araújo e Macedo (2021), a política de incentivo ao EaD, embora fundamental para a expansão numérica do acesso, não foi acompanhada por mecanismos efetivos de garantia da qualidade. A flexibilização regulatória permitiu que as IES priorizassem modelos de baixo custo e alta rentabilidade, aprofundando a financeirização do setor e precarizando o trabalho docente.

No caso de MS, esse processo se reflete diretamente na estrutura do sistema educacional superior. O crescimento das IES privadas com fins lucrativos no estado, especialmente a partir da expansão da EaD, revela a materialização local de políticas nacionais de ajuste e de mercado. O modelo de expansão adotado por conglomerados como a Cogna Educação e a Yduqs prioriza a massificação de matrículas com baixos custos operacionais, alcançando estudantes de áreas rurais e municípios do interior, como Dourados e Três Lagoas.

A UNIDERP e outras instituições privadas operam com forte integração de processos administrativos, plataformas digitais e parcerias de financiamento estudantil. Suas modalidades incluem cursos presenciais, semipresenciais e totalmente online, refletindo a tendência de diversificação e ampliação da oferta, impulsionada pela lógica de mercado que caracteriza o setor privado da educação superior no estado. Nesse contexto, a influência da Cogna evidencia-se pela gestão de instituições como a UNIDERP/Anhanguera, consolidando um modelo de negócios orientado pela maximização de matrículas e pela financeirização das políticas de acesso.

Para evidenciar tal condição, esta pesquisa analisou indicadores obtidos por meio do Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP, e de informações disponíveis no sistema e-MEC. Esses dados, ao revelar a concentração de matrículas no setor privado e o crescimento acelerado da modalidade EaD, reforçam a necessidade de uma análise crítica das estratégias discursivas utilizadas por essas instituições para a captação de estudantes.

É neste cenário que se insere a próxima seção desta dissertação, dedicada a examinar, de forma detalhada, o discurso mercadológico das IES privadas em MS, com o objetivo de compreender como tais instituições constroem sentidos sobre acesso, qualidade e inclusão, sempre subordinados à lógica de acumulação e reprodução do capital.

4. O DISCURSO MERCADOLÓGICO DAS IES PRIVADAS EM MATO GROSSO DO SUL

Diante do cenário de expansão do setor privado de educação superior em Mato Grosso do Sul, amplamente condicionado por políticas neoliberais, processos de financeirização e pela consolidação de grandes grupos educacionais, torna-se imprescindível analisar de que maneira IES privadas constroem, por meio de seus discursos institucionais, sentidos que legitimam e reforçam a lógica de mercado no campo educacional.

Esta seção tem como objetivo examinar as principais características do **discurso mercadológico** mobilizado pelas IES privadas com fins lucrativos em Mato Grosso do Sul, com ênfase nas estratégias de linguagem utilizadas para interpelar o estudante como consumidor. A análise adota como referencial teórico-metodológico os pressupostos do MHD e ADD, com base nas contribuições de Bakhtin (2015), Faraco (2005), Evangelista (2014), Minto (2011; 2018), Seki (2020) e Barreto (2013b).

A partir da seleção e análise de anúncios institucionais coletados em mídias digitais e plataformas institucionais das IES que atuam no estado, busca-se compreender como essas peças publicitárias articulam ideologicamente categorias como democratização, qualidade, empregabilidade e flexibilidade, subordinando tais conceitos à lógica da mercantilização da educação superior.

O foco desta seção não é apenas descrever os elementos linguísticos e visuais presentes nos anúncios, mas sobretudo desvelar as contradições que atravessam esses discursos, evidenciando o modo como eles operam como instrumentos de naturalização da desigualdade social e de produção de consensos ideológicos em torno da educação superior como mercadoria.

Por meio da análise de anúncios institucionais, coletados em mídias digitais e plataformas institucionais, procura-se compreender como essas práticas discursivas operam na produção de consensos ideológicos, reforçando a hegemonia do capital no setor educacional sul-mato-grossense. Os anúncios apresentam os produtos como entidades autônomas, ocultando a exploração do trabalho e os impactos sociais e ambientais de sua produção. Logo, sob o capitalismo, a propaganda também atua na criação de uma cultura massificada, que uniformiza desejos e valores, suprimindo a diversidade cultural e crítica.

No neoliberalismo, a lógica do mercado é expandida para todas as esferas da vida, intensificando o papel da publicidade, que promove a ideia de que tudo pode ser transformado em mercadoria, desde bens materiais, saúde, relacionamentos e educação. Essas transformações se aplicam ao suporte midiático, de modo que, os anúncios comerciais

adquirem uma formação discursiva⁷ com imprecisões mais difusas, “traduzidas por panfletos, factoides, discursos salvadores, reportagens polêmicas” (Chizzoti, 2015, p. 333 *apud* Minto, 2023 p. 33).

Concerne-se à publicidade o papel de detentora privilegiada das ferramentas midiáticas, especialmente no que se refere à disseminação de produtos e serviços geridos pelo setor privado, incluindo-se, nesse escopo, os anúncios comerciais voltados à educação superior. Tais anúncios carregam consigo discursos organizados e estrategicamente difundidos pelas IES privadas, inserindo-se no contexto mais amplo da atuação dos **Aparelhos Privados de Hegemonia**⁸ (APHs), conceito gramsciano que ajuda a compreender o papel dessas instituições na disputa ideológica contemporânea.

Essa rede de APHs forma, na esfera discursiva, um verdadeiro **sistema linguístico de hegemonismo**, no qual os conteúdos são moldados para transformar demandas sociais legítimas e reivindicações populares em projetos políticos e comerciais que atendem aos interesses do capital. Como argumenta Fontes (2017, p. 224), essa dinâmica “contribuiu fortemente para o esvaziamento da própria forma de sustentação que o originou e que supostamente seria por ele reforçada”, promovendo a captura de recursos públicos para iniciativas privadas, sob o pretexto da responsabilidade social empresarial.

Nesse cenário, o suporte midiático do setor privado atravessa o âmbito público, permeando direitos, investimentos e políticas, e redefinindo o acesso e o ingresso à educação superior como oportunidades mercantis, disponíveis para aqueles que possam ou aceitem endividar-se. Essa transposição de fronteiras é reforçada na publicidade de serviços privados, na venda de estilos de vida e na disseminação de valores individualistas e empreendedores, como demonstram os discursos que exaltam o **“empreendedor de si mesmo”** e a **“autossuperação”**. Essas narrativas ocultam as desigualdades estruturais e desconsideram as condições materiais de existência da maioria da população, transferindo para os indivíduos a responsabilidade exclusiva por seu sucesso ou fracasso.

Bakhtin e Volochinov (2006, p. 126) apontam que “[...] o discurso escrito é, de certa maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc.”. Assim,

⁷“Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.]” (Pêcheux, 1995, p. 160, grifo nosso).

⁸ Aos quais se incluem “[...] Instituições sem fins lucrativos, fundações privadas, braços “filantrópicos” de bancos e grandes conglomerados, ONGs, *think tanks*, entre outras formas de associação ligadas ao empresariado” (Minto, 2023 p. 79).

os anúncios das IES privadas não são apenas peças de comunicação mercadológica, mas enunciações ideológicas que respondem a demandas sociais, ao mesmo tempo em que as resignificam segundo os interesses do capital.

No contexto do capitalismo contemporâneo, o trabalhador é duplamente explorado: primeiro como força de trabalho, e depois como consumidor dos próprios produtos que ajudou a produzir. A publicidade desempenha um papel central nesse processo, ao garantir que os salários retornem ao ciclo econômico por meio do consumo. Dessa forma, expressões culturais, como a formação educacional, são transformadas em mercadorias padronizadas, moldadas para atender às demandas de mercado.

A **financeirização**, enquanto lógica estrutural do capital, é amplamente mobilizada nas práticas publicitárias, promovendo o endividamento como forma legítima de acesso a bens de consumo, inclusive à educação superior. Linhas de crédito, parcelamentos e financiamentos estudantis passam a ser apresentados como oportunidades, ocultando a condição real de subordinação econômica que tais mecanismos impõem aos estudantes de baixa renda. Braga (1997, p. 196) alerta para o fato de que a financeirização “não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores [...], mas tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica”, sendo, portanto, intrínseca ao modo de produção capitalista em sua configuração atual.

Essa financeirização representa um momento histórico decisivo do processo de acumulação, aprofundando a lógica de subordinação da educação à reprodução ampliada do capital. Como enfatiza Minto (2006, p. 256), assiste-se à consolidação de um “meganegócio da educação, apoiado oficialmente quase como uma política de Estado para o setor privado”, no qual a expansão da educação superior é apresentada como expressão de democratização, mas, na prática, reafirma a lógica da mercantilização.

O discurso veiculado nos anúncios das IES privadas segue precisamente essa lógica, criticada por Sguissardi (2015), na medida em que desloca o foco da qualidade acadêmica para a oferta de um produto educacional acessível, rápido e funcional, voltado à formação de mão de obra ajustada às necessidades do mercado de trabalho. Tal prática reforça a transformação da educação em mercadoria, distanciando-a de seu papel social, crítico e formativo.

Para esta dissertação, o “**acesso**” é tomado como uma categoria empírico-analítica (Silva; Maciel; Veloso, 2013), permitindo analisar o fenômeno da mercantilização da educação superior a partir da relação dialética entre o geral e o singular, mobilizando diferentes níveis de abstração e aproximação, conforme orienta Minayo (2000).

Embora Bakhtin (1997) não tenha abordado diretamente o capitalismo como eixo de análise, sua concepção de linguagem enquanto fenômeno social e ideológico oferece subsídios para a compreensão de como o discurso é apropriado, ressignificado e instrumentalizado dentro da lógica capitalista. A teoria do dialogismo, ao reconhecer a multiplicidade de vozes (polifonia) e a historicidade das enunciações, permite problematizar como os discursos mercadológicos se organizam para atender aos interesses hegemônicos.

Conforme destaca Bakhtin (1999, p. 131-132), todo processo de compreensão discursiva exige a produção de uma réplica ativa, posicionando o sujeito frente aos enunciados que o interpelam. Assim, a análise do discurso mercadológico das IES privadas, desenvolvida nas próximas subseções, busca realizar essa resposta crítica, problematizando os sentidos produzidos e as contradições inerentes a um modelo de expansão educacional orientado prioritariamente pela lógica da acumulação capitalista.

Por isso, mesmo que a linguagem publicitária dessas instituições seja marcada por estratégias de sedução e persuasão, sua estrutura permanece permeada por relações de poder, intencionalidades ideológicas e determinações materiais, como aponta Barreto (2013b) e como será aprofundado na análise dos anúncios comerciais que compõem o corpus empírico desta pesquisa.

Dessa perspectiva, a análise que segue, permite evidenciar como a linguagem, mesmo sendo constituída por múltiplas vozes, é submetida a um processo de hierarquização semântica, no qual o discurso mercadológico se sobrepõe, invisibilizando as contradições sociais que estruturam o acesso à educação superior no Brasil.

Nas estratégias discursivas presentes nos anúncios das IES privadas, observa-se o alinhamento do setor educacional à sua própria "**ideologia implícita**", na concepção de Bakhtin (2002), segundo a qual todo discurso carrega, inevitavelmente, um conteúdo ideológico. No caso específico do discurso mercadológico, essa ideologia manifesta-se de forma evidente na promoção de valores associados ao consumo, ao status social e à identidade de marca. A interpelação dos(as) estudantes como consumidores(as) é reforçada por ofertas de soluções financeiras, como parcelamentos e financiamentos próprios, visando ampliar a captação de matrículas.

Essa configuração discursiva não é aleatória. Como destaca Milagres (2005, p. 24), a eficácia comercial dos anúncios depende diretamente de seu grau de correspondência com o entorno social e das necessidades – muitas vezes artificialmente criadas – do público-alvo. Tais necessidades, ainda segundo o autor, representam, em primeiro plano, os interesses econômicos

das grandes empresas e, secundariamente, dialogam com os anseios subjetivos dos potenciais consumidores.

No contexto da teoria bakhtiniana, o dialogismo do discurso oferece uma chave interpretativa relevante para a compreensão dessa dinâmica. Segundo Scorsolini-Comin *et al.* (2008, p. 6), o discurso é sempre um movimento de interação entre sujeito e meio, configurando-se como prática cultural, seja ela verbal, não verbal, elitista ou popular. Um exemplo concreto dessa dinâmica no campo educacional foi a flexibilização terminológica promovida pela legislação, que autorizou a substituição do termo "vestibular" por "processo seletivo". Essa mudança discursiva possibilitou às IES privadas ampliarem sua autonomia na definição de critérios de acesso, criando enunciados publicitários que reforçam a ideia de inclusão e facilidade de ingresso.

Portanto, a dissimulação da perspectiva de “acesso” nas campanhas de divulgação das IES manifesta-se por meio de um léxico estrategicamente positivo, centrado na facilitação de pagamentos, na oferta de financiamentos e em outros recursos promocionais. A partir da perspectiva bakhtiniana, compreende-se que a linguagem, enquanto fenômeno socialmente situado, é constituída por múltiplas vozes que interagem e se sobrepõem, num diálogo contínuo que reflete os valores, as ideologias e as intenções comunicativas dos grupos sociais em disputa.

Exemplos notórios dessa lógica discursiva podem ser encontrados nas chamadas “**campanhas globais**” de grandes marcas como Coca-Cola e Nike, que constroem discursos orientados por ideais universais como felicidade, superação e pertencimento, ao mesmo tempo em que se adaptam aos contextos culturais locais. Tais estratégias evidenciam como o mercado educacional brasileiro, especialmente o setor privado, adota práticas de marketing que dialogam com os discursos globalizados de consumo e autoaperfeiçoamento.

No âmbito do **marketing social**, os discursos publicitários das IES apropriam-se de temáticas como sustentabilidade e diversidade, criando uma associação positiva entre a instituição e causas socialmente valorizadas. Essa estratégia, analisada por Pereira (2023), integra o que o autor define como “**capitalismo digital**”, uma nova fase do capitalismo, impulsionada pelas tecnologias da informação, que reconfigura as relações sociais e econômicas, intensificando a mercantilização das políticas sociais e promovendo a desmaterialização dos serviços públicos.

No caso específico das IES privadas, os discursos publicitários não apenas informam ou persuadem, mas também interagem com outras vozes sociais – dos estudantes, da concorrência e do próprio mercado. Essa relação dialógica manifesta-se na constante adaptação

das mensagens institucionais, que são moldadas pelas expectativas, pelas respostas e pelos comportamentos do público-alvo. A comunicação, nesse contexto, configura-se como um espaço de disputa de sentidos, no qual a linguagem atua como mediadora entre os interesses institucionais e as aspirações individuais dos(as) estudantes.

A esse respeito, o trabalho de Barreto (2013b), em "Publicidade e discurso: a materialidade ideológica nas práticas discursivas", oferece uma contribuição central para esta análise. A autora examina como a publicidade funciona como uma prática discursiva que materializa ideologias e reforça relações de poder na sociedade. Barreto explora as estratégias de personalização, emocionalidade e promessa de transformação pessoal como recursos centrais das campanhas publicitárias, que buscam criar identificação entre o consumidor e os produtos ou serviços oferecidos.

Adotando uma abordagem crítica, Barreto utiliza a ADD para interpretar as estratégias utilizadas pela publicidade, enfatizando que todo discurso está historicamente situado, permeado por relações de poder e intencionalidades ideológicas. Para compreender o discurso publicitário, é preciso, segundo a autora, analisar como ele dialoga com os contextos sociais nos quais está inserido, respondendo e, ao mesmo tempo, condicionando as práticas sociais.

Nesse sentido, percebe-se um ponto de convergência entre as abordagens de Barreto e Bakhtin: ambas reconhecem que o discurso é sempre socialmente construído, historicamente situado e ideologicamente carregado. Enquanto Bakhtin (1997) destaca o dialogismo e a impossibilidade de neutralidade na linguagem, Barreto (2013b) enfatiza que o discurso publicitário, além de dialogar com seu contexto, também é um instrumento ativo de reprodução e naturalização de relações de poder.

Assim, para a análise das figuras desta pesquisa, a ADD constituiu o fio condutor metodológico que permitiu evidenciar as marcas do discurso mercadológico nas campanhas das IES privadas. Os enunciados publicitários examinados foram entendidos não apenas como textos isolados, mas como práticas discursivas historicamente situadas, moldadas por interesses econômicos e sustentadas por uma produção ideológica que transforma o direito à educação superior em uma mercadoria subordinada à lógica do capital.

4.1 IES privadas de Mato Grosso do Sul

A escolha do estado de MS como campo empírico dessa pesquisa se fundamenta em suas especificidades territoriais, socioeconômicas e educacionais, que o tornam um cenário relevante para a análise crítica das políticas públicas e das dinâmicas de mercantilização da educação superior. Localizado na região Centro-Oeste do Brasil, MS possui uma área territorial de aproximadamente 357 mil km² e uma população estimada em 2,8 milhões de habitantes, distribuída de forma desigual entre as regiões mais urbanizadas (como Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá) e municípios do interior com menor oferta de infraestrutura educacional (IBGE, 2022).

A taxa de urbanização supera 85%, mas persistem desigualdades de acesso a serviços públicos e à educação superior, especialmente nas regiões norte e sudoeste do estado. Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2022), mais de 70% das matrículas em cursos de graduação no estado concentram-se em instituições privadas, com destaque para a modalidade de EaD. Esse panorama revela a centralidade do setor privado na expansão da oferta educacional no estado, com forte presença de conglomerados empresariais que operam com fins lucrativos e utilizam estratégias de financeirização e captação de recursos públicos via programas como o ProUni e o FIES.

Tais dinâmicas configuram MS como território emblemático das contradições entre democratização do acesso e mercantilização da educação. O recorte espacial adotado não é meramente ilustrativo, mas se configura como estratégia metodológica para compreender como as contradições da mercantilização da educação superior se expressam em territórios periféricos ao eixo Sudeste-Sul do país, e como políticas de acesso e permanência são ressignificadas por lógicas de mercado.

Portanto, MS oferece um campo fértil para a análise das relações entre políticas públicas, mercantilização da educação e desigualdades territoriais no acesso e permanência na educação superior, especialmente no setor privado com fins lucrativos. Para melhor visualização dos dados socioeconômicos e educacionais que caracterizam o território de MS e o contexto nacional da educação superior, apresenta-se no **Quadro 6**:

Quadro 6 – Educação Superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul

Indicador	Total	Público	Privado
Matrículas	124.074	34.437	89.637
Ingressantes	44.000	12.000	32.000
Concluintes	15.000	4.500	10.500
Indicador	Total	Público	Privado
Matrículas	124.074	34.437	89.637
Ingressantes	44.000	12.000	32.000
Concluintes	15.000	4.500	10.500
Indicador	Total	Público	Privado
Matrículas	124.074	34.437	89.637
Ingressantes	44.000	12.000	32.000
Concluintes	15.000	4.500	10.500
Indicador	Total	Público	Privado
Matrículas	124.074	34.437	89.637
Ingressantes	44.000	12.000	32.000

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base em IBGE, 2025; Notas Estatísticas. Brasília: MEC/INEP, 2023.

Os dados do **Quadro 6** apresenta um número de ingressantes e concluintes estimado com base nas tendências de dados anteriores, devido à ausência de dados específicos no Censo de 2021. A predominância de matrículas em instituições privadas (aproximadamente 72% do total) evidencia a forte presença do setor privado na educação superior em MS. A predominância das IES privadas, especialmente via EaD, aponta para a expansão do setor com base em lógicas de escala, em detrimento de políticas territoriais integradas de permanência e qualidade.

Fez-se o recorte das IES privadas de MS, filtradas pelo e-MEC, como mecanismo de garantia quanto à atividade e oficialidade institucional. Para promover a investigação, por meio da ADD em seus anúncios comerciais, foi enfatizada a relação social, econômica e política das IES selecionadas. O e-MEC disponibiliza as informações das IES avaliadas pelo MEC de forma online e, por meio dos recursos eletrônicos de busca, permitiu-nos a obtenção de dados expostos no **Quadro 7**, seguindo uma ordenação alfabética:

Quadro 7 – IES privada com fins lucrativos de Mato Grosso do Sul

Instituição	Sigla	Município/UF	Organização Acadêmica	Categoria Adm.	IGC	CI	CI-EaD
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Campo Grande	-	Campo Grande/MS	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	3	5	5
Centro Universitário Estácio de Campo Grande	-	Campo Grande/MS	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	3	5	5
Faculdade Anhanguera de Dourados	ANHANGUERA	Dourados/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	4	
Faculdade Cesumar de Campo Grande	FACCESUMAR	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		4	
Faculdade da Fronteira Oeste	UNIFRON	Dourados/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		5	5
Faculdade De Administração, Comércio E Empreendedorismo	FACEM	Sidrolândia/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		3	
Faculdade de Admin, Tecnol., Educ e Desenv. Humano	FATEDH	Ponta Porã/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos			4
Faculdade de Ensino Superior Referencial	FAREF	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		4	5
Faculdade de Medicina Uniderp de Ponta Porã	-	Ponta Porã/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		5	
Faculdade de Ponta Porã	FAP	Ponta Porã/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	3	
Faculdade Ebpos	EBPOS	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos			4
Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande	FESCG	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	4	
Faculdade Mato Grosso do Sul	FACSUL	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	4	
Faculdade Nova Roma de Campo Grande	FNR - Campo Grande	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	3	
Faculdade Novosete	NOVOSETE	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	4	4	4
Faculdade Politécnica de Corumbá	FPC	Corumbá/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		5	

Faculdade Prime	FaPrime	Campo Grande/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		4	4
Faculdades Integradas de Cassilândia	FIC	Cassilândia/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	3	
Faculdade Unicesumar de Corumbá	FUC	Corumbá/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos			5
Faculdade Unifahe	UNIFAHE	Mundo Novo/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos		3	3
Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó	FETAC	Caarapó/MS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	3	3
Universidade Anhanguera	UNIDERP	Campo Grande/MS	Universidade	Privada com fins lucrativos	3	3	4

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base no e-MEC, dados oficiais dos cursos e IES no Brasil, Brasil, 2024.

Buscou-se no e-MEC, utilizando a filtragem de consulta avançada, por IES pela Unidade Federativa (UF) de MS, em Categoria Administrativa de IES privadas com fins lucrativos e, considerando todas as organizações acadêmicas, em situação de funcionamento ativa. Qual, no total, identificou-se vinte (21) IES, sendo onze (11) IES em Campo Grande, que por se configurar como capital do estado de MS, apresenta o maior número de instituições.

Entre essas onze (11) IES, estão presentes o único Centro Universitário e a Universidade, restando outras nove (9) Faculdades, também, localizadas na capital. Nas outras cidades do estado de MS, identificou-se apenas faculdades ativas, duas (2) estão na cidade de Dourados e, outras duas (2), em Ponta Porã, e mais duas (2) em Corumbá. Em Sidrolândia, Cassilândia, Caarapó e Mundo Novo, encontra-se apenas uma faculdade privada em cada.

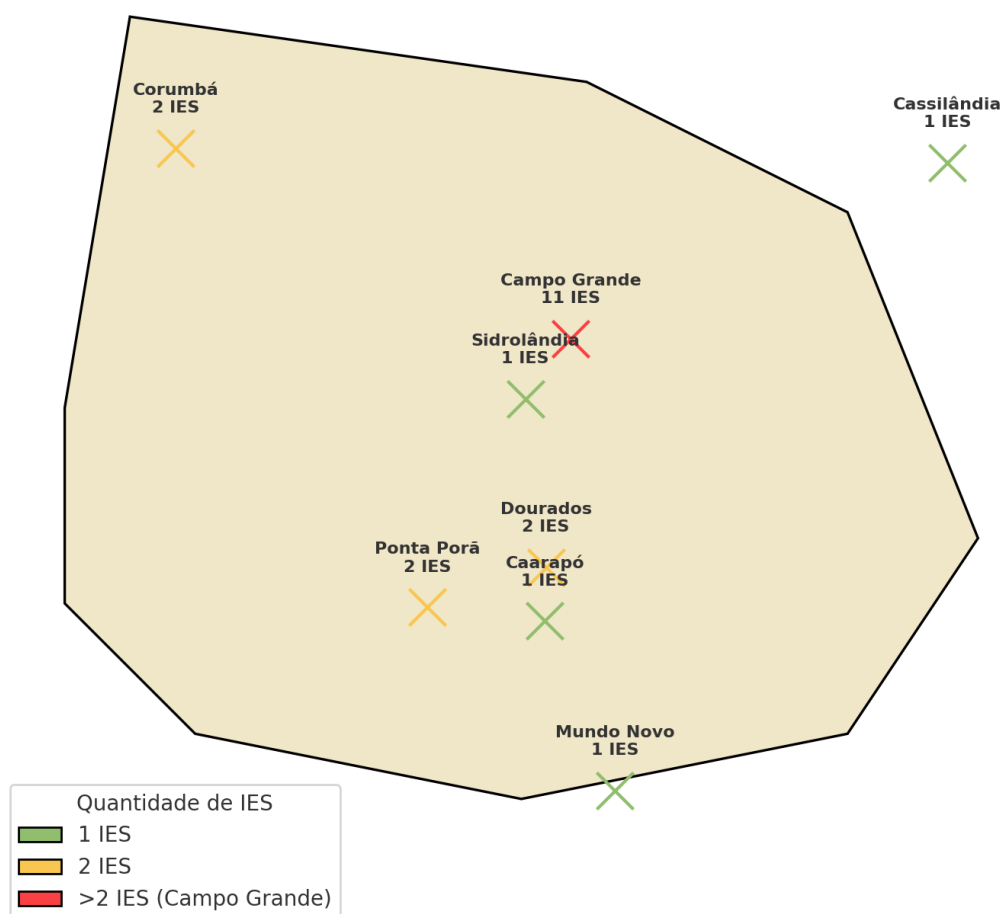
Além dos locais e identificação de cada IES, os dados apresentam os valores de Conceito Institucional (CI), Conceito Institucional EaD (CI-EaD) e valor de Índice Geral de Cursos (IGC). Os indicadores de qualidade que fazem parte do SINAES. Como pode ser observado no **Quadro 7**, algumas das IES não possuem notas em CI ou CI-EaD, apresentando o símbolo “-” nos valores de avaliação. As quais, subentende-se que não oferecem disponibilidade para a categoria para avaliação. Portanto, algumas IES ofertam apenas em modalidade presencial ou apenas EaD, não sendo necessária a avaliação da categoria não ofertada.

Selecionou-se o total de oito (8) IES para análise neste estudo e, como critério de seleção dessas IES, além da localização em MS e categoria administrativa privada, definiu-se

o interesse em analisar pelo menos uma IES para cada tipo de organização acadêmica listada. Em especificidade das IES de MS selecionadas para a ADD.

Conforme ilustra a **Figura 3**, observa-se forte concentração institucional em Campo Grande, seguida por polos regionais em Dourados, Ponta Porã e Corumbá, enquanto os demais municípios abrigam apenas uma faculdade cada, com a seguinte legenda cromática, com a marcação verde = 1 IES; amarelo = 2; vermelho = 2, para análise comparativa.

Figura 3 - Localização das IES privadas com fins lucrativos em Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base no e-MEC, Brasil, 2024.

Determinou-se como critério de exclusão para as IES, as instituições que não disponibilizam as ofertas em modalidade presencial e **EaD** e, além de excluir as IES que possuíam a avaliação do MEC de **CI** e **CI-EaD** em um valor menor que três (3), ademais, dispõe-se os seguintes dados de atividades das IES (mantenedora, ano de abertura e código de registro e-MEC) na **Tabela 2**:

Tabela 2 – IES privadas com fins lucrativos ativas em Mato Grosso do Sul

Nome da IES	Marca / Mantenedora	Nota CI	Nota CI-EaD	Ano de criação / abertura	Código da IES
Universidade Anhanguera/Uniderp	Cogna Educação (Kroton)	3	4	2007	671
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Campo Grande	Cogna Educação (Kroton)	5	5	2007	926
Centro Universitário Estácio de Campo Grande	Yduqs	5	5	2007	862
Faculdade da Fronteira Oeste (Unifron)	E.T.O. Educacional Ltda.	5	5	2022	26341
Faculdade Prime (FaPrime)	Faculdade Prime Ltda.	4	4	2018	21999
Faculdade Unifahe	Instituto Conesul de Educação Ltda. (Incel)	3	3	2015	18463
Faculdade Novoeste	Novoeste Educacional Ltda.	4	4	2016	21426
Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó (Fetac)	Instituto Caarapóense de Educação e Cultura Ltda	3	3	2018	12748

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Com base no e-MEC, Brasil, 2024.

Buscou-se proporcionar um vislumbre de como é divulgada essa (suposta) qualidade garantida pelo MEC. No que diz respeito à representatividade empresarial das IES selecionadas, ressalta-se domínio da Cognia Educação e admite-se a atividade de outras grandes empresas na região como, por exemplo, a Estácio (da Yduqs) que possui cerca de 80 unidades no estado de MS.

Contudo, em vista do grande número de anúncios divulgados pelas IES privadas, foi necessária uma seleção criteriosa para com as IES, conforme a compatibilidade com os critérios de exclusão supracitados ou mesmo a não identificação das IES no e-MEC. Outrossim, compreende-se que tais delimitações descritas e limitações encontradas na produção do presente estudo não diminuem a relevância da produção científica em si, mantendo-se necessária a dissertação proposta.

4.2 Análise dos anúncios comerciais online das IES privadas de MS

Para selecionar os anúncios comerciais das IES privadas de MS, pesquisou-se, especificamente, por cada IES (selecionadas anteriormente), utilizando o mecanismo de busca Google, com o intuito de simular a procura da matrícula e formas de oferta das IES privadas (presenciais ou à distância) por meio do acesso à internet. Todos os anúncios comerciais selecionados para o estudo foram disponibilizados pelas próprias empresas e/ou marcas e permanecem ativas (durante o período de produção da dissertação) por meio de postagens nos sites, Instagram e/ou Facebook das IES e/ou de suas empresas representantes.

As figuras foram organizadas em formato de compilação para a utilização na presente pesquisa, colocadas junto a legenda com o nome da IES, a origem dos recortes e referenciadas no corpo do texto com a análise realizada e descrita em sequência a cada figura. O conteúdo das figuras compiladas não foi alterado (para além do recorte de disposição ao texto), sendo utilizado conforme a Lei Federal dos Direitos Autorais n.º 9.610/98, qual implica que não é necessário obter o consentimento do autor (ou empresa) para o uso das imagens (anúncios/recortes) em fins de estudo ou crítica, desde que a seja feita com o devido reconhecimento da autoria.

Realizou-se a análise dos anúncios comerciais com base na ADD, apropriando-se das obras de Bakhtin, em perspectiva da fundamentação para o discurso mercadológico. Buscou-se estabelecer um padrão de desenvolvimento para a análise dos anúncios, focando no conteúdo que está materializado na figura e expressados com base nos conceitos bakhtinianos aplicáveis. Isto é, atentou-se a linguagem das figuras, sem atribuir demais dados/informações não expostas no presente estudo.

A análise dos documentos coletados, incluindo folders, campanhas publicitárias, editais de vestibular e páginas institucionais na internet, revela a presença sistemática de elementos que, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, podem ser caracterizados como expressão de um discurso ideológico. Esse discurso constrói, em seus enunciados, uma imagem de democratização e inclusão que, na prática, está associada à expansão de mercados consumidores de educação.

Conforme destaca Evangelista (2014), essas formulações discursivas operam como instrumentos de produção de consenso, ao mesmo tempo em que ocultam as determinações estruturais da desigualdade de acesso à educação superior. Nas campanhas analisadas, termos

como “oportunidade para todos”, “facilidade de ingresso” e “transforme seu futuro” são mobilizados de forma a reforçar uma lógica de mercado, mascarando as condições materiais que limitam o acesso real das classes populares.

Com o objetivo de aprofundar a análise das estratégias discursivas utilizadas pelas instituições privadas de educação superior em Mato Grosso do Sul, apresentam-se a seguir, de maneira sequencial, as peças publicitárias coletadas nos sites, perfis institucionais e mídias sociais dessas instituições. As figuras foram organizadas com base na identificação visual e no suporte digital de origem, respeitando o critério de representatividade das principais IES privadas atuantes na região.

As imagens estão dispostas da seguinte forma:

- **Figura 4 – Anhanguera/Uniderp (Instagram e site)**
- **Figura 5 – Anhanguera/Unopar (Site e Instagram)**
- **Figura 6 – Estácio (Site e Instagram)**
- **Figura 7 – Unifron (Site)**
- **Figura 8 – FaPrime (Site e Facebook)**
- **Figura 9 – Unifahe (Site)**
- **Figura 10 – Novoeste (Site)**
- **Figura 11 – Fetac (Site e Instagram)**

A escolha dessas peças fundamenta-se na intencionalidade de capturar as principais estratégias de captação de estudantes adotadas pelas instituições privadas no estado, bem como as diferentes formas de construção do discurso mercadológico. Esta organização permitirá uma análise integrada, orientada pelas categorias teóricas que sustentam esta dissertação.

A análise será desenvolvida a partir da articulação entre a ADD, com base nos pressupostos de Bakhtin (2011a), Rucinski (2024) e Evangelista (2014), e os estudos críticos sobre a mercantilização e financeirização da educação superior brasileira, conforme discutido por Minto (2011; 2018), Seki (2020) e Chauí (2011). A partir das categorias de ideologia, discurso mercadológico, hegemonia, polifonia e produção de consensos, a seção que se segue buscará identificar os elementos comuns e diferenciadores nas estratégias discursivas das IES privadas, problematizando seus sentidos e suas mediações com os interesses de classe no contexto da educação superior brasileira.

Figura 4 – Anhanguera/Uniderp (*Instagram* e site)



Fonte: Elaborado pela autora ⁹, 2024.

⁹ Compilação de imagens coletadas no site da Uniderp via <https://www.uniderp.com.br> e *Instagram*: https://www.instagram.com/p/CyBVilzrXP-/?img_index=1. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 5 – Anhanguera/Unopar (Site e Instagram)



Unopar e Anhanguera são conceituadas pelo MEC?

Ambas as instituições possuem reconhecimento do Ministério da Educação e atuam com boas avaliações.

Tanto a Unopar quanto a Anhanguera possuem notas acima de 3, ou seja, não apenas atendem, **mas superam as exigências de qualidade do MEC!** E, como agora você já sabe, as duas faculdades fazem parte da mesma companhia, garantindo a qualidade de uma das maiores organizações educacionais do mundo.

Todos os cursos na Unopar e na Anhanguera são reconhecidos pelo MEC.



Fonte: Elaborado pela autora¹⁰, 2024.

¹⁰ Compilação de imagens coletadas no site da Anhanguera via <https://www.anhanguera.com.>; Anhanguera/Unopar via <https://www.unopar.com.br> e Instagram: Disponível em: https://www.instagram.com/p/C3V5_gyp_px. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 6 – Estácio (site e Instagram)

Estácio A Estácio ▾ Cursos ▾ Estude na Estácio ▾ Para Começar ▾ [Inscreva-se](#)

Início > A Estácio > Unidades > Mato Grosso do Sul

Estácio Centro Mato Grosso do Sul

Com mais de 80 unidades e 2000 polos em todo Brasil, estamos sempre perto de você.

Estude na Estácio Centro Mato Grosso do Sul

Começar sua Graduação pode ser como você sempre sonhou!

- Endereço**
Rua Fernando Correa da Costa, 1760 - Vila Rosas
Pires, Campo Grande/MS. CEP: 79004-311.
- Descubra como fazer sua inscrição**
Você pode ir pessoalmente conhecer a unidade ou fazer sua inscrição agora mesmo, é só clicar no botão de "Inscreva-se", completar todas as etapas e preencher seus dados pra finalizar sua inscrição.

[Inscreva-se](#)

VENHA CONHECER O SEU FUTURO. ESTAMOS TE ESPERANDO!
viva a EXPERIÊNCIA ESTÁCIO

estacio.campograndems • Seguir

estacio.campograndems 📌 *Black Friday Estácio! 🎉

Quer transformar seu futuro? Agora é a hora!

📌 Apenas nesta Black Friday:

- ✅ Bolsas de até 70% para você começar a faculdade dos seus sonhos.
- ✅ Descontos válidos para o curso inteiro!
- ✅ Matrícula a partir de R\$59,00 *

⚠️ Vagas LIMITADAS! Garanta já sua matrícula aproveite.

📞 Entre em contato agora e saiba mais

Editado · 3 sem · Ver tradução

6 curtidas
27 de novembro

ESTÁCIO FRIDAY

GRADUAÇÃO COM ATÉ **70%** DE BOLSA

+ CURSO GRÁTIS DE ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

(67) 99303-7995

Fonte: Elaborado pela autora¹¹, 2024.

¹¹ Compilação de imagens coletadas no site da Estácio via <https://estacio.br/a-estacio>, e Instagram: Disponível em: <https://www.instagram.com/estacio.campograndems/>. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 7 – Unifron (site)



Fonte: Elaborado pela autora ¹² 2024.

¹² Compilação de imagens coletadas no site da Unifron via <https://unifron.edu.br/fmd/>. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 8 – FaPrime (site e Facebook)

Garanta sua matrícula!
Torne-se graduado em
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

NÃO PERCA TEMPO!
(67) 9 9819-9960
@FACULDADEPRIME

Matrícula por apenas **R\$ 99,00**

ÚLTIMAS VAGAS
NÃO EXISTEM OBSTÁCULOS PARA SEUS SONHOS

GRADUAÇÃO EM:
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS 90% EAD

MATRÍCULA POR APENAS 99,00

INSCREVA-SE JÁ
0800 605 4022 (67) 9 9819-9960

Faculdade Prime

📌 A ****Faculdade PRIME**** tem o prazer de convidá-lo para participar do nosso "Projeto de Extensão Morada Legal". Nossos acadêmicos dos cursos de Negócios Imobiliários, Direito e Pedagogia proporcionarão conhecimento sobre diversos temas do Direito Imobiliário, incluindo compra e venda, locação, alienações fiduciárias, uso sustentável do imóvel, índices financeiros, sistema SFH, usucapião, usufruto, entre outros.

✅ Segue link para cadastro:
<https://docs.google.com/forms/d/e/1F...> Ver mais

Projeto de Extensão "Morada Legal"

VOCÊ TEM DÚVIDA SOBRE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, LOCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEL?

Estude na FAPRIME com bolsa até o final do curso!
BOLSAS 65% DE ESTUDO DE ATÉ

Escolha uma cidade:
Informe a cidade desejada

Curso que deseja estudar:
Curso que deseja estudar

Buscar

★★★★★
Nota do Mec
4 de 5

Sobre a Faculdade Prime - FAPRIME

A Faculdade Prime - FAPRIME se preocupa com a qualidade dos seus serviços por isso tem seus valores baseados na competência e inovação, no comprometimento com o resultado, na ética, qualidade na educação, no respeito aos clientes e na valorização dos funcionários. Um dos diferenciais da FAPRIME é seu compromisso em transformar a vida as pessoas, as relações, a sociedade e a economia por meio da educação. Por isso, a instituição investe na qualidade, na tecnologia, em metodologias inovadoras e ágeis e no futuro profissional de seus acadêmicos.

Por que escolher a FAPRIME?

- Palestras, oficinas e workshops
- Diploma
- Cursos reconhecidos pelo MEC
- Biblioteca física
- Infraestrutura completa

Conheça nossos cursos:
Graduação
Pós graduação

Modalidades:
Presencial e a Distância

VEM SER PRIME.

Fonte: Elaborado pela autora ¹³ 2024.

¹³ Compilação de imagens coletadas no Facebook:
https://www.facebook.com/FaculdadePrimeOficial/?locale=pt_BR e no site da FaPrime:
<https://faculdadeprime.com.br/>. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 9 – Unifahe (site)



SEGUNDA LICENCIATURA E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (R2)

- Pedagogia
- Artes Visuais
- Ciências da Religião
- Educação especial
- Educação Física
- Filosofia
- Geografia
- História
- Letras - Português - Libras
- Letras - Português - Espanhol
- Letras - Português - Inglês
- Matemática
- Sociologia

PÓS-GRADUAÇÃO + DE 500 OPÇÕES

VIVA A EXPERIÊNCIA DE SER Unifahe

Conclusão em 6 meses

Modalidade EAD

Nota 4 no MEC

Conclusão a partir de 4 meses

Modalidade EAD

Nota 4 no MEC

12 X R\$ **139,00**

A PARTIR DE R\$ **89** /MÊS

Porque escolher a Unifahe?



Aula 100% EAD

Aulas com profissionais que são referência nacional e professores renomados do meio acadêmico, somadas a uma experiência digital diferenciada e interação entre os alunos de todo o Brasil. Estes são os pilares da UNIFAHE.

+550 opções de cursos

Com um leque de produtos que abrange cursos de graduação, pós-graduação, MBA, extensão universitária, aperfeiçoamentos e profissionalizantes (curta duração), desenvolvidos a partir das principais tendências e temáticas da atualidade e do futuro, nosso modelo oferece alto padrão de ensino, corpo docente de grande relevância, plataforma intuitiva e materiais de apoio atrativos e diferenciados, aliados a um excelente custo-benefício.

Credenciada pelo MEC

Fonte: Elaborado pela autora ¹⁴, 2024.

¹⁴ Compilação de imagens coletadas no site da Unifahe: <https://unifahe.com.br/site/>. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 10 – Novoeste (site)



GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E HISTRADO

Ensino Superior de Alto Nível



Pós-Graduação EAD

Pós-Graduação EAD

[VER CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD →](#)



Pós-Graduação Ao Vivo

Pós-Graduação Ao Vivo

[VER CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO AO VIVO →](#)



Pós-Graduação Presencial

Pós-Graduação Presencial

[VER CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL →](#)

Convênios NOVOESTE

 ACOMASSUL - ASSOCIAÇÃO DAS COMARCAS DO SUL (11) 99248-6705	 ADMAR - ASSOCIAÇÃO DE MANTENEDORES DE ADMINISTRAÇÃO DO BRASIL (11) 8901-1330	 ASSOCIACAO SULMATA - ASSOCIACAO DE MANTENEDORES DE ADMINISTRACAO DO SUL DA MATO GROSSO (11) 90240-9118	 COLUNAS STATUS (11) 8028-2010	 CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA E FINANÇAS - CREFITO-13 (11) 8821-4058	 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CRMV-MS (11) 8821-4058
 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CRMV-AC (11) 8821-4058	 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CRMV-TO (62) 3419-0294	 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SANTA CATARINA - CRMV-SC (48) 2458-7700	 CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DE MATO GROSSO DO SUL - CRECI-MS (11) 8828-8887	 CREA - MS - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DE CIVIL, ENGENHARIA DE ELETRICIDADE E ENGENHARIA DE SANEAMENTO - CREA-MS (11) 8888-1000	 E-PRO ESTAGIOS (11) 9921-9908
 FUNDACAO DESENVOLVIMENTO (11) 8888-0442	 Equinos do Brasil (11) 98284-1541	 ESCOLA SUPERIOR DE ENGENHARIA - ESA (11) 8840-4000	 EVOLUIR - INSTITUTO DE ENGENHARIA DE VILA RICA (11) 88205-8808	 FCDL - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DE MATO GROSSO DO SUL - FCDL-MS (11) 8820-4000	 FUNAR - Fundação Nacional para o Desenvolvimento Rural (11) 8820-4000
 GRUPO PEREIRA (11) 4009-2766	 INSTITUTO DA VISÃO (11) 8028-1388	 JACICA - JACICA (11) 99443-8800	 O Estado (11) 8848-8800	 MG (11) 8888-4000	 Paranápolis Agricultura (11) 8018-2424
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO GROSSO DO SUL - PMMS (11) 8828-8488	 Portal da Comunicação (11) 8888-8888	 PREFEITURA MUNICIPAL DE JACICA (11) 8848-8800	 PRO-FISSA - PROFISSIONALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (11) 8828-8888	 RIBEIROMAR - RIBEIROMAR (11) 8888-8888	 SIFUSPESP (11) 8888-8888
 SINACOM - SINACOM (11) 8828-8888	 SINACOM - SINACOM (11) 8828-8888				

Fonte: Elaborado pela autora¹⁵, 2024.

¹⁵ Compilação de imagens coletadas no site da Unifahe: <https://unifahe.com.br/site/>. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 11 – Fetac (site e Instagram)

3 **1 Encaminhar para o mercado de trabalho.** Por meio de indicações e acesso à empresas parceira.

2 Networking Construção de relacionamentos ao nível profissional.

3 Aprimorar seus conhecimentos fazendo de você uma autoridade na sua área de interesse.

Benefícios que a FACULDADE FETAC te oferece!

Mais de 90 Cursos para você escolher!

Minha conta Minus Cursos Suporte

Home Nossos Cursos Quem Somos Verificar certificado Política de privacidade Fale conosco

Somos uma empresa focada no aprendizado do aluno, temos anos de experiência no mercado de trabalho e visamos sempre trazer o melhor para nossos alunos.

Sempre inovamos para que mais alunos tenham qualificação de ponta por um preço justo e acessível. Sabemos que o Ensino a Distância é o futuro, estudar direto do conforto da sua casa ou qualquer lugar que você queira, não tem preço.

E o melhor você mesmo pode fazer seu horário pois estudando conosco você além de pagar um preço acessível consegue estudar onde, quando e como quiser. Já formamos diversos alunos em diversas áreas, nosso certificado é reconhecido em todo o Brasil.

Venha se qualificar Indique um amigo e ganhe desconto

Fonte: Elaborado pela autora ¹⁶ 2024.

¹⁶ Compilação de imagens coletadas no site da Fetac via <https://www.fetac.com.br>; e Instagram: Disponível em: <https://www.instagram.com/fetaccpo>. Acesso em 10 mai. 2024.

A análise integrada das **Figuras 4 a 11**, que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, permite evidenciar, de maneira ampliada e fundamentada, a centralidade do discurso mercadológico na construção das estratégias publicitárias adotadas pelas IES privadas de MS. Esse discurso, compreendido como expressão ideológica das determinações da ordem capitalista, articula diferentes vozes sociais com o objetivo de consolidar a hegemonia da lógica de mercado na educação superior brasileira.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, o discurso mercadológico revela-se como uma forma de mediação entre as condições materiais de produção e as formas de consciência social, conforme abordado por Marx e Engels (2007), e aprofundado por autores como Mészáros (2010), Minto (2011) e Seki (2020). No campo educacional, essa mediação se manifesta por meio de práticas discursivas que apresentam a educação como mercadoria, o estudante como consumidor e a formação acadêmica como produto de consumo.

A **Figura 4** (Anhanguera/Uniderp) inaugura essa análise ao demonstrar a articulação entre os discursos da educação, do mercado de trabalho e da ciência, com ênfase na empregabilidade e na excelência tecnológica. Essa configuração discursiva, como analisa Minto (2011), integra o processo de mercantilização da educação superior, no qual a formação acadêmica é transformada em um bem de mercado, orientado pelas demandas empresariais.

Na **Figura 5** (Anhanguera/Unopar), identifica-se a manutenção desse padrão discursivo, agora reforçado por apelos financeiros diretos, como o valor promocional da mensalidade. A utilização da chancela do MEC como argumento de legitimidade, analisada por Evangelista e Shiroma (2014), revela o esforço das IES em produzir consenso ideológico a partir da legitimação institucional.

A **Figura 6** (Estácio) intensifica a lógica consumista ao adotar estratégias típicas do comércio varejista, como a “*Black Friday*”, criando um senso de urgência e escassez que pressiona o consumidor a tomar decisões rápidas, reforçando a racionalidade de consumo.

Nas **Figuras 7** (Unifron), **8** (FaPrime) e **9** (Unifahe), observa-se a apropriação de discursos afetivos, com ênfase em realização pessoal, felicidade e superação. Essa personalização do discurso, conforme Dantas *et al.* (2022), contribui para a individualização da responsabilidade pelo sucesso, ocultando as determinações estruturais que limitam a ascensão social de grande parte da população brasileira.

As **Figuras 10** (Novoeste) e **11** (Fetac) reforçam a relação direta entre as IES e o mercado de trabalho, por meio de convênios institucionais e da promessa de empregabilidade garantida. A ênfase em “Ensino Superior de Alto Nível” e a repetição de argumentos de

flexibilidade e personalização confirmam a centralidade da ideologia da competência, discutida por Chauí (2011).

Do ponto de vista metodológico, a ADD (Rucinski, 2024) permite identificar a presença de uma polifonia controlada, na qual a diversidade de vozes presentes nos materiais publicitários é subordinada à lógica mercadológica. A voz do estudante aparece apenas de forma idealizada e passiva, como consumidor em potencial, enquanto a voz institucional organiza os sentidos possíveis, reforçando a hegemonia da racionalidade empresarial.

A estética visual, com o uso de cores vibrantes, personagens jovens e sorridentes e slogans com apelos emocionais, integra um projeto discursivo que busca criar identificação e desejo de consumo. Conforme Barreto (2013b), a publicidade não apenas divulga produtos, mas produz sentidos sociais, legitimando valores e identidades que favorecem a reprodução da ordem social vigente.

Em síntese, a análise das **Figuras 4 a 11** demonstra que os discursos mercadológicos das IES privadas não apenas vendem cursos, mas promovem uma visão de mundo alinhada aos interesses do capital, reforçando a naturalização das desigualdades sociais e a responsabilização individual pelo sucesso educacional e profissional. Essa constatação reforça a urgência de análises críticas, fundamentadas na teoria marxista e na análise dialógica, que problematizem o papel ideológico desempenhado por tais discursos no contexto da educação superior brasileira.

Em suma, as IES privadas manipulam sua mensagem, dialogando com os sonhos, barreiras e aspirações do público-alvo. A promessa de inclusão no mercado de trabalho, a flexibilização do ensino e a oferta de reconhecimento nacional posicionam a marca como uma solução acessível e confiável. Assim, as “vozes” do discurso mercadológico das IES privadas se expressam no diálogo entre a representação da própria empresa/marca e seu ideal de público-alvo, lançando estratégias para persuasão em seu leitor e mediada pelo custo-benefício. Moldando-se a sociedade contemporânea e seus ideais neoliberais, como justificativa de resposta à demanda do mercado, cuja produção de qualificação (formação) é mais um produto de acumulação capitalista.

Após a análise detalhada dos anúncios publicitários das IES privadas de MS, torna-se possível identificar **regularidades discursivas** que atravessam os diferentes materiais examinados. Tais regularidades, embora apresentadas com variações estéticas e linguísticas específicas em cada peça, demonstram a existência de **eixos estruturantes** do discurso mercadológico que permeia a comunicação institucional dessas IES.

Com base nos fundamentos do MHD, na ADD e nas contribuições de autores como Minto (2011; 2018), Evangelista (2014), Seki (2020) e Chauí (2011), foi possível agrupar os principais elementos discursivos em cinco grandes eixos: **Democratização/Inclusão, Empregabilidade, Flexibilidade/EaD, Financiamento Facilitado e Qualidade Certificada**.

A seguir, o **Quadro 8** apresenta a síntese desses eixos discursivos, relacionando-os aos marcadores linguísticos recorrentes nos anúncios analisados, às funções persuasivas pretendidas e, por fim, à sua leitura crítica enquanto expressões ideológicas que reforçam a mercantilização da educação superior no contexto sul-mato-grossense.

Quadro 8 – Eixos discursivos e funções ideológicas nos anúncios de IES privadas com fins lucrativos em Mato Grosso do Sul

Eixo discursivo	Marcadores recorrentes nos anúncios das IES de MS	Função persuasiva (suposta)	Leitura crítica (real função ideológica)
Democratização / Inclusão	“Faculdade para todos”, “Bolsas de até 100%”, “Mensalidades a partir de R\$99”	Converter políticas públicas (ProUni/FIES) em argumento de venda; transformar direito social em benefício promocional	Ocultas as determinações estruturais da desigualdade de acesso; transforma a luta por inclusão em estratégia de marketing voltada à expansão de mercado (Minto, 2011; Evangelista, 2014)
Empregabilidade	“Seu diploma, seu emprego”, “Conecte-se ao mercado”, “Networking com grandes empresas”	Reforçar a lógica da educação como investimento individual com promessa de retorno financeiro	Sustenta a ideologia da competência (Chauí, 2011); desloca a responsabilidade pelo desemprego para o indivíduo; fetichiza a formação acadêmica (Seki, 2020; Dantas et al., 2022)
Flexibilidade / EaD	“100% online”, “Estude onde e quando quiser”, “Diploma igual ao presencial”	Atrair públicos com restrições de tempo e deslocamento; legitimar o modelo de produção em massa do EaD	Reforça a industrialização do ensino, reduzindo custos operacionais e ampliando a margem de lucro; desmaterializa a formação crítica (Mészáros, 2010; Seki, 2020)
Financiamento facilitado	“Parcele em até 72x sem juros”, “Use o FIES sem fiador”, “Crédito estudantil próprio”	Viabilizar o consumo do serviço educacional por meio do crédito; associar acesso à capacidade de endividamento	Insere o estudante na lógica da financeirização da educação; converte o direito à formação em passivo financeiro futuro (Minto, 2018; Seki, 2020)
Qualidade certificada	“Nota máxima no MEC”, “Parceira Google for Education”, exibição do CI ou IGC ≥ 3	Transferir a legitimidade estatal para a lógica de marca; reforçar a imagem de excelência e segurança	Apropria-se de instrumentos públicos de avaliação para consolidar a confiança na “mercadoria educação”; oculta precariedades estruturais (Evangelista, 2014; Barreto, 2013b)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A sistematização apresentada no **Quadro 8** demonstra que os discursos analisados vão além de meras estratégias de comunicação institucional. Eles configuram-se como práticas

ideológicas estruturadas, que buscam produzir consensos em torno da educação superior enquanto mercadoria, reforçando valores neoliberais, desresponsabilizando o Estado e individualizando os resultados educacionais. Essa constatação será retomada nas considerações finais desta dissertação, ao discutir os impactos da mercantilização sobre a democratização real do acesso à educação superior.

A análise desenvolvida ao longo desta seção evidencia que os discursos publicitários das IES privadas com fins lucrativos, localizadas em MS, não apenas promovem cursos e programas de formação, mas cumprem um papel estruturante na reprodução da ideologia neoliberal que rege o campo educacional brasileiro. A partir da sistematização das estratégias discursivas observadas nas **Figuras 4 a 11**, foi possível identificar eixos argumentativos recorrentes, tais como a democratização/inclusão, a empregabilidade, a flexibilidade via EaD, o financiamento facilitado e a qualidade certificada.

Essa leitura crítica dos anúncios atende diretamente ao objetivo central desta pesquisa: compreender de que maneira os discursos mercadológicos das IES privadas constroem sentidos sobre o acesso à educação superior e contribuem para a consolidação da lógica de mercantilização no setor. Conforme discutido anteriormente, esses discursos operam mediante um jogo de vozes, aparências e estratégias multimodais que reforçam a conversão de direitos sociais em produtos de consumo, conforme apontam Evangelista (2014), Minto (2011; 2018) e Seki (2020).

Ainda que haja, do ponto de vista quantitativo, uma ampliação das matrículas na educação superior, os dados e os discursos analisados demonstram que essa expansão não foi acompanhada por transformações estruturais que garantam uma democratização efetiva do acesso. Como destacam Oliveira *et al.* (2008, p. 71), "a universalização do acesso se constitui tema emergente, complexo e de fundamental importância", o que reforça a constatação de que o aumento das vagas não representa, por si só, a superação das barreiras históricas que limitam o acesso das classes populares a educação superior.

O discurso mercadológico, aqui compreendido como uma formação discursiva de natureza verbal, visual e simbólica, opera por meio da interpelação do(a) potencial estudante como consumidor(a). Como demonstrado, os anúncios mobilizam um léxico centrado na eficiência, na oportunidade e na solução imediata, atribuindo valor de troca ao diploma e reduzindo a educação à promessa de ascensão social quantificável. Tais estratégias ocultam as relações estruturais que permeiam a formação educacional, naturalizando a ideologia neoliberal da competitividade e da individualização do sucesso.

A crítica ao discurso da empregabilidade, conforme problematizada por Fragoso, Valadas e Paulos (2019), reforça a ideia de que a responsabilização pelo ingresso e permanência no mercado de trabalho é deslocada para o indivíduo. Essa visão reduz a inserção profissional a uma questão de competência pessoal e institucional, desconsiderando os condicionantes estruturais de ordem econômica, social e política que limitam as possibilidades de empregabilidade, independentemente da formação acadêmica obtida.

Nesse sentido, os enunciados publicitários analisados não apenas ocultam as contradições materiais que atravessam o campo educacional e o mundo do trabalho, mas também reforçam o imaginário de que a obtenção de um diploma é, por si só, suficiente para garantir o sucesso profissional. Essa estratégia, como evidenciado por Dantas *et al.* (2022) e Seki (2020), converge com os interesses mercadológicos das IES privadas, ao reforçar o ciclo de captação de estudantes mediante promessas que, na realidade, pouco dialogam com a estrutura objetiva do mercado de trabalho brasileiro.

A expansão da EaD, destacada por Dourado *et al.* (2020), é outra dimensão fundamental dessa mercantilização. O modelo industrializado de EaD, baseado em redução de custos com infraestrutura e docência, tem sido o principal vetor de crescimento das IES privadas, especialmente após a flexibilização regulatória de 2017. Esse formato, ao mesmo tempo que amplia o alcance das instituições, reforça a precarização das condições de trabalho docente e a padronização dos processos formativos, resultando em um modelo educativo voltado prioritariamente à maximização de lucros.

A instrumentalização de políticas públicas como o ProUni e o FIES, como discutem Chaves *et al.* (2020), reforça a dependência estrutural do setor privado de recursos estatais. Esses programas, inicialmente concebidos como mecanismos de ampliação do acesso, foram reconfigurados pelas IES como estratégias de captação de alunos e sustentação financeira, deslocando o papel do Estado da oferta direta de vagas para o financiamento da demanda.

Outro elemento central identificado é a apropriação da ideia de qualidade certificada como dispositivo de marketing. Conforme analisa Sousa (2009), os indicadores oficiais de qualidade passaram a ser utilizados não como instrumentos de melhoria da formação, mas como selos simbólicos para legitimar a expansão privada, sobretudo na modalidade EaD. Essa utilização distorcida reforça a lógica empresarial da educação superior, na qual a certificação é convertida em argumento de venda, independentemente das condições reais de oferta educacional.

Por fim, os dados e análises apresentados nesta seção demonstram que o discurso mercadológico das IES privadas de MS opera como uma poderosa mediação ideológica, que

articula a racionalidade empresarial ao campo educacional, naturalizando desigualdades, deslocando responsabilidades e fortalecendo a mercantilização da educação superior. Essa constatação dialoga diretamente com a hipótese desta pesquisa, segundo a qual os discursos institucionais analisados operam como dispositivos de produção de consenso em torno da lógica de mercado, deslocando a educação de seu caráter público, emancipador e socialmente referenciado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central investigar de que maneira IES privadas com fins lucrativos, atuantes em MS, mobilizam discursos mercadológicos para legitimar suas estratégias de acesso e como esses discursos se articulam ao processo mais amplo de mercantilização da educação superior no Brasil. A partir da articulação metodológica entre a **ADD** e o **MHD**, foram analisados 82 anúncios publicitários veiculados entre 2022 à 2024, produzidos por oito IES representativas do estado, abrangendo universidades, centros universitários e faculdades. Esses achados qualitativos foram triangulados com séries históricas de dados do Censo da Educação Superior (1980-2022) e com informações regulatórias disponíveis no sistema e-MEC.

A primeira questão de pesquisa, “Quais discursos mercadológicos são mobilizados?”, revelou a recorrência de cinco eixos retóricos fundamentais: **(1) democratização/inclusão**, que converte políticas públicas como ProUni e FIES em argumentos de venda; **(2) empregabilidade**, que apresenta o diploma como investimento com retorno financeiro garantido; **(3) flexibilidade/EaD**, que vende a educação a distância como sinônimo de autonomia, ocultando seu caráter industrial e de baixo custo; **(4) financiamento facilitado**, que naturaliza a dependência do crédito estudantil e do capital fictício; e **(5) qualidade certificada**, que transforma selos do MEC e parcerias com corporações privadas em símbolos de excelência. Esses discursos constroem uma narrativa de acesso simplificado, consumo sem barreiras e sucesso profissional garantido, deslocando o sentido de direito social para o de produto competitivo.

A segunda pergunta, “Como esses discursos se articulam à mercantilização?”, demonstrou que a linguagem publicitária funciona como engrenagem simbólica desse processo. Os anúncios mascaram a transferência de recursos públicos para o setor privado, ocultam a dependência estrutural das corporações educacionais dos subsídios estatais, legitimam a expansão da EaD como estratégia de redução de custos e reforçam a lógica neoliberal que subordina a formação acadêmica aos imperativos do mercado de trabalho. Assim, a publicização da “inclusão” converte-se em mecanismo de ampliação de matrículas, atenuando críticas ao predomínio privado e à precarização do trabalho docente que sustenta a lucratividade dos grandes grupos educacionais.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa reafirma a potência analítica da articulação entre a ADD e o MHD, permitindo captar simultaneamente os microprocessos de produção de

sentidos nos anúncios e as macrodeterminações históricas e econômicas que sustentam a mercantilização da educação. Ao evidenciar a função ideológica da publicidade educacional, o trabalho avança no debate crítico sobre a mercantilização, demonstrando que a retórica de democratização não é um mero ornamento, mas uma condição de possibilidade para a própria expansão do setor privado.

Metodologicamente, destaca-se como contribuição a elaboração de um protocolo sistematizado para coleta e codificação de anúncios digitais, que pode ser reproduzido em outras pesquisas voltadas a diferentes regiões ou instituições. A triangulação com dados estatísticos de longa série também evitou abordagens impressionistas, oferecendo uma análise sólida, amparada por evidências empíricas.

Em termos práticos e políticos, os resultados oferecem subsídios para que gestores públicos, especialmente no âmbito do MEC e da SERES, reflitam sobre os limites entre informação institucional e propaganda comercial. Além disso, os achados municiam movimentos estudantis, sindicatos e entidades da sociedade civil com evidências concretas da captura de fundos públicos pelo capital educacional. Por fim, os resultados podem subsidiar os debates acerca do próximo PNE, apontando para a urgência de condicionar benefícios fiscais e creditícios a padrões de qualidade e de compromisso social que ultrapassem indicadores meramente quantitativos.

Reconhecem-se, contudo, algumas limitações da pesquisa: o recorte geográfico restrito a Mato Grosso do Sul, o foco exclusivo em anúncios online (sem a realização de entrevistas com gestores, estudantes ou docentes) e a impossibilidade de acompanhamento longitudinal dos efeitos dessas campanhas sobre as decisões de matrícula. Pesquisas futuras poderão ampliar o escopo, comparando diferentes contextos regionais, realizando etnografias em polos EaD e incorporando a voz dos trabalhadores docentes diante do avanço da mercantilização.

Os dados e análises apresentados reforçam a constatação de que a ampliação do acesso, quando sustentada pelos mesmos mecanismos de mercado que transformam a educação em mercadoria, tende a reproduzir, e, por vezes, aprofundar, as desigualdades estruturais. Embora a linguagem publicitária prometa inclusão, seu efeito prático é a naturalização da hegemonia neoliberal no campo universitário, transferindo à esfera privada a condução de uma política que deveria ser pública.

Esse processo é amplamente sustentado por grandes conglomerados educacionais, como a Cogna e a Yduqs, que tratam a educação como ativo financeiro, priorizando estratégias de expansão de mercado em detrimento da qualidade e da formação integral. O discurso de inclusão e acesso, frequentemente mobilizado por essas corporações, opera como uma

ferramenta retórica que legitima práticas mercantilizadas, ocultando as condições precárias da oferta educacional e do trabalho docente, aprofundando a alienação ao reduzir a educação superior a um mero instrumento para atender às demandas imediatas do mercado.

Por razões estruturais, políticas e econômicas, e como parte do processo de financeirização do setor educacional, a educação superior tem sido apropriada como nicho de acumulação de capital, resultando na consolidação de um **meganegócio educacional**, caracterizado pela segmentação de nichos de mercado, diversificação de produtos formativos e criação de “marcas acadêmicas” destinadas a atrair e fidelizar públicos específicos.

Ao transformar os estudantes em clientes e, simultaneamente, em produtos a serem ofertados ao mercado de trabalho, as IES privadas reproduzem um ciclo de acumulação em que a educação deixa de ser concebida como um direito social e passa a ser tratada como uma oportunidade de investimento individual. As distorções discursivas identificadas ao longo desta pesquisa demonstram que o discurso mercadológico antecipa, manipula e molda as expectativas de seu público-alvo, construindo valores afetivos e profissionais alinhados aos interesses do capital.

Nesse cenário, o presente trabalho não se limitou à exposição dos anúncios institucionais, mas buscou evidenciar o movimento mais amplo de transformação da educação superior em mercadoria, denunciando as contradições entre o discurso de inclusão e a lógica excludente que sustenta a expansão privada. Conclui-se que a mercantilização da educação superior atende aos interesses do capital, mas limita de maneira profunda a realização de seu papel social, crítico e emancipatório.

Por fim, diante desse quadro, reafirma-se a necessidade urgente de repensar as políticas públicas para o setor, avançando rumo a um modelo educacional que enfrente as desigualdades estruturais de forma efetiva, rompa com a lógica mercantil e recoloque a educação superior sob a ótica do bem comum, garantindo seu caráter público, democrático e socialmente referenciado.

REFERÊNCIAS

- ABdR (Associação Brasileira de Docência e Pesquisa em Reforma do Ensino). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABEP. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2021. Disponível em: <https://www.abep.org>. Acesso em: 22 set. 2024.
- AÇÃO EDUCATIVA. **Indicadores da qualidade na educação**. Ação Educativa, UNICEF, PNUD, INEP-MEC (coordenadores). São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- ANDRADE, Sanete Irani de. **Companhias do Mercado da Educação Superior no Brasil: decisões estratégicas e desempenho empresarial no período 2007-2021**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.
- ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. Mercantilização da educação superior no Brasil: expansão e regulação. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; CABRAL NETO, Antônio; SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz (org.). **Educação superior em tempos de crise**: repercussões em diferentes contextos. Curitiba: CRV. p. 25-57. 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. **Dialogismo e Construção do Sentido**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec. 1999.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2011b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I**: a estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. A interação verbal. In: **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, p. 112-130. 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Política Monetária** – março de 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202503/rpm202503b7p.pdf?utm_source. Acesso em: 19 abr. 2025.

BARRETO, Raquel Goulart. Análise de discurso crítica: uma abordagem sócio-política do discurso. In: RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane (orgs.). **Análise de discurso crítica: perspectivas e métodos**. 3. ed. São Paulo: Parábola, p. 81-110. 2013a.

BARRETO, Raquel Goulart. Publicidade e discurso: a materialidade ideológica nas práticas discursivas. In: RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane (orgs.). **Análise de discurso crítica: perspectivas e métodos**. 3. ed. São Paulo: Parábola, p. 131-149. 2013b.

BITTAR, Mariluce. Educação Superior: o “vale tudo” na mercantilização do ensino. **Quaestio**. Revista de estudos da educação, Sorocaba, SP: U NISO, v. 4, n. 2. 2002.

BITTAR, Mariluce; MACIEL, Carina Elisabeth. Políticas de inclusão na educação superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva - o enfoque nas relações étnico-raciais. **Ensaio e Pesquisa em Educação**, v. 16, n. 2, p. 80-96, 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale; Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOCCATO, Vera Regina. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BARRETO, Helena Martins do Rêgo; VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Avatares de la Comunicación y la Cultura**, (S.l.), n. 24, dic. 2022. ISSN 1853-5925. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/avatares/article/view/7615>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRAGA, José Carlos de Sousa. Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição. (Org.). **Poder e dinheiro**. Uma economia política da globalização. São Paulo: Vozes, p. 195-242. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira. **Estudo Técnico nº 26/2016**. Novo Regime Fiscal - Emenda Constitucional 95/2016 Comentada. Brasília: CONOF, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-dauniao/estudos/2016/et26-2016-novo-regime-fiscal-emenda-constitucional-95-2016-comentada>. Acesso em 04 out. 2023.

BRASIL. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva (Série Legislação Brasileira), p. 168. 1990.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº. 1477-39, de 8 de agosto de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 1997.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jul. 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 maio. 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 jun. 2006b.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 3. Brasília, DF, 7 abr. 2008.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2017.

BRASIL. **Dívida Pública Federal Externa (DPFe)**: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Dívida Pública Federal chega a R\$ 7,49 trilhões em fevereiro; aumento de 3,3% em relação a janeiro. Portal Gov.br, Brasília, mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/divida-publica-federal-chega-a-r-7-49-trilhoes-em-fevereiro-aumento-de-3-3-em-relacao-a-janeiro>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2021**: divulgação de resultados. Diretoria de Estatísticas Educacionais, INEP/MEC: Brasília, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Metodologia de cálculo dos indicadores de fluxo da educação superior**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: Disponível em: https://download.INEP.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 1992.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação

sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 20 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.html. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2000.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 10 jan. 2001a.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 13 jul. 2001b.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.871 de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e n. 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1. Edição Extra. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 19 de dezembro de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do **Plano Nacional de Educação**, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.827-1, de 24 de junho de 1999. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1827-1.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Instrumento de avaliação institucional externa. Brasília: Inep, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 879, de 18 de novembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.063, de 05 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011. Regulamenta o art. 11 da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, alterada pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; revoga as Portarias MEC nº 569, de 23 de fevereiro de 2006, e nº 1.151, de 31 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 178, p. 17, 15 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Superior**. Processo de Contas Anuais - FIES. Relatório de gestão –2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=14949>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema eletrônico de informações e-MEC**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Dilemas do financiamento e a meta 20 do Plano Nacional de Educação. In: **Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. ANPAE, 2014.

CEIC DATA. Brasil: dívida externa 1999-2023. **CEIC Data**. Disponível em: <https://www.ceicdata.com>. Acesso em: 14 out. 2024.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio: resultados regionais 2023**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 23 maio 2024.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva: entre a democratização e a mercantilização. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 143-153, 2009a.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011a.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011b.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009b.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 08, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70063>. Acesso em: 23 maio 2025.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa educacional e o movimento “pesquisas científicas baseadas em evidências”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 329-342, jul.-dez. 2015.

CIAVATTA, Maria. A educação superior no Brasil: expansão e desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280026, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pQPdZ9QyVRTz6qBym83HNxK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2024.

COGNA EDUCAÇÃO. **Relatório Anual e Informações Corporativas**. São Paulo: Cogna, 2024. Disponível em: <https://www.cogna.com.br>. Acesso em: 22 set. 2024.

DAL MORO, Guilherme Andre; GISI, Maria Lourdes. FIES, PROUNI e REUNI: caminhos inacabados para a democratização do acesso à educação superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 28, e023012, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/dkFBMrCVxyHg9jj5XZMZzPx/>. Acesso em: 23 maio 2024.

DANTAS, Marcos; MOURA, Denise; RAULINO, Gabriela; ORMAY, Larissa. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

DARLING-HAMMOND, Linda; ASCHER, Carol. Creating accountability in big city schools. **Urban Diversity Series**, n. 102, 1991.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade na educação superior: uma visão operacional do conceito. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 409–432, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/3d5tt9h3MSx4Sfq4s35WSCN/>. Acesso em: 23 maio 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização da Educação Superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. UFG, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de acesso e permanência na educação superior: desigualdades e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e025469, 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; SIQUEIRA, Romilson Martins. Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e022457, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CNnhVmX7FVstHbHRnq7Hkps/>. Acesso em: 23 maio 2024.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves; SILVA, Dirceu Santos. A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais. **Revista Cocar**, (S. l.), v. 19, n. 37, 2023.

EVANGELISTA, Olinda. **Políticas educacionais e reprodução social**: a dialética entre consenso e coerção. Florianópolis: Insular, 2014.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. **Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo**. Educar em Revista, Curitiba, n. 55, p. 243-259, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. **Calidoscópio**, v. 3, n. 1, p.214-221, 2005. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6244>. Acesso em: 18 out. 2024.

FINEDUCA. **Relatório de estudos sobre o financiamento da educação superior no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, 2021. Disponível em: <http://fineduca.org.br>. Acesso em: 20 set. 2024.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política: que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 207-236, 2017.

FRAGOSO, António; VALADAS, Sandra T.; PAULOS, Liliana. Ensino superior e empregabilidade: percepções de estudantes e graduados, empregadores e académicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0186612, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DQ5KTMJnXW4LC6pLQmnNSMF/>. Acesso em: 23 maio 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GALVÃO, Tânia Fernanda; PANSANI, Thaís de Souza; HARRAD, Dyego. Diretrizes PRISMA: itens preferenciais para relatos de revisões sistemáticas e meta análises. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335 342, 2015.

GUIMARÃES, Cátia. Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e ‘pós-verdade’. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 25, n. 2, p. 185–207, 2023. DOI: 10.54786/revistaepic.v25i2.19158. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/19158>. Acesso em: 18 jun. 2024.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, c2009. lxxxiii, 1986. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2689>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE. **Cidades e Estados: Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022: Notas Estatísticas**. Brasília: INEP, 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022: Resumo Técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: <http://INEP.gov.br>.

Acesso em: 20 set. 2024.

INSTITUTO SEMESP. Mapa do Ensino Superior – 11ª edição/2021: Mato Grosso do Sul. São Paulo: **Instituto Semesp**, 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/regioes/centro-oeste/mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 19 out. 2024.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean *et al* (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes (Coleção Sociologia). p. 254-294, 2008.

KOPNIN, Pavel Vasilievitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, Acácia Zeneida. A pedagogia da alternância: categorias de análise e possibilidades de recriação no contexto da educação de jovens e adultos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 17-38, 2013.

LUZ, Alcenir de Sousa; RAMOS, Maria Renilda Rodrigues Leal; FILHO, Francisco Alves. Leitor presumido e propósito comunicativo: um estudo sobre anúncios de vestibular de educação a distância. **Revista Linguística Rio**, v. 6, n. 1, p. 110-148, mar.-jul. 2020.

MACIEL, Carina Elisabeth. **Inclusão e Educação Superior: Ambiguidades de um Discurso**. Curitiba: Appris, 2020.

MACIEL, Carina Elisabeth; BOANAFINA, Anderson; LIMA, Tatiane da Silva. A dualidade da educação superior brasileira: entre inclusão e mercantilização. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.19, e024087, 2024.

MACIEL, Carina Elisabeth; VELOSO, Tereza Christina M. A. Acesso e permanência na Educação Superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-250, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7178>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MARCONDES, Maria Célia. Iluminismo às avessas: o recuo da teoria. In: MARCONDES, Maria Célia (Org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Campo Grande: EdUFMS, p. 25–36. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Adoção do marketing pelas instituições de ensino superior. **Revista de Administração de Empresas**, v. 29, n. 3, p. 41-48, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ChmLj5w4PmNt8DG5zHFdVvt/>. Acesso em: 23 maio 2024.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para a crítica da economia política** (Grundrisse): manuscritos de 1857-1858. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCCRACKEN, Grant. Cultura e Consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **RAE**, v. 47, n. 1, p. 99-115, jan./mar., 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902007000100014>. Acesso em: 01 maio 2023.

MEC (2023). **Plano Nacional de Educação - PNE**. (Página da Web). Brasília: MEC. <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MEC quer criar agência reguladora do Ensino Superior. **Carta Capital**, 31 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/mec-quer-criar-agencia-reguladora-do-ensino-superior/#:~:text=O%20ministro%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20Camilo%20Santana%2C%20anunciou%2C%20nesta%20ter%C3%A7a,p%C3%ABlico%20e%20privado%2C%20no%20Brasil>. Acesso em 10 abr. 2024.

MENDES, Glauson. O papel do marketing educacional na valorização da IES. **Revista Ensino Superior**, São Paulo, 27 fev. 2025. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2025/02/27/o-papel-do-marketing-educacional-na-valorizacao-da-ies/>. Acesso em: 23 maio 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MILAGRES, Fábio Lednik. **As representações de Educação Superior pelas Instituições de ensino superior de Sorocaba reconhecidas em suas manifestações publicitárias**. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Sorocaba, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 2000.

MINTO, Lalo Watanabe Minto; GALZERANO, Luciana Sardenha. Capital Fictício, Educação e Disputa pelo Fundo Público: Um Estudo sobre a Lógica Contemporânea da Privatização. In: NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 97-128. 2024.

MINTO, Lalo Watanabe. A bolha da mercantilização: eficiência privada com recursos públicos. **Revista Extra Classe**, 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/12/a-bolha-da-mercantilizacao-eficiencia-privada-com-recursos-publicos/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e Educação Superior no Brasil. 2011. 326f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas – SP: Autores Associados, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, Epub. fev. 2018.

MINTO, Lalo Watanabe. **Financeirização da educação superior**: implicações para o trabalho docente. Marília: Unesp, 2021. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/448/4621/9279?inline=1. Acesso em: 5 jan. 2025.

MINTO, Lalo Watanabe. **O avesso das evidências**: pesquisa e política educacional em tempos de negacionismo. 1. ed. Marília, 2023.

MINTO, Lalo Watanabe. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro**: do golpe de 1964 aos anos 90. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2005.

MINTO, Lalo Watanabe; GALZERANO, Luciana Sardenha. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e217926, 2019.

MIRANDA, Paula Roberta; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. FIES e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 3, e1421, set./dez. 2020.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. A Financeirização da Educação Privada nas Páginas de Revista: Discursos Publicitários Sobre A Universidade Brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40. 2019.

NORONHA, Olinda Maria. O Público e o Privado: Teorias e Configurações nas Práticas Educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina Martins; SILVA, Tânia Mara (orgs). **O Público e o Privado na História da Educação Brasileira**. Concepções e Práticas Educativas. São Paulo: Autores Associados, 2005.

NUNES, Edson de Oliveira; FERNANDES, Ivanildo; ALBRECHT, Julia. Documento de Trabalho nº 112 - Regulação e Ensino Superior no Brasil. **Observatório universitário**. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geopolítica do agronegócio. São Paulo: **Expressão Popular**, 2018.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Inep, 2008. p. 71-86. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001664639>. Acesso em: 23 maio 2024.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Transformação da Educação em Mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso** - uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, capitalismo digital e política social. In: PEREIRA, Camila Potyara; PEREIRA, Potyara A. P. (Orgs.). **Políticas educacionais: resistência e retomada da democracia e do Estado**. Brasília: ANPAE, p. 17-34. 2023.

PEREIRA, Tarcísio Luiz. O processo de concentração do capital no ensino superior privado-mercantil brasileiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e022457, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WVVk6jkBbgCvTRjhvGSQmBc>. Acesso em: 23 maio 2024.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo. 21. ed. 1978. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Econmica%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2024.

REINERT, José Nilson; REINERT, Clio. Estudante não é cliente: é parceiro. Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul – CIGUAS, 4, Florianópolis, 2004. **Anais [...]**. Florianópolis: CIGUAS, 2004.

RUCINSKI, Vilson Rodrigo Diesel. **Por uma pedagogia dialogicizada bakhtiniana: reflexões sobre as práticas educacionais das professoras do Lar dos Meninos de São Luiz**. 2024. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara e outros ensaios**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SOUZA, Laura Vilela e; MISHIMA, Fernanda Kimie Tavares; SANTOS, Manoel Antônio dos. A beleza do erro puro do engano da (im)perfeição: reflexões pós-modernas. **Revista Eletrônica de Comunicação**, Volume 5, Número 1. 2008. Disponível em: <http://www.facef.br/reci>. Acesso em: 5 out. 2024.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, dez. 2015.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 1105–1132, out./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/H6DGXS548SGQppcXMxDnzpn/>. Acesso em: 23 maio 2024.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 115, p. 293–313, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/ZjxVZScb8SKnxtpXjNkGwqz/>. Acesso em: 23 maio 2024.

SILVA, Maria das Graças Martins; MACIEL, Carina Elisabeth; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso à Educação Superior sob o debate da inclusão. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio (Org.). **A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais**. São Paulo: Xamã,

2013.

SILVA, Renato Oliveira da. **Mercantilização da Educação Superior e Formação Humana**: análise da concepção de educação contida na proposta do curso de Pedagogia de uma IES privada da cidade de Teresina. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

SIMÕES, José Luis; MELLO NETO, Ruy de Deus. **Políticas de expansão do ensino superior no Brasil**: Reuni versus ProUni. 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/Textos/JoseLuisSimo.es.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, 2004.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 3-11, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/sQMSgXNqXmnJzKv5mngvjmg/>. Acesso em: 23 maio 2024.

SOUSA, Andréa Luciana Harada. **A Educação em Liquidação**: mercantilização, EaD e mutações no trabalho docente no ensino superior privado. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SOUSA, Angélica; OLIVEIRA, Guilherme; ALVES, Lais. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUSA, José Vieira de. Qualidade na educação superior: lugar e sentido na relação público-privado. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 242-256, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/DRPk59FDMcGJtNYjYfpXGYF/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

YDUQS. **Ensino premium**. Yduqs. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

YDUQS. **Nossas marcas**. (S. l.), 2024. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/marcas>. Acesso em: 19 out. 2024.

YDUQS. **Relatório Anual 2023**. Rio de Janeiro: Yduqs Participações S.A., 2023. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br>. Acesso em: 15 out. 2024.